

**53rd Annual
Conference of
the International
Association of
Labour History
Institutions**



Buenos Aires, 5-8 September 2023

Labour History beyond Europe
and North America: Challenges,
Initiatives, Debates

ialhi.org/2023

**Papers in Portuguese
(with translations in Spanish and English)**

— Given that there won't be real-time translation for Portuguese presentations, we provide the papers' text along with Spanish and English translations —

Contents

Texts in Portuguese.....	3
A história oral como possibilidade para pensar experiências de trabalho feminino no extremo sul do Brasil.....	4
Os processos judiciais trabalhistas do acervo do Memorial da Justiça do Trabalho como fonte para a pesquisa histórica.....	8
Documentos de trabalhadores custodiados pelas empresas: dificuldades de acesso.....	14
O desafio da constituição do arquivo histórico do Museu do Carvão e a memória da mineração de carvão no Brasil.....	17
A trajetória da <i>História em revista</i>	23
O Núcleo de Documentação Histórica e a História Pública.....	26
A "racialização" do trabalho sob contrato à luz das teses de Aníbal Quijano.....	29
Centro de Memória do Sindicato Nacional dos Aeronautas: um acervo de 80 anos de luta.....	34
Usos da História Oral numa pesquisa sobre o trabalho doméstico no Brasil.....	38
Texts in Spanish.....	41
La historia oral como posibilidad para pensar experiencias laborales de mujeres en el extremo sur de Brasil.....	42
Los juicios laborales de la colección del <i>Memorial da Justiça do Trabalho</i> como fuente de investigación histórica.....	46
Documentos de trabajadores en manos de las empresas: dificultades de acceso.....	52
El desafío de constituir el archivo histórico del <i>Museu do Carvão</i> y la memoria de la minería del carbón en Brasil.....	55
La trayectoria de <i>História em Revista</i>	62
El <i>Núcleo de Documentação Histórica</i> y la historia pública.....	65
La "racialización" del trabajo por contrato a la luz de las tesis de Anibal Quijano.....	68
<i>Centro de Memória do Sindicato Nacional dos Aeronautas</i> : una colección de 80 años de lucha.....	73
Uso de la historia oral en una investigación sobre el trabajo doméstico en Brasil.....	77
Texts in English.....	80
Oral History as a Possibility to Explore Women's Work Experiences in Southern Brazil.....	81
Labor Lawsuits from the Collection of the Labor Justice Memorial as a Source for Historical Research.....	85
Documents of Workers Held by Companies: Difficulties of Access.....	90
The Challenge of Establishing the Historical Archive of the Coal Museum and the Memory of Coal Mining in Brazil.....	93
The Trajectory of <i>História em Revista</i>	99
The Núcleo de Documentação Histórica and Public History.....	102
The 'Racialization' of Contract Labor in Light of Anibal Quijano's Theses.....	105
Centro de Memória do Sindicato Nacional dos Aeronautas: An Archive of 80 Years of Struggle.....	110
Uses of Oral History in Research on Domestic Labor in Brazil.....	114

Texts in Portuguese

A história oral como possibilidade para pensar experiências de trabalho feminino no extremo sul do Brasil

Taiane Mendes Taborda

Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História

Universidade Federal de Pelotas

Introdução

Essa comunicação tem por objetivo discutir as experiências de trabalho das mulheres em uma importante fábrica de tecidos da cidade de Pelotas, entre os anos de 1943 e 1974, a partir de suas narrativas. Essa pesquisa faz parte de um estudo mais amplo para doutoramento em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas sobre formas de luta das trabalhadoras em contextos precarizados de trabalho, como o fabril.

Se busca, com base nas memórias de 3 das 4 trabalhadoras entrevistadas, problematizar como elas se articulavam na luta cotidiana pela sobrevivência no que tange ao casamento e a maternidade. Aqui pretende-se também abordar as discussões sobre o método da História Oral ao apresentar como foram coletadas essas entrevistas no contexto da pandemia de COVID-19.

A cidade de Pelotas

Pelotas constituía-se numa estrutura mista de industrialização pois conciliava algumas indústrias de produtos derivados da pecuária, de grande porte e destinados à exportação com inúmeros estabelecimentos de caráter artesanal que produziam uma grande variedade de bens de consumo para o mercado regional. (LONER, 2016, p.34).

A fábrica – Companhia Fiação e Tecidos Pelotense

A Companhia Fiação e Tecidos Pelotense foi fundada em fevereiro de 1908 por personalidades tradicionais da classe alta pelotense, ligados ao capital industrial e financeiro acumulado ainda do auge do setor pecuarista/charqueador, por meio da venda de ações. Iniciou as suas atividades em 1910 com 208 funcionários, instalações de 36.518 m² e maquinário importado da Inglaterra, Alemanha, da França e Estados Unidos.

As atividades da companhia dividiam-se na fiação, tecelagem, tinturaria automática para fio e pano, acabamento, peluciamiento e alvejamento de tecidos como morins, brins, riscados, lenços, guardanapos, pelúcias, panos de mesa e outros tecidos de algodão destinados ao mercado interno e externo.

Base teórica

O eixo teórico que estrutura essa pesquisa se insere numa perspectiva de análise que compreende o trabalho como dividido sexualmente, pensando de forma simbiótica o trabalho produtivo e o reprodutivo (FEDERICI, 2017).

Tendo em vista que esta investigação se centra nas vivências de mulheres pobres, trabalhadoras fabris, reporta-se à uma história vista de baixo e à abordagem das histórias das mulheres comuns a partir das discussões propostas por (LERNER, 2019) e no conceito de experiência e agência humana no entendimento de THOMPSON (1981).

O método e as fontes

As entrevistas realizadas antes da pandemia de Covid-19, de forma presencial, foram registradas com o gravador de um iPhone.

Com a eclosão da pandemia, em março de 2020, e o conseqüente distanciamento físico, as entrevistas passaram a ser feitas e registradas pelo Google Meet através de um link enviado pelo whatsapp das entrevistadas. O registro foi através de um software pago, Loom Free Screen Recorder, que capturava imagens e sons na tela do computador.

Alguns desafios que se impuseram na utilização da metodologia:

- acesso direto às pessoas para conduzir entrevistas presenciais;
- acesso a dispositivos eletrônicos e uma conexão estável à internet;
- criação de intimidade e confiança para a entrevista;
- falta de contexto físico;
- fadiga das telas ou pouca intimidade com elas.

Análises de resultados – Experiências relacionadas ao casamento e à maternidade

Dona Maria e dona Amélia ingressaram na fábrica ainda solteiras, respectivamente em 1943 e 1950, mudaram o estado civil durante a vida laboral e lá permaneceram até se aposentarem, fato que coincidiu com o fechamento da fábrica em 1974. Um dos aspectos que mais as preocupava, segundo os relatos, era o cuidado com os filhos. A longa jornada fabril exigia que se buscassem alternativas para a realização da tarefa, uma vez que a fábrica não contava com creche.

Sobre as experiências relativas à maternidade, as trabalhadoras que eram casadas relatam a necessidade da rede de ajuda de outras mulheres no cuidado dos filhos:

"a Vera foi criada aqui com a turma da Diná, eram duas gurias [...]. O Giovani era bem cuidado, só vivia no colo deles. A Diná cuidava muito bem...". (Dona Amélia)

A minha primeira filha, eu tinha uma amiga que da minha casa para a casa dela dava umas cinco quadras... [...] ela se ofereceu para cuidar. Eu pagava um tanto todos os meses para ela e quando chegava nove horas eu saía para dar de mamar [...] ela que cuidou a minha guriuzinha. (Dona Maria)

Já na fala de uma das trabalhadoras solteiras, apareceu a discriminação de gênero que a fábrica fazia com as funcionárias que iam se casar:

"Quando eu casei, eu tinha que comunicar a fábrica que eu ia casar porque aí o meu nome ia trocar de solteira pra casada e eu comuniquei, quando eu comuniquei eu fui demitida porque eles não queria recém-casadas lá. As que estavam casando eles tavam demitindo porque provavelmente viria a gravidez e depois vinha filho, falta por causa disso, falta por causa daquilo." (Dona Ana)

As falas das operárias reforçam as dificuldades que as mulheres ainda vivenciam nos mundos do trabalho. Os papéis de gênero, definidos socialmente, atravessaram as suas experiências laborais. No caso das operárias casadas, a maternidade foi um fator de preocupação no esforço de conciliação do papel de mãe e de trabalhadora remunerada formal, levando à necessidade de uma rede de auxílio de outras mulheres para o trabalho de cuidados durante suas jornadas fora de casa.

No caso da operária solteira, a possível maternidade que sucederia o casamento comunicado à fábrica foi o motivo da demissão, pois o papel de mãe, de acordo com a narrativa de Dona Ana, carrega a necessidade do cuidado dos filhos, o que acarreta relegar o trabalho formal à um segundo plano. Essa visão reforça o lugar social das mulheres ainda ligado à esfera reprodutiva.

"Enquanto corria a documentação para eu ser demitida, já comuniquei bem em cima porque eu sabia que ia acontecer isso, já avisei assim quase véspera de casamento, não? Aí eu fui demitida, não me pagaram e eu tinha que entrar na justiça, tinha que ir pro sindicato e eu não tinha tempo de ir pro sindicato porque eu tinha que trabalhar e aí quando eu fui pro sindicato foi depois mesmo de eu tá fora da fábrica e aí começou a rolar, rolar aquilo e eu não recebia nada e até que um dia eles me chamaram no escritório pra fazer acordo comigo."(Dona Ana)

A agência da operária diante da demissão é perceptível quando ela usou a tática de protelar ao máximo a informação sobre seu casamento. Posteriormente, já fora da companhia, ela se mobilizou ao procurar o sindicato para reivindicar judicialmente o pagamento de indenização, aviso prévio, salário e férias não pagos pela fábrica. Mas, o processo não foi adiante, pois, de acordo com Dona Ana:

"[...] eles me chamaram e falaram pra mim que a justiça ia levar muitos anos pra mim receber e a fábrica ia falir, talvez eu nem recebesse. Então eu assinava a documentação concordando com eles que com 200 cruzeiros eu ia embora da fábrica, na época eu ia receber uns 4 mil cruzeiros, mais ou menos, que era o que as minhas colegas tavam recebendo quando casavam, era na base dos 4, 5 mil cruzeiros. Eu recebi 200 cruzeiros pra sair da fábrica e eu pra segurar, que a fábrica tava falindo, me disseram que ela ia fechar e que eu não ia receber nada, então eu muito culta que eu era não é, só tinha a 5ª série, não sabia nada de lei mesmo, acreditei, assinei e fui demitida com, vamos dizer, 200 cruzeiros."(Dona Ana)

A ação de dona Ana foi em 1967, a fábrica faliu apenas em 1974. A negociação desvantajosa foi pautada no medo incutido na operária pela fábrica de que a justiça era morosa e que talvez ela não viesse a receber nada dada a suposta condição financeira ruim da companhia.

Em seu relato, dona Ana culpa a falta de escolaridade e o desconhecimento das leis por ter aceito um acordo tão abaixo do valor que deveria realmente receber.

Algumas considerações

O que a memória das tecelãs traz à cena é que o trabalho produtivo e reprodutivo impunha desafios diante dos papéis socialmente definidos para as mulheres. Mas principalmente as suas memórias permitem ver a agência delas diante de um cenário opressor. Lançando mão de algumas ações possíveis, elas engendraram soluções que, se não resolvem os seus problemas diários, pelo menos os amenizam.

As narrativas de Dona Maria e de Dona Amélia atravessam as décadas e ecoam experiências ainda tão presentes no cotidiano feminino, como a preocupação com o cuidado dos filhos

enquanto trabalham de forma remunerada fora de casa. Nesse sentido, as redes de ajuda feminina funcionaram como suporte para dar conta do trabalho de cuidados que as políticas estatais e o interesse do capital ignoram.

A situação vivenciada por Dona Ana revela a exploração da mão-de-obra da operária pela fábrica, descartada na ocasião de seu casamento em função da probabilidade de ser mãe e ter que desempenhar o trabalho de cuidados. Além da desigualdade de gênero aí revelada, a fábrica não pagou pelo trabalho realizado, nem cumpriu com as leis trabalhistas previstas. Dona Ana, apesar de utilizar o sindicato e o aparato jurídico para lutar por seus direitos, foi induzida a aceitar um acordo por duvidar da agilidade da ferramenta judicial.

O mercado de trabalho continua insensível às demandas femininas de forma que as redes de ajuda entre as mulheres ainda são estratégias relevantes de suporte às atividades laborais. A discriminação de gênero nos mundos do trabalho continua escancarada como no caso de demissões de trabalhadoras grávidas, mães recentes ou ainda na desigualdade salarial.

Fontes orais

- BARCELOS SILVEIRA, Amélia. [92 anos]. [dezembro/2018]. Entrevistadora: AUTORA. Pelotas, RS. 12 de dezembro de 2018.
- MEDEIROS MENDES, Maria. [92 anos]. [Julho/2019]. Entrevistadora: AUTORA. Pelotas, RS. 25 de julho de 2019
- LACAU MACEDO, Ana Maria [77 anos]. [Fevereiro/2022]. Entrevistadora: AUTORA. Pelotas, RS. 18 de fevereiro de 2022.

Referências bibliográficas

- FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. 2º ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- LONER, Beatriz Ana. Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande. 2a. ed. - Pelotas: Ed. UFPel, 2016.
- THOMPSON, Edward Palmer. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- PORTELLI, Alessandro. História Oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

Os processos trabalhistas do acervo do Memorial da Justiça do Trabalho como fonte para a pesquisa histórica.

Tatiane Bartmann

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin

Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul.

I) Apresentador Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin (Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul).

O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul (Brasil), criado em 2003, com sede em Porto Alegre, preserva e disponibiliza a documentação gerada pelo judiciário trabalhista¹ oriunda em grande parte do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. O acervo constitui-se de processos trabalhistas, acórdãos, documentos administrativos, fotografias, objetos, entrevistas filmadas, entrevistas gravadas em áudio, vídeos, livros, mobiliários e obras de arte, entre outros. Alguns desses documentos são provenientes de fundos de origem privada, ou seja, coleções particulares, em geral de juízes, servidores e magistrados que atuaram na Justiça do Trabalho. As coleções particulares se integram e complementam a documentação institucional abrigada no Memorial.

Os documentos gerados pelo judiciário, primeiramente, com objetivo de exercício da prestação jurisdicional, são também essenciais para a pesquisa em diversas áreas do conhecimento constituindo-se como importantes fontes históricas. São cada vez mais utilizados como fonte de pesquisa em estudos acadêmicos. Estudantes e pesquisadores da História, Direito, Economia, Sociologia, entre outras, tem produzido conteúdos que ajudam a construir a história da Justiça do Trabalho, colaborando na compreensão da importância e o lugar que esta instituição ocupa nos mundos do trabalho.

Para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, as fontes centrais são os processos trabalhistas. A análise deste corpo documental pode contribuir para uma compreensão mais aprofundada das relações entre trabalhadores, empresários e governos. As ações trabalhistas possuem o potencial de indicar, também, um conjunto de práticas e relações sociais mais amplas, como as experiências cotidianas nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas mobilizações coletivas e na esfera privada (SILVA, 2007). Nesse sentido, os processos são uma via de acesso à fala dos trabalhadores, ainda que filtrada pela linguagem e pelo exercício do poder judiciário.

Todo um novo campo de estudos foi aberto em decorrência de novos olhares lançados sobre as documentações produzidas pelas contendas trabalhistas. Até pouco tempo os pesquisadores, de uma maneira geral, buscavam observar os aspectos mais institucionais dos processos trabalhistas, mas “as ações trabalhistas podem indiciar também um conjunto de

¹ No Brasil, a Justiça do Trabalho foi inicialmente prevista pela constituição de 1934. Era composta pelas Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ), os Conselhos Regionais do Trabalho (CRT) e o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), que era ligado ao Ministério do Trabalho, ou seja, a Justiça do Trabalho em sua origem era um órgão do Poder Executivo. Somente em 1946, através de um decreto-lei, é que a Justiça do Trabalho passou a fazer parte do Poder Judiciário.

práticas e relações sociais mais amplas, como as experiências cotidianas nos locais de trabalho" mobilizações coletivas organizadas pelos/as trabalhadores/as "possibilitando a análise de como costumes e práticas compartilhados formaram bases sólidas para a luta por direitos" (SILVA, 2007, p. 39).

O acervo do Memorial também contém documentos administrativos, entre os mais utilizados são aqueles referentes às nomeações de servidores e concursos de juizes. Existem ainda fontes orais, como o caso de entrevistas que possibilitam um contato com a diversidade de opiniões, com pessoas de diferentes origens, como advogados, juizes e servidores, mantendo no horizonte de análise o lugar que ocupam em relação à instituição. Outro grupo de material que desperta interesse de pesquisadores/as são os livros de acórdãos da 2ª instância em Porto Alegre, compostos das decisões de recursos de todo o estado do Rio Grande do Sul. Compõem essa documentação não só as decisões em si, mas também os votos vencidos dos relatores, permitindo uma melhor visualização de posições divergentes sobre uma mesma questão. Além disso, os acórdãos podem contribuir para uma análise mais direcionada e quantitativa ou para suprir a ausência de processos devido às eliminações de autos.

Sobre a eliminação de documentações, é importante atentar para o número expressivo de processos trabalhistas já eliminados com amparo na Lei n. 7.627, de 10 de novembro de 1987. Essa lei permitia que os processos arquivados com mais de cinco anos pudessem ser incinerados, prejudicando principalmente os acervos antigos do interior do RS, pois os processos na capital estão microfilmados até aproximadamente 1974. No Brasil grande parte dos processos trabalhistas já foram destruídos em decorrência dessa lei².

Esta lei é claramente lesiva aos direitos mais elementares do cidadão, em parte, por descartar documentos que podem ser importantes para os indivíduos constituírem prova para diversos fins, como: FGTS, aposentadoria, tempo de serviço, prova de tempo de atuação no judiciário (para os advogados e peritos) e várias outras provas civis ou judiciais. Desrespeito, ainda, aos direitos elementares constantes na constituição de 1988³. O argumento utilizado para justificar a destruição dos processos reside em uma suposta incapacidade de armazenamento, em face do grande número de processos ajuizados em cada ano. Como estratégia de preservação o melhor método é demonstrar a sua utilidade, neste sentido, as pesquisas realizadas com a documentação ocupam um lugar especial. A documentação que a Justiça do Trabalho produz é riquíssima quando se pretende estudar as relações sociais nos mundos do trabalho. Na sequência, apresentaremos uma possibilidade de pesquisa através dos processos trabalhistas da década de 1940, os quais encontram-se microfilmados e disponíveis aos/às pesquisadores/as no acervo do Memorial.

II) Apresentadora Tatiane Bartmann (Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul);

O atual e acelerado processo de precarização do trabalho e os ataques a vários direitos trabalhistas conquistados ao longo de décadas motivou reflexões sobre as experiências de resistência dos/as trabalhadores/as no Brasil. Em diálogo com a interpretação proposta por Van der Linden (2017), na qual o trabalhador dito "padrão" (qualificado, estável, seguro, bem

² Como exemplo, citamos números referentes ao estado de São Paulo onde o "Tribunal Regional de São Paulo queimou, em 1997, 205.955 processos; em 2002, foram 371.311 e, em 2005, nada menos que 539.343!" (SILVA, 2007, p.32).

³ Artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal: "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

remunerado) sempre se constituiu em exceção histórica, especialmente, no sul global, considera-se oportuno olhar para o passado e verificar as condições de trabalho em um contexto onde o foco estava voltado, teoricamente, para a formalização do trabalho através da implementação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT/1943) e da própria Justiça do Trabalho (JT/1941), no Governo do Presidente Getúlio Vargas.

Através da análise dos processos trabalhistas da década de 1940, tramitados na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre (RS) é possível verificar as condições de trabalho a partir da perspectiva que relaciona gênero e precariedade (JOSHI, 2009; BORIS, 2014; BETTI, 2017; FEDERICI, 2021). Com isso, pretende-se contribuir com o debate ao trazer maior visibilidade às experiências de luta, especialmente, das mulheres trabalhadoras as quais tiveram historicamente as menores remunerações e encararam as situações de maior vulnerabilidade social. Considerando a própria busca pela JT como um primeiro gesto de resistência, destaca-se a análise das ações individuais iniciadas por trabalhadoras com vínculos informais e relações de trabalho que poderiam ser caracterizadas como precárias.

O trabalho precário pode ser compreendido a partir de pontos de vista objetivos e subjetivos. Os aspectos objetivos da precariedade, possíveis de serem obtidos pela coleta de dados nos processos trabalhistas em análise, são: a existência ou não de contrato de trabalho ou da assinatura da carteira profissional; o valor salarial estar ou não dentro do mínimo regulamentado; contar ou não com atuação sindical e/ou profissional ao longo da tramitação do processo trabalhista. Por sua vez, entre os aspectos subjetivos, podem ser consideradas as questões relativas ao tempo de permanência no trabalho; as insatisfações quanto: ao tipo de contratação, à forma de remuneração e ao grau de autonomia percebido pelo/a trabalhador/a, observadas nas reclamações e nos depoimentos em audiência.

Existem trabalhadores/as mais precários, outros menos precários, o objetivo não é fixar os parâmetros para distinguir um do outro. A intenção é compreender as diferentes experiências de resistência levando em consideração aspectos que impactam no maior ou menor poder de negociação, compreendendo as relações de trabalho permeadas por conflitos e disputas de interesses. Além disso, a precariedade está intrinsecamente vinculada às hierarquias sociais orientadas por questões de classe, gênero e raça.

A historiografia recente da história social do trabalho no Brasil tem verificado a importante atuação da JT sobre as questões relativas às formas de contratação e assalariamento, bem como, à natureza do vínculo empregatício, pontos fundamentais no momento de definição do que é trabalho e quem é trabalhador/a (GOMES; SILVA; FISCHER; CARDOSO; CORREA). Nesse sentido, as mulheres sem a carteira profissional assinada ou qualquer outro registro formal das suas atividades, lutavam pelo reconhecimento enquanto trabalhadoras e ultrapassavam os limites impostos ao acesso e exposição de suas demandas na linguagem do direito através do recurso a JT. Analisar as experiências das trabalhadoras através dos processos trabalhistas, portanto, significa desacomodar a imagem da mulher pacata e dócil, ainda que eventualmente elas construíssem essa visão sobre si mesmas como uma estratégia de convencimento nas audiências.

Sendo assim, no contexto inicial de formação da JT e da implementação da CLT, encontraram-se muitos processos que demonstram as frágeis fronteiras entre o trabalho e o não trabalho. É o caso de Paulina Schweizer⁴ que se apresentou como servente na inicial do processo movido contra o Bar Guarani, onde trabalhou apenas durante um mês, fazendo as refeições e morando no local. Paulina reivindicava o pagamento de Cr\$ 150,00 relativo ao salário mensal combinado, mas nunca recebido, também pedia o aviso prévio, folgas e o pagamento de 90 horas extras, ao todo chegava no valor de Cr\$ 734,40. As solicitações foram muitas,

⁴ Memorial da Justiça do Trabalho, TRT4, 1ª JCY, Porto Alegre, processo nº 615, 1945.

considerando o curto espaço de tempo que a servente permaneceu no emprego. Em audiência, a proprietária do bar, Maria Lucinda, declarou que Paulina "nunca foi empregada da depoente", semelhante a outros depoimentos de empregadores/as. Mas a justificativa era um pouco diferente, pois Lucinda alegava ter "recolhido" a servente "em virtude de estar desamparada; que, entretanto, nunca foi sua empregada, que apenas ajudava no estabelecimento".

A documentação analisada não retrata a forma como se estabelecia o primeiro contato entre empregada e empregador/a, ou seja, não se sabe como Paulina chegou até Maria Lucinda, mas o dado sobre a vulnerabilidade da trabalhadora é valioso para a compreensão sobre as condições do trabalho que se desenrolou a partir do vínculo estabelecido entre ambas. A própria dona do Bar declarou que Paulina nunca recebeu salário, que "trabalhava como ajudante de cozinha; que entretanto, saia quando queria" e, "quando estava presente, também trabalhava nos domingos". Pela servente foi dito que foi admitida no Bar para trabalhar em todo tipo de serviço, e que de fato acabava trabalhando durante todo o dia, "durante onze ou doze horas por dia". Paulina declarou que "foi muito maltratada pela reclamada, recebendo até bofetadas". A agressão física foi confirmada pela empregadora com o adendo de que a servente "foi esbofetada" porque a agrediu, buscando atribuir a origem das ofensas à trabalhadora⁵. Esse caso deixa ver as conflituosas relações de trabalho e as condições exploratórias das mulheres que trabalhavam, moravam e faziam refeições no mesmo estabelecimento.

As condições de trabalho das mulheres pagas com moradia e alimentação estão entre as mais precárias, pois além delas não serem consideradas formalmente trabalhadoras, uma vez que não possuíam a carteira profissional assinada, nem recebiam o salário mínimo legal, elas tinham pouca ou nenhuma autonomia para gerir a própria vida. Outro processo que funciona como uma lente de aumento, deixando transparecer as precárias relações de trabalho, é o de Zulmira Piris da Silva⁶ a qual se denominou na inicial como trabalhadora "do comércio". Ela reivindicava contra o falecido João Marques de Oliveira, proprietário do Armazém ironicamente denominado "O Sol Nasce para Todos".

Zulmira contou que trabalhou durante oito anos recebendo habitação e alimentação, mas que seu salário ficou retido pelo empregador. Por mais que ela tenha pedido por várias vezes "o pagamento do seu salário em dinheiro", João lhe respondia que

uma vez ela não precisasse, no momento do mesmo, por receber roupas e até mesmo dinheiro de sua progenitora, dela reclamante, domiciliada no interior, deixasse em suas mãos capitalizando, que ele empregador lhe daria a importância correspondente aos salários acumulados mais os juros de três (3%) por cento, isto quando estivesse ela muito necessitada ou quando, por qualquer motivo, quisesse se retirar do emprego; que, a reclamante aceitou a proposta de seu patrão, de deixar em poder dele os seus salários em dinheiro, por não estar precisada e por reconhecer nele um ancião de caráter e de honestidade incontestáveis⁷

Porém, João faleceu em novembro de 1944, sem ter pagado o salário prometido e, ao entrar em contato com a herdeira para obter os valores, a mesma "negou-se maliciosamente a cumprir suas obrigações" segundo o depoimento da trabalhadora. Assim, Zulmira iniciava o processo trabalhista reivindicando o pagamento do salário que nunca recebeu e, aparentemente, não estava nem ao menos contratado, além da indenização por rescisão sem justa causa e férias em dobro, uma vez que nunca as teve⁸.

⁵ Ibid

⁶ Memorial da Justiça do Trabalho, TRT4, 1ª CJJ, Porto Alegre, processo nº 325, 1945.

⁷ Ibid

⁸ Ibid

Embora Zulmira tenha se denominado como trabalhadora do comércio, não há referências sobre quais eram as atividades executadas pela mesma, deixando subentendido que poderiam ser serviços variados. Há, no entanto, a informação de que sua mãe era domiciliada no interior e, ao que tudo indica, Zulmira havia mudado sozinha para a capital, possivelmente, em função do trabalho no Armazém. Nesse contexto, trabalhadoras como Zulmira, estariam em situação de grande vulnerabilidade aderindo mais facilmente a vínculos paternalistas que misturavam relações de trabalho e familiares. Reforçando essa ideia, Zulmira fez questão de expor a confiança depositada naquele denominado por ela como “ancião de caráter e de honestidade incontestáveis”⁹. Acionando a imagem do empregador/pai e da promessa de trabalho/oportunidade de obtenção de uma vida mais digna na capital, Zulmira pleiteava a condição de trabalhadora/empregada e, a partir disso, a conquista de direitos.

O resultado do processo da servente Paulina foi a conciliação através do acordo no qual ela recebia o valor de Cr\$ 200,00 (27%) do pedido inicial. Já, a ação de Zulmira acabou com a desistência da trabalhadora, sugerindo um possível acordo extrajudicial. Contudo, a presente proposta de pesquisa abre espaço para as discussões sobre as condições que tornavam precária a vida do/a trabalhador/a dito “livre”, questionando o sentido e a extensão dessa liberdade, uma vez que, em muitos casos eles/as eram expostos/as a experiências degradantes e indignas de trabalho.

Referências Bibliográficas:

BETTI, Eloisa. Gênero e trabalho em perspectiva histórica. **Revista Outubro**, n. 29, novembro de 2017.

BORIS, E. Produção e reprodução, casa e trabalho. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, 2014. P. 101-121.

CORRÊA, Larissa Rosa. Sobre o direito de reclamar: os primeiros conflitos trabalhistas tramitados na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro. In.: DROPPA, Alisson; LOPES, Aristeu E. M.; SPERANZA, Clarice G. (orgs.). **História do Trabalho Revisitada**. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

FISCHER, Brodwyn. Direitos por lei ou leis por direito? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo. In: LARA, Sílvia H.; MENDONÇA, Joseli Maria N. (orgs.). **Direitos e justiças no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 417-456.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo (v. 1). Boitempo Editorial, 2021.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

_____. Justiça do Trabalho no Brasil: Notas de uma pesquisa. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina (Orgs.). **Memória e Preservação de Documentos: direitos do cidadão**. São Paulo: LTr, 2007. p. 19-30.

JOSHI, Chitra. Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. **Revista Mundos do trabalho**, v. 1, n. 2, p. 147-170, 2009.

LINDEN, Marcel van der. São Precario: Uma nova inspiração para historiadores do trabalho. In.: MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo; VARELA, Raquel. (Orgs.). **História das Relações de trabalho: Brasil e Portugal em perspectiva global**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 141-158.

⁹ Ibid

SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes, nem museu de curiosidades: Por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina (Orgs). **Memória e Preservação de Documentos**: direitos do cidadão. São Paulo: LTr, 2007. p. 31-54.

----- **Trabalhadores no tribunal**: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964. São Paulo: Alameda, 2019.

Documentos de trabalhadores custodiados pelas empresas: dificuldades de acesso

Michele Silva Joaquim

PUCSP

Esta comunicação tem por objetivo tratar da dificuldade de acesso aos documentos de trabalhadores, custodiados pelas empresas e suas implicações para a escrita da história do trabalhador, partindo da documentação dos funcionários da Companhia Antarctica Paulista, que foi a maior indústria cervejeira do estado de São Paulo desde o final do século XIX até 1999, quando ocorre a fusão com a Companhia Cervejaria Brahma do Rio de Janeiro e é fundada a atual Ambev.

Documentos trabalhistas, como as fichas de contratação e livros de registro, são vistos apenas como comprovação das atividades administrativas, pouco são vistos como documentos históricos que trazem informações fundamentais para a compreensão do trabalhador.

Minha pesquisa teve enfoque nos funcionários negros da Companhia Antarctica Paulista entre 1920 e 1930. Existem poucas fontes que tratam dessa parcela da população trabalhadora, assim os estudos ficam com informações genéricas, uma massa de trabalhadores nacionais sem rosto, sem cor e sem gênero.

As fichas de contratação de funcionários na década de 1920 utilizadas na pesquisa possuem os campos: **Nome, Data de Admissão, Data de nascimento, Lugar de nascimento, Filho de, Estado civil, Natureza do cargo ou serviço, Ordenado mensal, Diária, Vencimentos ou Gratificações, Porcentagens, Residência, Assinatura do empregado, Observações**, e no verso **Férias**. Também estão presentes fotografias 3x4 cm que foram fundamentais para a identificação dos negros.

A partir da sistematização desses dados em tabelas, pudemos verificar uma multiplicidade de informações sobre esses trabalhadores negros, que estão marginalizados na história do trabalhador, entre elas a localização da moradia dessas pessoas, analisamos sobre migração, família, educação, idade de inserção no mercado de trabalho, a composição de gênero na indústria cervejeira, diferença salarial entre negros e não-negros. São 15 campos de preenchimento que nos dão indícios para a construção de uma nova história dos trabalhadores negros.

Existem diversos desafios para a construção da história dos trabalhadores, dentre eles encontrar informações sobre o proletariado urbano fabril pós-abolição da escravatura na cidade de São Paulo. A grande questão é sobre o acesso a essas fontes: elas existem, mas sua difusão não está no rol de prioridades das empresas e instituições que custodiam esses raros documentos.

Um exemplo deste processo é a série documental: **Fichas de Contratação da Companhia Antarctica Paulista (CAP)**. Todo acervo arquivístico da CAP produzido entre 1891 e 1999 foi considerado de interesse público e social brasileiro através do decreto presidencial de 07 de abril de 2006. O material é custodiado pela Fundação Zerrener, instituição que nasceu em 1936 para ofertar auxílios aos funcionários da Companhia Antarctica Paulista e atualmente oferece assistências médicas e educacionais aos mais de 75 mil funcionários da Ambev e de seus próprios funcionários. Apesar de parte da documentação que hoje custodia ser de

interesse público, o acervo é fechado para o público externo, trazendo para o debate o alcance da lei de arquivos.

A lei de arquivos no Brasil é de 1991, e trata brevemente dos arquivos privados em seu Artigo 14, que diz: "*O acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor.*"

A lei não traz mais nenhuma informação sobre a questão do acesso aos documentos privados e não trata da responsabilidade das empresas para que possam dar a permissão de uso aos seus documentos que são de interesse para a sociedade civil.

Sendo assim, os pesquisadores ficam a mercê da boa vontade das empresas, travando assim suas pesquisas. As empresas, pouco reconhecem a importância da documentação que possuem, muitas vezes ficando apenas no campo administrativo e não histórico.

Como a lei não diz como devem ser tratados os documentos privados, mesmo que a empresa possua um local de guarda, os acervos ficam fechados e sem um devido trabalho de difusão de suas fontes. Para nós pesquisadores da história do trabalhador é muito difícil poder escrever sem o acesso a novas fontes de informação.

Aqui ficam alguns questionamentos sobre a Lei de Arquivos: Qual o limite da instituição, já que o acervo é privado, porém de interesse público? Quais são os deveres da instituição perante a sociedade que precisa desses documentos para recontar e diminuir as lacunas historiográficas existentes sobre os trabalhadores?

Além dessa questão temos uma má interpretação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) de 2018, alterada em 2019.

Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:

II - realizado para fins exclusivamente:

b) acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei;

Art 7º: § 3º O tratamento de dados pessoais cujo acesso é público deve considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização.

Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: § 1º Aplica-se o disposto neste artigo a qualquer tratamento de dados pessoais que revele dados pessoais sensíveis e que possa causar dano ao titular, ressalvado o disposto em legislação específica.

A documentação trabalhista analisada por mim possui entre 90 e 100 anos e não existe nenhum tipo de informação que possa causar prejuízo aos titulares, pelo contrário, estamos colocando essas pessoas dentro dos estudos históricos, já que existe uma lacuna historiográfica sobre os negros no trabalho formal entre 1920 e 1930, justamente pela falta de acesso a esse tipo de documentação que traz dados claros sobre funcionários.

Sem documentos não há história, estaremos fadados a repetir o que já foi dito e apenas o lado dos vencedores será contado. A história de funcionários da indústria não é menos importante que a história dos industriais, e precisa ser contada. A história do trabalhador negro não pode ser contada somente pelo viés da escravidão e, para isso, necessitamos de acesso, difusão de novas fontes, precisamos de uma lei mais coesa e que se faça cumprir ao se tratar de documentos privados de interesse público e social.

Novos estudos precisam ser feitos e não podemos ser impedidos por caprichos empresariais que não deveriam existir. Os documentos são do povo brasileiro e precisam ser acessados de

forma integral, como fazer isso é o que trago hoje para o debate entre todos e todas pesquisadores, historiadores e arquivistas.

REFERÊNCIAS:

FONTES

SÉRIE: FICHAS DE CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA. Caixas nº 33, 34 e 35. Grupo Antarctica. Acervo Fundação Zerrener.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto de 7 de abril de 2006**. Declara de interesse público e social o acervo documental privado da Companhia Antarctica Paulista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/Dnn10812.htm. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019**. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13853.htm#art1. Acesso em: 23 jul. 2023.

BIBLIOGRAFIA

CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. In: **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, 12(1), jan-abr 2012, p. 33-46. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n1/v12n1a04.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil 1889 a 1930. São Paulo: Atual, 1991.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Iguais para o pão e para a pancada? Brancos e negros no mercado de trabalho carioca na Primeira República. O caso da Cervejaria Brahma. In: **IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência internacional de História de Empresas**, São Paulo (FEA-USP), 2001. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/hildete-pereira-de-melo_teresa-cristina-de-novaes-marques_1.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

MOLINA, Talita dos Santos. **Arquivos privados e patrimônio documental**: o Programa de Preservação da Documentação Histórica – pró-documento (1984-1988). 2018. 237 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21251>. Acesso em: 23 jul. 2023.

O desafio da constituição do arquivo histórico do Museu do Carvão e a memória da mineração de carvão no Brasil

Clarice Gontarski Speranza

UFRGS

Liana Severo Ribeiro

Museu Estadual do Carvão do RS

Em meados dos anos 1990, a notícia da iminente destruição de dez toneladas de documentos históricos referentes à mineração de carvão no estado do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil, motivou a mobilização de parte da comunidade da cidade de Butiá, um dos polos desta exploração no século XX. Durante mais de 10 anos, estes documentos foram salvos da destruição ao serem abrigados em um antigo engenho de uma professora do município, sendo posteriormente alvo de uma série de projetos e iniciativas, tanto comunitárias quanto acadêmicas e estatais, que acabaram resultando na sua coleta, higienização, organização, e na criação do arquivo histórico do Museu do Carvão do Rio Grande do Sul.

O atual arquivo histórico é composto por 10 fundos documentais relativos à exploração do carvão no estado entre os anos de 1889 e 1996, incluindo uma variada gama de documentos, desde ofícios administrativos das empresas mineradoras, documentação dos sindicatos de trabalhadores, fotografias, plantas das minas, processos judiciais, carteiras e contratos de trabalho. Este material está hoje disponível ao público em geral e a pesquisadores e foi instalado numa construção histórica que integra o Museu do Carvão, edificações tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul (Iphae-RS).

Esta comunicação objetiva discutir os esforços realizados para constituição do arquivo histórico desde os anos 1990, protagonizado por diversos sujeitos em diferentes lugares sociais, bem como as expectativas e, em certa medida, as relações da comunidade da região em função da constituição de uma memória da exploração do carvão. Também apresentamos o quadro geral da documentação disponível, com foco em alguns dos principais fundos selecionados, bem como os desafios enfrentados no que se refere principalmente a sua difusão. Para isso, faremos uma breve introdução discutindo algumas questões relativas à memória nos mundos do trabalho e sobre o contexto histórico da mineração de carvão no Brasil.

A reflexão sobre a memória nos mundos do trabalho em tempos atuais se relaciona diretamente ao fenômeno da desindustrialização, que começou a ser definida entre os pensadores econômicos já nos anos 1990. De um "conceito clássico", que identifica o fenômeno à redução da participação do emprego industrial no emprego total, relativo a um país ou região, passou-se paulatinamente a um "conceito ampliado", que compreende uma queda tanto no emprego industrial proporcional ao total quanto no valor adicionado da indústria em relação ao PIB. "Uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado para uma determinada economia" (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 221). Se a desindustrialização dos países do Norte Global resultou em especial no aumento da participação de produtos com maior desenvolvimento tecnológico e maior valor agregado na produção, na América Latina, África e parte da Ásia, houve um retorno à supremacia dos produtos primários no PIB, com conseqüente fortalecimento dos setores agrários, aceleração do desemprego industrial e enfraquecimento dos sindicatos.

Qual a importância destas transformações para os estudos históricos a respeito da memória operária? Em nossa perspectiva, o contexto de desativação de plantas industriais, de mudança da matriz energética e de desemprego tornou ainda mais vitais para os trabalhadores e trabalhadoras a produção de memórias a respeito de suas experiências pretéritas laborais e também de luta, bem como ajudaram a definir o caráter e o significado das representações elaboradas nas narrativas memorialísticas. Podemos dizer que, no contexto de desindustrialização, as lembranças acabam sendo muitas vezes ainda mais dominadas pelo saudosismo, tendendo a ressaltar preferencialmente aspectos positivos ou mesmo reinventar um passado supostamente harmonioso colocado sempre em contraste a um presente compreendido como um tempo sem futuro ou esperança. Por outro lado, o rememorar se apresenta paradoxalmente como unificador de dois polos que parecem opostos: um tempo de companheirismo, solidariedade e valorização do saber operário, por um lado, e a lembrança da exploração, do sofrimento associados ao trabalho e dos movimentos coletivos de resistência, por outro.

Examinando a produção da identidade operária no processo de desindustrialização na Índia, Joshi (2009) observa que inclusive as identidades de gênero são afetadas, porque os homens deixam de ser os sujeitos melhor remunerados nas famílias e as mulheres assumem um protagonismo inédito na sociedade indiana. Além disso, a memória da fábrica como espaço coletivo e de transformação não morre, e nem as experiências de resistência anteriormente vivenciadas pela classe; mas o passado do emprego industrial massivo é ressignificado num tempo de desemprego, já que a desativação das fábricas e a desmobilização dos trabalhadores traz também uma "invisibilização do trabalho nos espaços públicos" (2009, p. 22).

De qualquer forma, o processo de construção das memórias operárias é em si um momento de embate e negociação entre experiências e sujeitos que integraram e integram a construção identitária da comunidade. As tensões entre um passado idealizado e um presente com poucas perspectivas não se verifica apenas nas memórias dos indivíduos, e é percebida também na própria constituição do patrimônio histórico edificado, na qual a memória é elemento central e alvo de disputa. "Os lugares não são apenas cenários passivos para o processo social, mas estão ativamente envolvidos na construção de identidades sociais" (SAVAGE, 2011, p. 26).

Projetos de patrimonialização tendem a estabelecer uma história unificada a respeito do passado industrial, ressaltando porventura aspectos estéticos e econômicos mais atrativos a uma apropriação turística deste. Como ressalta Ferreira, "essa transformação geralmente oculta ou dissimula aqueles traços que evocariam os sinais de sofrimento inerentes a alguns processos produtivos" (2009, p. 23). Por outro lado, mesmo quando a memória de classe operária está presente nos espaços industriais, corre-se o risco de oferecer uma narrativa que implica no esquecimento de passados alternativos – como a vida dos trabalhadores e trabalhadoras não fabris, diaristas, domésticos, precários.

Ainda no que se refere à patrimonialização, e em especial para o caso analisado, é importante salientar que o processo de tombamento do conjunto arquitetônico que integra o complexo do Museu do Carvão, em Arroio dos Ratos, constituiu-se em uma tentativa de evocar o passado industrial do Rio Grande do Sul em um contexto de crise e tentativas, por parte dos poderes locais, de fomento da indústria nesse novo período como possibilidade de saída da estagnação econômica. (FREITAS, 2015). Nesse cenário, estudos concluem que a comunidade arroio-ratense e da região pouco foi protagonista nos processos de patrimonialização dos remanescentes da indústria carbonífera na cidade- tanto na elaboração dos tombamentos quanto na criação do Museu do Carvão- elementos que podem nos ajudar a compreender a relação, por vezes conflituosa, dos objetos patrimonializados da indústria carbonífera e as narrativas construídas para tanto, que muitas vezes pode acabar ofuscando memórias e

processos históricos que fazem sentido para parte da comunidade, principalmente de antigos trabalhadores, em prol da rememoração de um passado economicamente glorioso.

A memória do trabalho nas minas de carvão do Brasil é também uma memória que tende a construir uma narrativa sobre um passado de heroísmo, sacrifício, masculinidade e solidariedade. Tal solidariedade por vezes se limita ao rememorar da vida comunitária nas vilas fabris, distantes de maiores centros urbanos e onde as famílias de trabalhadores viviam em relativo isolamento; e por outro, agrega ao perfil heroico a memória das lutas sindicais, greves e enfrentamentos com o patronato. Em tempos mais recentes, elementos como o associativismo negro e o protagonismo feminino têm sido cada vez mais valorizados nessa construção memorialística.

De forma sintética, a mineração de carvão no Brasil iniciou-se pelo estado do Rio Grande do Sul, a partir do final do século XIX, sendo que esta região praticamente monopolizou a produção nacional até meados da II Guerra Mundial. O carvão rio-grandense era destinado especialmente para a Viação Férrea e produção de energia elétrica. A partir daí, a região de Criciúma, em Santa Catarina, assumiu a liderança da extração nacional, alimentando os fornos da recém-criada Companhia Siderúrgica Nacional. A mineração atraiu milhares de operários às vilas mineiras, tanto do Brasil quanto do Exterior, sendo que a maior parte foi recrutada pelas mineradoras. A montagem pelas empresas de vilas operárias, com casas, escolas, igrejas, postos de saúde, clubes de lazer e outras instalações, servia como atrativo, mas tinha como contraponto um estrito controle da vida comunitária. Por outro lado, as péssimas condições de trabalho e a coesão dos trabalhadores alimentou movimentos reivindicatórios importantes. A primeira greve dos trabalhadores das minas do Rio Grande do Sul ocorreu já em 1885 e já há registro de sindicatos no início do século XX. Ao longo do século XX, diversas greves provocaram a interrupção da produção, havendo inclusive momentos de intervenção militar nas minas (SPERANZA, 2014).

A partir dos anos 1960, há um progressivo declínio da mineração de carvão no Rio Grande do Sul, com o abandono de diversos poços e esvaziamento de diversas vilas operárias, entre elas Arroio dos Ratos, onde se iniciou a extração. Atualmente, a produção de carvão ainda existe em diversos municípios rio-grandenses, mas empregando um número significativamente menor de operários, já que a extração se dá somente em minas de superfície e não mais de subsolo. A memória dos antigos tempos da exploração massiva se apresenta diretamente relacionada ao patrimônio edificado das vilas mineiras, nem sempre em bom estado de conservação.

Em Arroio dos Ratos, as instalações da primeira usina termoelétrica do país (fundada em 1924) e do poço 1 (de 1908), entre outros prédios, foram transformadas no Museu Estadual do Carvão em 1986, numa área de aproximadamente 10 hectares. Mas embora a importância do conjunto edificado, foi somente no início do século XXI que o museu passou a contar com um acervo documental mais significativo, e em grande parte por esforço da comunidade.

Esse esforço se iniciou dez anos após a constituição do museu, quando em 1996, uma associação cultural da cidade de Butiá, antiga vila mineira contígua a Arroio dos Ratos, recebeu a informação de que a empresa Copelmi, que havia herdado o acervo do Consórcio Administrador das Empresas de Mineração, o Cadem, pretendia destruir um grande volume de documentos. Embora o Cadem tenha existido entre 1936 e 1964, foi precedido e sucedido por diversas outras empresas, que haviam repassado ou herdado a documentação. Assim, tratava-se de dez toneladas de documentos referentes a toda história da mineração de carvão no século XX. Por iniciativa da então professora de história municipal Gertrudes Novak Hoff, então presidente da Associação Cultural Butiaense (ACUB), ocorreram uma série de negociações com a Copelmi e a documentação foi transferida provisoriamente para uma série de escolas

da cidade, e por fim para o Engenho Novak, da família da professora Gertrudes, em Butiá (WITKOWSKI, 2019; FREITAS, 2015).

O esforço era para que a documentação não fosse destruída. Mas a iniciativa da professora Gertrudes conseguiu mobilizar parte da comunidade, entre eles jovens estudantes, como Márcio Lopes (hoje professor da rede de ensino de Butiá), que relatou, em 2022:

Era uma montanha de documentos. Eu olhei para aquilo ali e disse: "Mas o que eu vou fazer com isso?" Porque era um engenho que não era usado há muito tempo, então era muita poeira, muita sujeira, e que ela emprestou esse engenho para essa documentação não ir fora, porque eles [a empresa] queria colocar fora. Uma coisa de louco. Aí ela foi explicar direitinho para mim do que se tratava. Ela dizia que aquilo ali era a certidão de nascimento da cidade. (...) Eu ia para ali todas as manhãs juntar aqueles documentos do chão e colocar em estantes improvisadas, que a gente mesmo fazia de tijolos. (...) Era tudo, desde cartas de um engenheiro para o outro, coisas do dia a dia de trabalho, até plantas da cidade, as ruas que iam sendo criadas, e quantas casas iam ter em cada rua, qual mineiro ia ocupar cada casa, tudo isso o Cadem (que era o nome da empresa), eles tinham o controle geral de tudo (LOPES, 2022)

Embora em condições precárias (incluindo a presença de animais no engenho, como ratos, corujas, cobras), o esforço da professora e da comunidade conseguiu preservar boa parte da documentação. Em 2009, um grupo de voluntário de cientistas sociais e historiadores de universidades do estado começou a desenvolver o projeto "Uma Luz no Fim do Túnel", com o objetivo de salvaguardar a documentação. Foram promovidos cursos junto a escolas da região com oficinas de higienização, divulgação e valorização da documentação, relacionado à memória da comunidade. Em 2010, a empresa Copelmi retirou a documentação do Engenho Novak, acomodando o material em suas instalações. Naquele mesmo ano, o Iphan RS solicitou como ação compensatória a um processo impetrado pela Copelmi para o licenciamento ambiental referente à área de mineração a requalificação do Museu do Carvão, incluindo a documentação por tantos anos abrigada no Engenho Novak.

Assim, a pressão da comunidade e dos historiadores resultou no acolhimento do projeto "Uma Luz no Fim do Túnel" no Museu Estadual do Carvão e nas negociações que levaram ao financiamento, pela Copelmi, das despesas para reforma do antigo prédio do Laboratório do Cadem para abrigar o Arquivo Histórico da Mineração, além da contratação de profissionais arquivistas para higienizar e organizar a massa documental de forma profissional. O prédio foi reinaugurado em 2012, já com o arquivo em seu interior. Atualmente, o arquivo histórico conta com o inventário dos fundos documentais, publicado em 2021 e também disponível virtualmente, tornando possível a divulgação e acesso aos documentos tanto a pesquisadores quanto a comunidade. De forma geral, este instrumento nos traz o histórico de constituição de cada uma das empresas que atuaram na região carbonífera desde o final do século XIX até os anos de 1990, englobando as estradas de ferro e cabo aéreo para transporte do carvão que também estavam sob controle de determinadas companhias.

Nesse sentido, gostaríamos de explorar alguns fundos documentais com a finalidade de propor uma reflexão inicial sobre quem eram, afinal, os trabalhadores da mineração do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX, orientadas pelas discussões que apontam para a necessidade de olharmos para a experiência de negros e negras na constituição do mundo do trabalho após a abolição da escravidão (NASCIMENTO, 2016).

A região das minas de carvão no Rio Grande do Sul contou diferentes fluxos de refugiados durante os anos de sua atividade. Ainda no século XIX, famílias de mineiros ingleses e espanhóis foram arregimentadas para o trabalho na mineração. Ao longo do século XX, outros processos migratórios foram identificados, tendo destaque a vinda de trabalhadores imigrantes atingidos pelas consequências da II Guerra Mundial, sobretudo europeus, em

esforço de cooperação das empresas mineradoras com o governo brasileiro (SPERANZA, 2021). No que diz respeito a esses trabalhadores, podemos afirmar que há um esforço para ressaltar a contribuição europeia na formação da comunidade local- em Arroio dos Ratos, inclusive, uma das principais avenidas da cidade recebe o nome de Espanha, nos convidando a refletir sobre as referências selecionadas para a construção de memórias que muitas vezes excluem, principalmente trabalhadores negros, do mundo do trabalho do sul do Brasil após a abolição. No entanto, o Arquivo Histórico do Museu do Carvão nos possibilita ampliar a compreensão a respeito destes trabalhadores.

A documentação referente aos acidentes de trabalho está inclusa em diferentes fundos do acervo, sendo organizada a partir de cada companhia mineradora responsável pela exploração do carvão em determinados períodos e localidades. Assim como uma série de documentações a respeito dos trabalhadores da mineração, existem poucos registros que especificam a cor dos operários não brancos. No entanto, tal constatação não deve ser tomada como uma totalidade ou impedimento para que as pesquisas invisibilizem tais agentes. Nesse sentido, tomamos como exemplo o livro de registro de acidentados do fundo da Companhia Carbonífera Rio- grandense, que controlava a exploração do mineral na cidade de Butiá de 1917 a 1936, ano em que passa a compor o Cadem, consórcio com outras mineradoras da região. De 1935 a 1940, a documentação nos traz- além da quantidade expressiva de acidentes dos mais variados tipos sofridos pelos trabalhadores, evidenciado o grau de periculosidade a que a maioria deles estava exposta-, informações importantes como nome completo, cor e a função desempenhada por cada um- se no subsolo ou na superfície, além de especificar o tipo de lesão sofrida.

O fundo documental com maior volume é referente ao Cadem, Consórcio Administrador de Empresas de Mineração, que passa a administrar as empresas de Arroio dos Ratos e Butiá a partir de 1936 até 1964, além de controlar os serviços nos portos de localidades próximas por onde se escoava o carvão. A documentação se refere a um contexto importante politicamente e economicamente, englobando o período do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, momento em que se intensifica as políticas de fomento ao carvão nacional, tornando o estado como o maior produtor do país. Além disso, o contexto abarca importantes movimentos de organização dos trabalhadores, que vão culminar em expressivas greves, também permitindo descortinar a atuação tanto do empresariado das minas quanto do governo através de medidas repressivas.

Internamente a esse fundo, a série documental referente às carteiras de trabalho nos traz possibilidades de análise acerca dos trabalhadores da mineração, sendo constituído sobretudo a partir da doação de familiares de ex- mineiros. As carteiras profissionais foram instituídas no Brasil a partir de 1932 e tornadas obrigatórias a partir de 1943 com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (SPERANZA, 2017). A partir de uma iniciativa do docente de História Giovani Ceroni, da educação básica do município de Arroio dos Ratos, foi possível realizar a descrição das informações básicas trazidas por essas fontes em colaboração com alunos da Escola Municipal Miguel Couto que, em turno contrário às aulas, participaram das atividades do "Clube de História" no arquivo histórico do Museu do Carvão. O acervo conta com aproximadamente trezentas carteiras de trabalho das décadas de 1930 e 1940 contendo fotos dos trabalhadores e, além da cor, local de nascimento, local de moradia- que indicava a mina onde o operário estava empregado-, nome dos pais e funções desempenhadas. A partir dos registros é possível identificar algumas das migrações realizadas por esses trabalhadores, muitos vindos de regiões próximas às minas, e também traçar as experiências de alguns deles no mundo do trabalho já que, em alguns desses documentos, constam registros de outros empregos. A existência de fotos nas carteiras de trabalho é especialmente importante pois permite refletir sobre as classificações de cor atribuídas aos trabalhadores não brancos, assim

como problematizar algumas leituras a respeito destas classificações, que provavelmente eram feitas por pessoas que não os próprios trabalhadores.

Por fim, outra série documental importante é referente às demandas de cunho jurídico do consórcio Cadem, composto por reclamações trabalhistas, especialmente envolvendo acidentes de trabalho e moléstias profissionais, assim como ações das companhias contra empregados. Tais documentos já vêm sendo bastante utilizados por pesquisas que buscam analisar as relações entre patrões, operários e o estado na busca por direitos, mesmo antes da instituição das legislações trabalhistas, assim como perspectivar as possibilidades de agência dos trabalhadores no determinado período. Alguns destes documentos também nos trazem alguns dados para além das reclamações em si, como cor, local de origem e moradia dos trabalhadores ainda que, infelizmente, não constem na totalidade da massa documental.

A documentação oriunda das empresas mineradoras que hoje compõe o Arquivo Histórico do Museu do Carvão permite ampliar as discussões a respeito da memória e história da exploração de carvão no Rio Grande do Sul. Para tanto, é necessário que projetos de divulgação sejam desenvolvidos e estejam conectados com a comunidade local, principalmente através das escolas e espaços de educação, objetivando a construção de condições para que o direito ao acesso a essa documentação seja cada vez mais garantido.

Referências bibliográficas

LOPES, Marcio. Entrevista a Lizandra Roman e Clarice Speranza. Podcast Hora do Trampo (Edição especial), projeto UFRGS, 2022. Disponível em < <https://youtu.be/AhtUotxcNgw>>. Acesso em 05/08/2023.

FERREIRA, Maria Leticia M. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. *Museologia e Patrimônio*, v. 2, n. 1, 2009.

FREITAS, Tassiane Melo de. *Do complexo carbonífero a museu: o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul, Brasil (1983-1994)*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural), UFPel, 2015.

JOSHI, Chitra. Espaços do trabalho e história social na Índia. *Estudos históricos*, n.43, 2009.

NASCIMENTO, Alvaro Pereira. Trabalhadores negros e o paradigma da ausência. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, n.59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

OREIRO, José Luis e FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*. 2010, v. 30, n. 2.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. *Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 5, 2011.

SPERANZA, Clarice. *Cavando direitos*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

_____. Branco, preto, pardo, moreno ou escuro? Classificações raciais nas carteiras dos trabalhadores gaúchos (1933- 1945). *Tempos Históricos*, Vol. 21, p. 100- 124, 2017.

_____. O Afluxo de refugiados e "deslocados de guerra" para as minas de Carvão do Rio Grande do Sul ao fim da II Guerra. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 37, p. 565- 590, mai/ago 2021.

WITKOWSKI, Alexsandro. *Da luz no fim do túnel ao Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão: O acervo documental da mineração na região carbonífera do Baixo Jacuí, Rio Grande do Sul (2009 -2016)*. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio), UFRGS, 2019.

A trajetória da *História em revista*

Lorena Almeida Gill

Núcleo de Documentação Histórica

A primeira edição da revista se deu no ano de 1994, quando um pequeno grupo de professores, daquele momento, vinculados ao Núcleo de Documentação Histórica, Beatriz Loner, eu, Fábio Cerqueira e Temístocles Cezar, pensou em criar um periódico que pudesse repercutir a produção historiográfica, relacionada tanto à UFPel como a outras universidades do Brasil e de outros países próximos, especialmente da América Latina.

Boa parte do que era publicado na cidade, seja nos jornais ou com referência à história era vinculado ao que era produzido pelo Instituto Histórico e Geográfico formado, em sua maioria, por profissionais de outras áreas, que gostavam de pensar e escrever sobre a História.

Dentro desse contexto, o primeiro número, que tinha na capa a imagem emblemática do antigo prédio do Instituto de Ciências Humanas (antes Faculdade Eliseu Maciel e agora Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo), surgiu em um formato especial, versando, principalmente, sobre a História de Pelotas.

É desse volume, por exemplo, uma pesquisa que foi a precursora da própria formação do NDH, que aconteceu no ano de 1990, ou seja, foi divulgado um estudo sobre a reconstrução da memória da UFPel, escrito pela professora Beatriz Loner, o qual acabou dando origem, mais tarde, a um livro sobre o mesmo tema.

A apresentação do primeiro volume enalteceu o apoio, ao projeto, oferecido pelo professor Amílcar Gigante, reitor da Universidade entre 1989 e 1992, um perseguido político no período da ditadura civil militar, que havia procurado a professora Beatriz para que organizasse documentos esparsos em vários departamentos, unidades e faculdades dando origem assim ao NDH.

O texto de apresentação do número pioneiro, escrito por Beatriz, assim anuncia: "A partir desse primeiro exemplar da 'História em Revista', composto por artigos de professores ligados ao NDH UFPel, nossa revista terá publicações semestrais, tendo como projeto editorial criar um espaço de discussão e atualização de temas históricos, tanto de história recente e contemporânea como de períodos recuados, possibilitando, à comunidade de pesquisadores, professores e interessados pelo estudo de história, o acesso a uma publicação em que poderá tomar contato tanto com artigos de pesquisadores da região como de cientistas de nível nacional e internacional".

O fato é que, embora se pretendesse fazer uma revista com periodicidade semestral tal tarefa não se mostrou muito fácil, especialmente naquele início, quando se contava com poucos professores no departamento de História. E assim fomos fazendo o que era possível, com o lançamento de um volume por ano. Muitas dessas edições versavam sobre novas perspectivas para a História, relacionada à chamada História vista de baixo, por exemplo, que fizeram com que o NDH procurasse fazer estudos que trouxessem protagonismo a outros personagens como operários, artesãos, camponeses, mulheres, negros, pessoas com deficiência, adoentados, dentre outros. Há números emblemáticos desse momento, como o volume 3, de 1997, que abordou a escravidão no extremo sul do Brasil e anunciou pesquisas precursoras sobre escravidão e pós-abolição, como as que a professora Beatriz Loner iria se dedicar, ainda com mais afinco, durante a escrita de sua tese doutoral, que versou sobre a formação da classe operária em Pelotas, entre os anos de 1888 e 1937. Toda essa trajetória também foi um

prelúdio para uma obra de fôlego que foi o Dicionário de História de Pelotas, projeto que aconteceu durante cinco anos.

Como se tinham estudos importantes sobre temáticas diversas e, muitas vezes, os professores, especialmente da educação básica, possuíam pouco acesso ao que era produzido pela Universidade, se pensou em fazer uma compilação dessas novas pesquisas se construindo um Dicionário, a partir de verbetes pequenos (até 25 linhas), médios (até 50 linhas) e grandes (até 100 linhas), escritos por 45 especialistas. O material deveria servir para publicizar essas novas produções, a partir de fontes confiáveis. O fato é que a ideia deu muito certo e, além das duas edições físicas (com tiragens de 300 e 500 exemplares), atualmente se tem o livro em formato e-book, com mais de 141 mil downloads, a partir da página do NDH. Tal projeto exitoso fez com que se pensasse, também, na edição de um segundo volume, que irá abarcar temas a partir da década de 1960, marco temporal do volume 1, além de atualizar alguns dos verbetes do primeiro volume, tendo em vista novas pesquisas que estão sendo realizadas, atualmente.

Com o tempo o NDH se voltou, especialmente, para a história do mundo dos trabalhadores e trabalhadoras, tendo em vista o recebimento de três acervos principais: as mais de 600 mil fichas de qualificação de todo o estado do RS, documento feito pelos trabalhadores e trabalhadoras quando iam solicitar as carteiras de trabalho; os mais de 93 mil processos trabalhistas físicos do Memorial da Justiça do Trabalho, TRT 4, que fazem com que este tipo de material seja um dos mais completos do Brasil e o acervo documental de uma fábrica, a Laneira, cujo prédio foi incorporado ao patrimônio da UFPel. Tal fato repercutiu no periódico, pois muito do que é produzido versa, justamente, sobre esta perspectiva.

Foram vários os números que trouxeram artigos sobre o mundo dos trabalhadores, mas o de dezembro de 2013 apresentou os anais das VII jornadas regionais do GT Mundos do Trabalho e a edição de julho de 2022 abordou os trabalhadores e trabalhadoras no passado e no presente.

Sobre as alterações na História em Revista, no ano de 2020, em plena pandemia de Covid-19 foi possível concretizar a ideia inicial, ou seja, o grupo responsável pelo periódico efetivou a periodicidade semestral, com propostas de artigos avaliadas por, no mínimo, dois pareceristas e houve a ampliação do conselho editorial, de tal modo que os novos nomes pudessem colaborar, de fato, com as discussões sobre os novos rumos do periódico. Os seis últimos números da revista, portanto, demonstraram essa maior profissionalização do periódico. O fato é que esse esforço de se buscar uma periodicidade de dois volumes anuais, sempre publicados no mesmo mês; a avaliação dos artigos propostos às cegas e uma grande ampliação do conselho editorial trouxe recompensas, já que finalmente foi obtida uma boa pontuação junto ao Qualis Periódicos, B1. Isto pode parecer pouco, mas se passou de C para B1.

Bem, o que se está fazendo atualmente? Dois dossiês por ano, conforme já dito, escolhidos a partir de editais. A pretensão é que cada dossiê contenha entre um e dois artigos de autores(as) estrangeiros(as) e que incorpore contribuições de diversas instituições, diferentes grupos de pesquisa e estados brasileiros; na perspectiva de uma diversidade regional, mas, também, da internacionalização. Houve, também, uma intensificação da presença da História em Revista nas redes sociais, especialmente no Instagram, com a implementação de uma conta que publica chamadas para novos dossiês e artigos de números antigos que tiveram uma boa repercussão.

O volume através do qual se chegou mais próximo do modelo que estávamos tentando implementar logo no início foi o 26, número 1, de 2020, que versou sobre a história da saúde, da doença e da assistência e foi organizado por pesquisadores de 3 instituições diferentes: Museu de História da Medicina, Santa Casa de Misericórdia de Poeto Alegre e Museu da

Unimed. O volume contou com 21 artigos, de pesquisadores de diversas instituições do Brasil e havia dois artigos de fora. Talvez a adesão tenha se dado justamente pelo momento em que se vivia, com a pandemia de Covid-19.

Do ponto de vista da instituição UFPel não há apoio da Universidade e, por isso, foi criado um grupo de editores e editoras que se reuniram, de forma independente, para cobrar da instituição a construção de políticas que visassem qualificar os periódicos. Após um ano da constituição do grupo, que se encontrava periodicamente, a universidade chamou os editores e propôs algumas ações como cursos de formação aos editores; compra de DOIs, disponibilização de um servidor, no âmbito mais geral, que pudesse resolver pequenas e grandes pendências.

A Universidade chega até a prejudicar o trabalho dos editores, pois muda, algumas vezes, as plataformas nas quais as revistas estão albergadas e não avisa aos interessados.

O fato é que muitas revistas criaram novas possibilidades de organização a partir, principalmente, do apoio dos PPGs, já que é interessante para os programas terem revistas qualificadas. No caso da História em Revista temos um servidor técnico-administrativo, o Paulo Koschier, que não se envolve só com a revista, pois atua nas tarefas do NDH como um todo, mas praticamente a faz sozinho, o que facilita bastante o trabalho.

O plano para o futuro é tornar a revista mais acessível e diversa, principalmente no que se refere à produção publicada. Dentro desta perspectiva a ideia é continuar cobrando a Universidade para que auxilie os editores no trabalho diário que possuem.

O Núcleo de Documentação Histórica e a História Pública

Lorena Almeida Gill

Núcleo de Documentação Histórica

O Núcleo de Documentação Histórica, da Universidade Federal de Pelotas (NDH/UFPel), Brasil, é um centro de documentação que existe desde o ano de 1990 tendo sido criado pela professora Beatriz Loner, falecida em 2018. No início, o acervo se relacionava a um projeto piloto sobre a história da própria universidade, já que o objetivo era salvaguardar documentos e fotografias dispersas em unidades, faculdades e centros, mas, com o passar do tempo, esse lugar de memória se especializou no mundo dos trabalhadores e trabalhadoras.

Nos últimos 33 anos, portanto, foi possível aglutinar um amplo acervo documental sobre movimentos sociais e políticos da região, que deu origem a estudos diversos, a maioria versando sobre a história social dos trabalhadores gaúchos, suas condições de vida e suas trajetórias laborais.

A preocupação do NDH, desde os seus primórdios, era a de salvaguardar fontes que, de outra forma, estariam perdidas e em se tratando de trabalhadores isto é ainda mais complicado, pois os vestígios sobre as suas trajetórias não são abundantes.

Dentro deste contexto o primeiro conjunto documental recebido é composto por mais de seiscentas mil fichas de qualificação da Delegacia Regional do Trabalho, datadas de 1933 a 1968, que eram preenchidas no momento da feitura da carteira de trabalho e que incluíam uma grande parte das cidades do Estado do Rio Grande do Sul. Esta documentação, que está sendo colocada em um banco de dados atualmente, foi recebida pela Universidade Federal do RS (UFRGS), que a repassou à UFPel, no ano de 2001.

O segundo acervo se relacionou a 93.845 mil processos trabalhistas da cidade de Pelotas, datando de 1936 a 1998, que passaram a ser salvaguardados pelo NDH, em regime de comodato, a partir de 2006. Os documentos são do Memorial da Justiça do Trabalho de Porto Alegre e o objetivo era que ficassem albergados em sua cidade de origem. Trata-se de um dos acervos mais completos que se tem deste tipo no Brasil, já que uma Lei do governo José Sarney permitiu a incineração dos autos findos, após 5 anos de arquivamento. Este acervo é buscado por pesquisadores, mas, também, por trabalhadores e trabalhadoras por três motivos principais: provar tempo para aposentadoria; demonstrar situações de insalubridade e obter documentos visando a aquisição da dupla cidadania.

E, por último, vinculado ao mesmo escopo, foram recebidos documentos da antiga Fábrica Laneira, fundada entre 1948 e 1949, na cidade e que produzia lã para consumo interno no país e, também, para exportação. Esta documentação chegou a UFPel a partir de um ato extremo de tentativa de salvar uma parte do acervo, já que o prédio estava sendo entregue e carroceiros estavam na porta para a retirada de papeis para a venda. A equipe do NDH precisou ser ágil para conseguir ficar com algumas fichas dos trabalhadores, plantas do prédio, cópias de processos judiciais, dentre outros.

Embora esses documentos estejam sendo organizados há bastante tempo, no momento da pandemia de Covid-19 se percebeu o quanto seria importante se ter séries documentais publicizadas no site, que envolvessem uma mesma empresa ou um marco temporal, por exemplo e que estivessem disponíveis de uma maneira mais ágil.

A ideia é que este conjunto pudesse ser acionado com mais facilidade, de forma on-line, já que muitos alunos tiveram dificuldades em concluir seus trabalhos, uma vez que as instituições de pesquisa foram fechadas por bastante tempo.

Quatro medidas urgentes foram tomadas, a partir desse momento: a disponibilização dos 280 processos trabalhistas de Pelotas, datados entre 1937 e 1958, no site do NDH, os quais estavam digitalizados na página do Memorial do Tribunal da 4ª região, Porto Alegre. Esta documentação proporcionou a construção de algumas análises iniciais, especialmente para alunos que não tinham acesso a outros documentos e precisavam finalizar suas monografias.

A formação de novos conjuntos documentais, que abrangem a digitalização da totalidade dos processos encontrados e que se vincularam, até o momento, às seguintes fábricas alimentícias, em sua totalidade: Cotada, organizada em 1956 (104 processos); Casa Verde, fundada em 1977 e que tem 226 processos e Fábrica Mello, construída em 1970 (103). A intenção é a de se ter documentos que permitam uma análise mais geral sobre um caso em específico. Neste sentido, se iniciou, recentemente, também a digitalização de uma das empresas mais procuradas para estudos que é a Companhia Fiação e Tecidos, a qual possui 2.062 processos trabalhistas, a maioria de mulheres.

O fato é que é um processo moroso, pois conta com uma mão-de-obra pequena. Para se ter uma ideia no ano passado digitalizamos mil processos e, neste passo, levaríamos 93 anos para concluir a disponibilização do acervo da JT.

Houve ainda a criação de vários conteúdos para a divulgação nas redes sociais tanto dos acervos sobre trabalhadores quanto de artigos, capítulos de livros e livros produzidos pelos professores vinculados ao NDH. Para citar um dos casos se exemplifica a divulgação do Dicionário de História de Pelotas, o qual já teve mais de 141 mil downloads, na versão e-book. Para aproximar o leitor da obra, nos últimos anos tem sido publicado no Instagram resumos de verbetes que são os mais acessados pelos leitores, de forma a publicizar ainda mais o conteúdo, que já é bastante citado tanto em trabalhos acadêmicos quanto nas redes sociais.

Um outro exemplo importante sobre a apropriação do é que feito na Universidade pelo público externo se relacionou à abordagem da produção acadêmica, feita por um canal da Internet, em 2018, que discutia se um cantor de rap, Matuê, deveria ou não se apresentar em um show em uma charqueada de Pelotas. Usando um texto sobre escravidão e morte produzido por pesquisadores do NDH (Beatriz Loner, eu e Micaele Scheer), foi feito um debate público sobre o lugar ser considerado o "purgatório dos negros" e o vídeo do canal no youtube Quadro em Branco já foi visto por 272 mil pessoas. O artista, depois da discussão, afirmou que só faria o show se fosse alterado o lugar. Em suas redes sociais assim postou: "Eu jamais aceitaria um show num lugar historicamente marcado pela escravidão, sou totalmente contra qualquer tipo de segregação e sempre fui".

E, por último, houve a publicação de algumas entrevistas já realizadas pelo laboratório de História Oral em *site* específico, visando torná-las mais conhecidas pelos pesquisadores da área de ciências humanas e sociais. Dentre as narrativas, um acervo chama a atenção e é composto por setenta entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras cujos ofícios estão em transformação ou em vias de extinção como sapateiros, relojoeiros, pescadores artesanais, tecelãs, estivadores, motorneiros, alfaiates, benzedores, dentre outros.

Mais recentemente foram feitas e publicizadas várias entrevistas sobre os impactos da pandemia no cotidiano dos moradores da cidade de Pelotas e, neste ano, 48 entrevistas foram realizadas, a partir de 63 encontros com médicos, alunos e técnicos-administrativos, que construíram a Faculdade de Medicina da UFPel que nasceu privada. Todo este material estará disponível para consultas no nosso site.

Embora a história pública possa ser pensada a partir de várias nuances, nessa comunicação se vincula à tentativa do NDH de se relacionar com diferentes grupos, especialmente vinculados à comunidade externa, que queira ou acessar o nosso acervo e/ou as análises construídas com o passar do tempo.

A perspectiva é a de que conhecimento produzido em uma Universidade mantida com recursos públicos possa ser apropriado pela população de diferentes maneiras.

A “racialização” do trabalho sob contrato à luz das teses de Anibal Quijano

Paulo Cesar Gonçalves

Unesp/CNPq

Sul Global é um termo utilizado em estudos pós-coloniais e transnacionais para fazer referência ao terceiro mundo e ao conjunto de países em desenvolvimento, mas abarca ainda regiões pobres de países ricos do hemisfério Norte. O Sul Global estende o conceito de país em via de desenvolvimento, referindo-se aos territórios que têm uma história interconectada de colonialismo, neocolonialismo e estruturas socioeconômicas com grandes desigualdades em padrões e expectativas de vida ou acesso a recursos.

Os estudos de Anibal Quijano apresentam-se como estratégia de abordagem do Sul Global sob a perspectiva que pode escapar ao olhar de pesquisadores europeus e estadunidenses. O conceito de “colonialidade do poder” e suas derivações, como “colonialidade do controle do trabalho”, fornecem instrumental que permite identificar a continuidade da distribuição racial do trabalho associada a formas de exploração do capitalismo colonial, dentre elas, o trabalho sob contrato, objeto desta comunicação.

Emerso de experiências anteriores ao século XIX, tanto nas metrópoles europeias quanto nas colônias, o trabalho sob contrato moderno ficou localizado geograficamente e racialmente em determinadas áreas e populações consideradas periféricas ao capitalismo e à civilização ocidental. Ao mesmo tempo, foi engendrado por essa civilização como tentativa de contraposição à escravidão, considerada em franca oposição às concepções do liberalismo e moralmente condenada, apesar de sua persistência em alguns espaços coloniais como forma de controle do trabalho.

A questão a ser analisada, portanto, é por que o trabalho sob contrato ficou restrito a áreas coloniais a partir de meados do XIX, ou no que hoje é denominado de Sul Global? A hipótese testada nesta comunicação é de que a resposta deve incluir o conceito de “racialização” do trabalho, conforme as teses de Anibal Quijano.

As revoluções atlânticas imprimiram ao ideário liberal novas noções de liberdade econômica e cidadania política ao ponto de impor desafios inéditos relacionados à noção universal de liberdade, à emancipação da escravidão e à integração do ex-escravizado à sociedade. O conceito de cidadania associava-se à ideia de liberdade, no sentido de pertencimento a uma comunidade política, mas sua ambiguidade também delimitava a categoria da exclusão. Assim, se novas tendências políticas da Europa produziam cidadãos, as conquistas imperialistas do século XIX produziam súditos coloniais, contrapondo, até certo ponto, um movimento “libertador” no caso europeu e “limitador” nas colônias, pois negava a essas populações um lugar na política.¹

Conflitos em torno de diferentes formas de exploração do trabalho, de classificações e identidades racializadas e de limitações ou ampliações de direitos à cidadania tiveram como resultado ideologias excludentes que permitiram tolerar formas alternativas de trabalho compulsório e, ao mesmo tempo, limitar o acesso aos direitos civis e políticos.² A ciência do século XIX legitimou, através da moderna noção de raça, a naturalização das desigualdades sociais que incidiam sobre grupos considerados racialmente inferiores, justificando restrições

¹ Frederick Cooper; Thomas Holt; Rebecca Scott (orgs.), *Além da escravidão*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 58-59.

² Hebe Mattos, Prefácio, In: Cooper; Holt; Scott (orgs.), *Além da escravidão*, 2005, p. 16-17.

dos direitos civis inerentes às novas concepções de cidadania, requeridas pelo liberalismo, e instrumentalizadas pelo imperialismo europeu na África e na Ásia.³

Para alguns liberais do século XIX, o direito ao trabalho, a propriedade de si mesmo e de celebrar contratos condicionavam a ideia de liberdade, enquanto para os escravizados e outros trabalhadores forçados, liberdade significava ausência de trabalho e o fim de contratos onerosos. Essas diferentes noções de liberdade estavam no centro dos debates sobre o comércio de *coolies*, por exemplo. Políticos e intelectuais ocidentais discutiram sobre o sentido da liberdade com respeito a esses trabalhadores, mas eles geralmente concordavam com os proprietários de plantações e traficantes de *coolies* que mesmo os emigrantes nominalmente livres deveriam trabalhar. Um problema semelhante surgiu para os escravizados recém-emancipados nas Américas, a quem deveria ser ensinado que "ele era livre, mas livre apenas para trabalhar".⁴

Nesse sentido, a ideia da superioridade europeia e o dever da tutela sobre os "povos mais atrasados" eram basilares. No mundo ocidental, a abolição da antiga sanção penal sobre quaisquer violações do contrato de trabalho pelos trabalhadores fez usualmente parte da expansão do sentido da cidadania. Porém, as severas restrições às liberdades dos trabalhadores, em si já altamente problemáticas, eram exacerbadas pela distinção colonial entre cidadãos e sujeitos, uma desigualdade que coincidia largamente com as categorias raciais e que permitiu a demarcação entre trabalhadores que tinham direito à proteção, à associação e acesso ao estado de bem-estar, e aqueles que não tinham, embora algumas noções sobre o bem-estar ressoassem nas políticas coloniais.⁵

A introdução do trabalho sob contrato nas economias das plantações do século XIX ocorreu no momento em que a noção de pessoalidade deu origem não apenas à emancipação e à cidadania dos escravizados, mas também à noção de contrato livre como sendo um acordo entre parceiros supostamente iguais. Essa noção de pessoalidade já havia orientado a eliminação da sanção penal nos contratos de trabalho franceses em 1793 e na época em que a legislação britânica de Senhores e Servos acabou por ser abolida, em 1875, tornando-a completamente desacreditada como um instrumento para oprimir os trabalhadores – que sempre resistiram a ela. No entanto, o trabalho sob contrato foi introduzido no contexto colonial, principalmente para regular os sistemas de servidão por dívida de trabalhadores migrantes.

Caberia, assim, interrogar como a introdução de noções de pessoalidade e de contrato livre nas dependências coloniais continuou gerando formas de coerção ao trabalho dificilmente discerníveis das condições suportadas pelos escravizados.⁶

A velha subordinação que estava desaparecendo na Europa industrial através das noções de cidadania e igualdade perante a lei fazia-se presente nas colônias, onde a cidadania não existia, exceto para a "casta superior europeia". Contratos de trabalho entre cidadãos e não cidadãos que persistem até os dias de hoje no extenso mundo da migração internacional do trabalho, enfraquecendo milhões de trabalhadores⁷ que procuram resistir a esse processo.

Perto do final do Oitocentos, a sobreposição discursiva entre "cor da pele" e condição de escravizado foi sustentada por regulamentos legais, reafirmando, assim, a impossibilidade de conciliação entre a liberdade do mundo autoproclamado civilizado e a falta de liberdade de suas colônias. Segundo Boatcă, a retórica racial existente deixou de questionar a humanidade

³ Mattos, Prefácio, *op. cit.*, p. 30.

⁴ Elliott Young, *Chinese Coolies, Past & Present*, 227, 2015, p. 145-146.

⁵ Ulbe Bosma, *Slavery and Labour Contracts: Rethinking Their Nexus*, *IRSH*, 63, 2018, p. 515-516.

⁶ Bosma, *Slavery and Labour Contracts*, *op. cit.*, p. 504.

⁷ Bosma, *Slavery and Labour Contracts*, *op. cit.*, p. 505.

dos "Outros" em termos religiosos para atribuir diferentes "graus de humanidade" aos colonizados – o mais baixo aos negros africanos. Igualmente, preparou o terreno para uma perspectiva ocidentalista que definiu populações colonizadas e outras populações não ocidentais como representantes de um passado que a Europa superou.⁸

A mercantilização do trabalho sob o capitalismo, desde o século XVI, foi responsável pela distribuição geográfica das formas de trabalho de acordo com sua adequação a diferentes tipos de produção, bem como para a etnia e distribuição racial dos trabalhadores nas regiões geográficas. Assim, enquanto a classe dos escravizados foi eventualmente reduzida a africanos e localizada principalmente nas Américas, a classe dos servos abrangia um grande segmento de etnias diversas na Europa Oriental.⁹

No curso da expansão colonial da Europa na Ásia e na África, os mesmos critérios de classificação foram impostos às populações dos territórios recém-conquistados, enquanto se manteve a distribuição racial do trabalho que associava branquitude aos salários e aos cargos mais altos nas respectivas administrações coloniais. Como observou o sociólogo peruano Aníbal Quijano, ao ligar cada forma de controle do trabalho com a construção de uma raça particular, o controle de uma forma de trabalho específica tornou-se o controle de um grupo específico sobre pessoas dominadas. Conseqüentemente, novas identidades históricas e sociais foram produzidas: "amarelos" e "azeitonados" (ou "oliváceos") somaram-se a brancos, índios, negros e mestiços. Como na América, essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada com a distribuição racista do trabalho e de formas de exploração do capitalismo colonial. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira a aparecer como associação natural.¹⁰

Quijano, referindo-se às continuidades entre as estruturas coloniais e pós-coloniais de dominação, desenvolveu o conceito de "colonialidade do poder": uma situação cultural, política e econômica de dominação que pode ser aplicada na ausência de administrações coloniais, que historicamente tendeu a sobreviver. Para o sociólogo, a percepção dos europeus de que o trabalho remunerado era privilégio dos brancos baseou-se na classificação racial da população e na antiga associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não assalariado do trabalho. Como resultado, a percepção de que os colonizados eram inferiores racialmente e, portanto, indignos do pagamento de salário e naturalmente obrigados a trabalhar para seus senhores. Essa classificação social racista da população mundial – a "colonialidade do poder" – ainda justifica atualmente, segundo o sociólogo, o menor salário pago às raças consideradas inferiores pelo mesmo tipo de trabalho realizado por brancos nos centros capitalistas.¹¹

A condição essencial para a manutenção da "colonialidade de poder" na economia mundial capitalista foi a articulação de formas de trabalho em torno dos interesses da produção de trabalho assalariado europeu, um arranjo denominado por Quijano de "colonialidade do controle do trabalho", que delimitou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Ou seja, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus

⁸ Manuela Boatcă, *Second Slavery versus Second Serfdom. Local Labor Regimes of the Global Periphery*. In: Saïd Amir Arjomand, *Social Theory and Regional Studies in the Global Age*, Albany: Suny Press, 2014, p. 363.

⁹ Boatcă, *Second Slavery versus*, *op. cit.*, p. 367.

¹⁰ Aníbal Quijano, *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*, In: Edgardo Lander (org.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*, Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 204.

¹¹ Quijano, *Colonialidad del poder*, *op. cit.*, p. 207-208.

produtos. Essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus, atribuindo centralidade a ambos.¹²

Dessa forma, Quijano desvelou os mecanismos de controle dos diferentes níveis de trabalho. Esta articulação era constitutivamente colonial, com base na primeira atribuição de todas as formas de trabalho não remunerado às raças coloniais (indígenas, negros e mestiços) na América e, mais tarde, às demais raças colonizadas no resto do mundo. Além disso, o trabalho era controlado através da atribuição de trabalho assalariado aos brancos colonizadores.¹³

Apoiada nas ideias de Quijano, Boatcă assinala que o capitalismo tem sido o modo de produção de toda a economia mundial nos últimos quinhentos anos e o nexa raça/trabalho a lógica que possibilita a "negação da coevidade", isto é, a naturalização do trabalho não branco e não assalariado como inferior e atrasado. A "negação da coevidade" consiste no discurso que afirmava a precedência da dimensão temporal da alteridade sobre a espacial, relegando aos negros, indígenas e colonizados não mais à condição de "não-humanos" ou "sub-humanos", mas a de "humanos primitivos"; enquanto escravidão, servidão e outras formas de trabalho não livre, com as quais o trabalho não branco era associado, apareciam cada vez mais como não ocidentais, arcaicas e atrasadas.¹⁴

Ao final do século XVIII, já estava estabelecida uma divisão racializada do trabalho, resultando, entre outras coisas, em uma escala de remuneração altamente diferenciada entre trabalhadores racializados como brancos e aqueles racializados em várias categorias de não brancos.¹⁵ As políticas de migração laboral contribuíram para preservar a ligação entre o trabalho colonial tropical e o trabalho não-branco até o século XX, garantindo que os trabalhadores necessários para "facilitar" a transição do trabalho escravo para o trabalho livre fossem recrutados em outras colônias europeias, como Índia e Java, ou estados com regulamentações trabalhistas fracas, como a China¹⁶ – movimentação de trabalhadores demarcada por políticas migratórias hierárquicas igualmente racializadas.¹⁷

Embora as considerações de Quijano sobre a "colonialidade do poder" e "colonialidade do controle do trabalho" refiram-se principalmente à situação colonial contemporânea, tendo a América Latina como foco de investigação, acredito que sejam particularmente relevantes para compreensão das periferias que nunca foram colônias formais, mas estavam submetidas por meio de uma estrutura bastante semelhante de economia, política e relações ideológicas de poder e que hoje compõem o Sul Global. Como lembra o sociólogo peruano, a raça é o instrumento mais eficaz de dominação que, associado à exploração, apresenta-se como classificador universal.¹⁸ A exploração do trabalho sempre tirou proveito das desigualdades globais e dos padrões migratórios correspondentes e a questão racial justificou e ainda justifica tratamentos diferenciados ou de exceção.

A escravidão moderna nas Américas criou uma categoria de trabalho com base na noção de raça que permeou as hierarquias sociais nas antigas sociedades escravistas até hoje. Boatcă observa que o conceito de "colonialidade do trabalho" de Quijano, concebido para estudar as continuidades entre as estruturas de dominação, pode auxiliar na análise da ligação contínua

¹² Quijano, *Colonialidad del poder*, *op. cit.*, p. 208.

¹³ Quijano, *Colonialidad del poder*, *op. cit.*, p. 208.

¹⁴ Boatcă, *Second Slavery versus*, *op. cit.*, p. 363.

¹⁵ Nandita Sharma, "The New Order of Things": Immobility as protection in the regime of immigration controls, *Anti-Trafficking Review*, 9, 2017, p. 35.

¹⁶ Boatcă, *Second Slavery versus*, *op. cit.*, p. 370-371.

¹⁷ Sharma, "The New Order of Things", *op. cit.*, p. 44.

¹⁸ Quijano, *Colonialidad del poder*, *op. cit.*, p. 241.

entre as formas de trabalho e grupos raciais específicos após a abolição da escravidão: a pauperização de escravizados libertos nas Américas, os servos libertos na Europa Oriental.¹⁹

Nessa perspectiva, eu gostaria de acrescentar as formas de trabalho forçado demarcadas territorialmente e racialmente pelo globo, como no caso do trabalho sob contrato em contextos migratórios de forte demanda capitalista por mão de obra a baixo custo. Ou seja, a "racialização" do trabalho como constitutiva das forças de coerção que levaram – e levam – à mercantilização coagida da força de trabalho por parte dos "trabalhadores subalternos" apontados por Marcel van der Linden.²⁰

¹⁹ Boatcă, *Second Slavery versus*, *op. cit.*, p. 383-384.

²⁰ Marcel van der Linden, *Trabalhadores do mundo*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

Centro de Memória do Sindicato Nacional dos Aeronautas: um acervo de 80 anos de luta

Andreia Francisco dos Reis e Gabriela de Souza

Sindicato Nacional dos Aeronautas

Os aeronautas são a categoria profissional que compõem a tripulação de voo. São eles os pilotos, copilotos e comissários de voo. A presença dessas funções no voo depende do tipo de aeronave e dos segmentos de atuação que podem ser a aviação regular, a aviação agrícola e o táxi aéreo.

O acervo do SNA é resultante das práticas sindicais que envolvem a elaboração de legislação e regulamentações profissionais, processos jurídicos, normas de segurança e conjunto documental para engajamento político. Os conjuntos documentais predominantes no acervo são as atas de reunião, autos de reclamação trabalhista, informativos sindicais, cadastro de associados, registros de imagem e eventos, cartilhas e processos de convenção coletiva, correspondências, estatutos e reformas estatutárias, relatório de prestação de contas e publicações colecionadas pela Biblioteca Auxiliar.

Suas atividades sindicais começaram em 1942 com a formação da *Associação dos Aeronautas do Distrito Federal* (Rio de Janeiro - RJ). A formalização sindical da categoria, que o designa como *Sindicato Nacional dos Aeronautas*, acontece com a entrega da carta sindical em 9 de dezembro de 1946. As reivindicações mais constantes da categoria aeronauta estão vinculadas à valorização da profissão e à segurança de voo, ambas também conectadas entre si. Para as discussões relacionadas às temáticas, o SNA produz conhecimento técnico desde sua fundação até os dias atuais de forma pública, com acesso por seus meios de comunicação ou debatidos e desenvolvidos na participação em eventos nacionais e internacionais.

O empenho dos profissionais da aviação em reivindicar segurança de voo é fundamental para que hoje o avião seja considerado o meio de transporte mais seguro do mundo. Regulamentar a profissão aeronauta também é importante para este fim: relaciona-se com a qualificação dos que compõem a tripulação, dando condições de trabalho dignas e estruturais para um bom desempenho (limites de jornada de trabalho, alimentação, descanso, entre outros).

A primeira regulamentação profissional foi somente aprovada em 1961, após anos de mobilização da categoria organizada em sua entidade de classe. A última atualização da regulamentação da profissão aeronauta foi no ano de 2017, com destaque para os itens relacionados ao gerenciamento de risco da fadiga humana atreladas à jornada de trabalho. Já a pauta da aposentadoria especial dos aeronautas (devido à exposição permanente a agentes nocivos) apesar de vitoriosa no ano de 1958, sucumbiu à Reforma da Previdência de 1996 assim como em outras categorias. Em 2019 o SNA retomou a luta pela aposentadoria especial e, em 2023, conseguiu incluir no Projeto de Lei nº245 o serviço aéreo embarcado como motivo de aposentadoria especial.

Em meio à reestruturação da entidade a partir de 2013, o SNA realocou a sua sede do Rio de Janeiro para São Paulo. Com isso, o arquivo e a biblioteca são transferidos para a capital paulista. As dificuldades em localizar documentos para fins legais e o desejo de realizar um projeto relacionado à memória institucional contribuíram para a revitalização do acervo.

Acreditava-se que com a valorização da trajetória da entidade e reconhecimento de suas lutas e conquistas, a categoria ficaria cada vez mais engajada, tendo um sentimento maior de

pertencimento ao sindicato e aprendendo com o exemplo de combatividade dado por seus colegas de profissão mais antigos.

Foram quatro meses de pesquisa e discussões entre a equipe no ano de 2018 para que a ideia do Projeto Memória SNA fosse concluída. Nele, o trabalho começaria já em 2018 com pesquisa, organização do acervo e produtos, pretendendo ter resultados mais robustos até as comemorações previstas para os 80 anos da entidade em 2022.

Durante todo o percurso do trabalho do Centro de Memória, a maior dificuldade é fazer compreender a importância de tratar o acervo documental e a necessidade de ter uma metodologia de pesquisa histórica adequada. É constante a ação de conscientizar sobre o ritmo do trabalho, o tempo para resultados, o passo a passo de cada etapa, as ferramentas necessárias, explicar como se constrói uma narrativa histórica, que o trabalho é permanente e, principalmente, sobre o valor imaterial da documentação histórica e o trabalho de difusão das informações recolhidas. São constantes os relatos desse tipo de desafio enfrentado por instituições de memória no Brasil.

Para que o projeto pudesse caminhar (considerando as dificuldades), foi preciso conhecer a organização, todos os grupos envolvidos e seus respectivos interesses, para que assim fosse possível adaptar a linguagem da equipe do centro de memória para compreensão e diálogo com todos. Por mais que a responsabilidade do trabalho com o acervo seja da equipe de trabalhadores da memória, tratar o acervo de uma instituição é um trabalho coletivo com todas as partes interessadas.

As primeiras etapas do projeto incluíram o desenvolvimento de uma linha do tempo institucional, um programa de história oral com diretores e a implantação de um sistema de tratamento arquivístico com criação de reservas técnicas, espaços de processamento técnico e atendimento à pesquisa. Em 2021 foi elaborado um guia de acervo apresentado os principais documentos, política de acervo, normas de acesso e confidencialidade e demais diretrizes.

Junto a estruturação do acervo teve início o projeto de história oral do sindicato, uma maneira também de aproximar e criar laços de confiança com os entrevistados e recolher informações para a pesquisa no acervo. Como a catalogação e pesquisa da documentação estavam ainda no início, foi pensada uma espécie de pré-entrevista de história oral. O "Café D.O. SNA" foi inspirado no projeto "Cestas da Memória" (PARRELA, 2015) do Arquivo Público de Belo Horizonte, e nos trabalhos de memória do Centro de Memória do Circo. O roteiro era mais simples e a condução da entrevista menos rigorosa. A ideia era recolher informações basilares para a organização do acervo e, ao mesmo tempo, valorizar a história dos entrevistados selecionados, fazendo também com que a construção do trabalho tivesse participação ativa de seus agentes.

O primeiro grupo escolhido foi o de ex-presidentes, já que o exercício da função prevê uma visão mais ampla dos acontecimentos que dizem respeito aos trabalhadores e ao setor no geral. A experiência serviu também para construir roteiros das entrevistas principais de história oral e preparar os profissionais envolvidos para seguir adiante com o projeto.

Em sua trajetória o SNA participou de importantes marcos sociais no século XX. Seu nascimento na década de 1940 coincide com a abertura política do final do Estado Novo (1937 a 1945), em que o movimento sindical brasileiro ganhou maior liberdade de atuação política diante do controle estatal do governo de Getúlio Vargas.

Na década de 1950, a conquista da regulamentação profissional (1958), a forte atuação em campanhas salariais, convenções coletivas, diretrizes de segurança de voo e defesa jurídica da categoria, destacaram a instituição como um dos principais sindicatos do país.

Nos anos 1960, a confluência de interesses com outras categorias profissionais, fizeram com que os aeronautas se aliassem a construção do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), um projeto que incomodavam as grandes corporações, incluindo as empresas aéreas que logo viriam a se manifestar com a proposta principal da categoria, a construção de uma empresa estatal para aviação comercial, a Aerobrás. A reação das empresas foi imediata, com perseguição aos diretores do SNA e contribuição direta com os militares que viriam a dar golpe de estado em 1964, instaurando a ditadura militar no Brasil.

Entre 1964 e 1966, a diretoria do sindicato foi comandada por interventores do governo militar, enquanto alguns diretores eram demitidos, exilados e até mesmo presos por órgãos de repressão, como Cisa da Aeronáutica. Apesar do tempo curto de intervenção, a diretoria não exibiu plena liberdade política para abrigar pautas sociais que contribuíssem para a conquista de direitos dos trabalhadores. Entretanto nos anos 1970, o SNA continuou atuante na constituição de normas de segurança de voo e investigação de acidentes.

No final da década de 1970, as entidades civis, incluindo os sindicatos, atuavam em defesa das liberdades democráticas. O SNA teve forte presença nesta etapa, contribuindo diretamente na campanha da anistia, para que os aeronautas exilados pudessem regressar ao país e serem reintegrados em seus antigos postos de trabalho.

Na década de 1980, os aeronautas junto aos aeroviários foram linha de frente no movimento conhecido como Novo Sindicalismo Brasileiro, atuando em pautas comuns aos trabalhadores dos centros urbanos, realizando greves de grande magnitude na aviação comercial após um grande período de repressão.

Nesta nova articulação, os aeronautas participam da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT, 1981), e mais adiante do Congresso que viria a formar a Central Única de Trabalhadores (CUT, 1983). Neste mesmo período, se organizaram junto aos movimentos sociais de redemocratização na campanha para eleições diretas.

Com o fim da ditadura civil militar brasileira em 1985, os aeronautas contribuíram em mais uma frente de consolidação de direitos sociais, com atuação direta no congresso nacional na fase da constituinte brasileira (1987-1988). Suas principais pautas foram a campanha *Pássaro Civil*, para desvinculação do Ministério da Aeronáutica como órgão regulador da Aviação Civil e *Sangue não é mercadoria*, para estatização dos bancos de sangue e criação de um sistema público de saúde no Brasil.

A constituição de 1988 extinguiu a proibição das entidades brasileiras a se filiarem a organismos internacionais. Nesse sentido, a década de 1990 e 2000 são marcadas pela retomada de diálogo com associações como a Federação Internacional de Pilotos de Linhas Aéreas (IFALPA), a Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte (ITF), Comissão Latino Americana de Aviação Civil (CLAC) e Organização da Aviação Civil Internacional (OACI). A participação na construção da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) também foi fundamental para a consolidação das demandas dos aeronautas nas políticas de Estado para a aviação.

Em 2013, aeronautas que vieram da base assumem a diretoria do SNA e iniciam um longo processo de reorganização e reestruturação da entidade. Em 2015 e 2016 realizam paralisações em torno da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e em 2017, após seis anos de tramitação no congresso, conquistam uma nova regulamentação para a profissão. Em 2020 com a pandemia da Covid -19, o SNA tem importante atuação em acordos coletivos com as empresas, para garantia de estabilidade dos aeronautas no emprego.

Em 2022, o Sindicato Nacional dos Aeronautas completou 80 anos de atuação em defesa dos direitos trabalhistas dos tripulantes de voo. Na ocasião, pôde-se apresentar bons frutos

colhidos a partir do trabalho do Centro de Memória, como o lançamento de uma exposição permanente e outra itinerante.

O acervo organizado pelo Centro de Memória é utilizado pela direção do sindicato para pensar caminhos possíveis em seus enfrentamentos cotidianos, os de uma casa política voltada para os interesses dos trabalhadores. Os documentos também podem ser acessados publicamente para fins de pesquisa, como a tese de doutorado elaborada pela comissária de bordo Luzimar Soares que trata sobre gênero e aviação. Ainda, a comunicação do SNA utiliza sua história em campanhas que buscam convocar a classe para a luta, como no caso de greves pela Convenção Coletiva de Trabalho ou na resistência diante da pandemia de Covid-19.

Além das efemérides, a entidade mostrou-se mais uma vez combativa realizando a greve mais longa da aviação civil após quase 4 décadas, em 2023.

O acervo da entidade se mostra potente em diversas discussões sobre a história do sindicalismo e do trabalho, a pluralidade de informação de seus documentos reflete a contribuição que o movimento de trabalhadores pode adicionar à sociedade como um todo, especialmente na América Latina em que os direitos democráticos foram constantemente violados.

Usos da História Oral numa pesquisa sobre o trabalho doméstico no Brasil

Caroline Cardoso da Silva

Universidade Federal de Pelotas

A presente comunicação trata do trabalho doméstico, no Brasil, em uma perspectiva histórica. Esse é o tema central da minha pesquisa de Doutorado em História desenvolvida na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), localizada na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, no extremo sul do país. Desde o ano de 2016 eu participo de pesquisas usando a metodologia de História Oral para construção de fontes que tratem de narrativas de trabalhadores contando suas experiências e trajetórias. No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), bem como minha Dissertação de Mestrado feita, também, no PPGH UFPel, eu desenvolvi a pesquisa sobre as mulheres trabalhadoras terceirizadas da limpeza atuantes na UFPel, pensando nas transformações recentes nos mundos do trabalho e como as funções exercidas por mulheres eram precarizadas. Contudo, essa precarização do trabalho e da vida das mulheres remonta tempos mais longínquos do que apenas os contemporâneos no qual a terceirização se localiza e, sendo assim, no presente momento, desenvolvo a Tese de Doutorado em História construindo narrativas sobre as trajetórias de vida, de trabalho e de lutas de mulheres trabalhadoras domésticas na Pelotas atual.

A partir da análise historiográfica, teórica e metodológica calcada sobretudo no uso da História Oral, pretendo pensar no arranjo do trabalho doméstico, no tempo presente, levando em conta a trajetória histórica iniciada no período da escravidão, no contexto brasileiro, que se transforma ao longo dos anos, mas carrega consigo os vícios de uma sociedade escravocrata, racista, machista e elitista.

Para a realização do estudo é importante conceituar o que é trabalho doméstico. Há o trabalho doméstico realizado por todas as pessoas que moram em uma casa e a administram, que é um trabalho realizado no âmbito privado, sem remuneração, que serve para a manutenção da vida, de uma maneira geral, sobretudo pensando na alimentação e na higiene pessoal e dos espaços (MAEDA, 2022). Já o trabalho doméstico enquanto uma categoria profissional é, de acordo com cartilha¹ produzida pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), "qualquer trabalho efetuado dentro de uma casa particular, cujo empregador seja diretamente a família, é um trabalho doméstico. Isso se aplica a todas as tarefas, seja faxina, cuidado ou cozinha. O fato de ser realizado no âmbito privado, não quer dizer que vale menos que outros trabalhos" (FENATRAD, SD). De acordo com a cartilha² elaborada por THEMIS - Gênero, Justiça e Direitos Humanos, conjuntamente com FENATRAD, são considerados trabalhadores domésticos: "babá, caseira, jardineira, cozinheira, faxineira, cuidadora de idosos ou doentes, motorista particular, governanta arrumadeira, lavadeira, passadeira, e outras ocupações similares".

Já foram realizadas duas entrevistas de História Oral, com uma trabalhadora doméstica e líder sindicalista da categoria, Ernestina Pereira. A partir dessas entrevistas, algumas hipóteses de pesquisa, que ligam o trabalho doméstico à escravidão, puderam ser comprovadas nas narrativas construídas a partir da vivência material do trabalho doméstico, como: perceber que, no contexto brasileiro, o trabalho doméstico é desempenhado sobretudo por mulheres negras, sendo uma herança direta da escravidão; de que as mulheres negras são atingidas por baixa escolaridade e baixo nível econômico, fazendo com que os trabalhos mais

¹ Material que compõe o acervo documental localizado no Sindicato dos Domésticos de Pelotas, RS.

² Material que compõe o acervo documental localizado no Sindicato dos Domésticos de Pelotas, RS.

precarizados/subalternizados sejam, muitas vezes, a única opção para inserção no mercado de trabalho assalariado; e que, em função da baixa mobilidade social, muitas dessas mulheres tiveram mães e avós, também, trabalhadoras domésticas, e talvez, bisavós escravizadas ou recém libertas, tendo a ponte direta com a escravidão.

A construção de memórias, relatos e narrativas se dá, nessa pesquisa, por meio da história oral. Meihy (2006) argumenta que a história oral na América Latina se consolida com a democracia, já que há necessidade de entendimento e de debate sobre os temas envolvendo as ditaduras militares pelas quais os países sobretudo do ConeSul passaram. Para a História Oral, as memórias e a identidade (e os manejos destas) são as principais matérias-primas de estudos e a história do tempo presente é, sem dúvida, o lugar mais visível e privilegiado para a análise do embate entre história e memória, pois a persistência do rigor científico trazido por historiadores e os desencontros que, muitas vezes, os relatos de memória colocam a esse rigor, é o que faz o desafio ser difícil, mas rico em termos de análise e sínteses. Trata-se de uma via de pesquisa pertinente para construir narrativas e perceber fragmentos do cotidiano, impressões sobre fatos históricos, experiências vividas.

Na primeira entrevista que realizei com Ernestina Pereira, em 2018, ela já era uma liderança sindical da causa das domésticas a nível nacional e, à época, ocupava o cargo de Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas. No mesmo período, eu fui até ela buscando informações sobre um grupo de serventes da limpeza, que trabalhavam enquanto terceirizadas nas agências dos Correios, em Pelotas, porque me pareceu curioso elas terem tido essa associação. A segunda entrevista feita com Ernestina, em dezembro de 2022, versou sobretudo sobre as trajetórias de lutas da categoria, e sobre sua trajetória pessoal. Na data da entrevista, ela estava ocupando o cargo de Diretora de Formação e conta que é remanescente de quilombo, tendo vindo morar em Pelotas com treze anos de idade e já ter seguido a ocupação profissional de sua mãe, que era lavadeira e trabalhadora de casas de família, tão logo chegou na cidade. Em sua narrativa, Ernestina retoma nomes de importantes lideranças do movimento de lutas pelos direitos das domésticas, como Iolanda Prestes da Rosa e Laudelina de Campos Melo e, em outras conversas informais que tive a oportunidade de realizar com ela em espaços de pesquisa de campo, ela citou figuras políticas importantes do cenário nacional brasileiro, como Benedita da Silva e Marina Silva, mulheres negras que representam as pautas trabalhistas e, também, identitárias por serem mulheres negras.

A atual fase da pesquisa está em aproximações e percepções de campo na atuação dentro do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas, com a finalidade de criar um contexto favorável à realização de entrevistas com as pessoas, que são basicamente mulheres negras, que são filiadas e ali convivem para além da pauta trabalhista, sendo espaços de sociabilidades. O diário de campo já conta com cerca de oito (08) encontros que renderam ricas observações, entre idas ao plantão oferecido no sindicato para orientações jurídicas, como a participação de espaços de sociabilidades. Recentemente, foram encontradas as primeiras fichas de filiação ao sindicato, material que compõe o já citado acervo histórico/institucional, e há informações gerais como ocupação, idade e alguns contêm uma fotografia 3x4 dos trabalhadores, fazendo com que haja uma identificação dos rostos dos indivíduos que fazem parte do coletivo de trabalhadores sindicalizados.

Muito embora haja dificuldades presentes nas trajetórias, individuais e coletivas, essas mulheres tiveram e estão agrupadas em busca de direitos, em vias legais, lutando por leis para melhoria das condições de trabalho, e em vias sociais, com a inserção em movimentos sociais/religiosos, ou seja, é uma categoria trabalhista que construiu um sólido histórico de movimentos. Levando esses pontos em consideração, o presente trabalho busca ser uma contribuição para analisar os processos históricos nos quais o trabalho doméstico brasileiro se forja contemporaneamente.

Referências bibliográficas

MAEDA, Patrícia. Direito do trabalho doméstico no Brasil: a luta contra a persistência das desigualdades. *Anamatra*. 2022. Disponível em: https://www.anamatra.org.br/images/ComissaoMulheres/Documentos/Direito_do_trabalho_dom%C3%A9stico_no_Brasil_Patricia_Maeda.pdf . Acesso em 06 janeiro de 2023.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. *Revista de História* 155, n. 2º, São Paulo, 2006, p. 191-203. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/313776830_Os_novos_rumos_da_historia_oral_o_caso_brasileiro >. Acesso em: 10 de maio de 2021.

Texts in Spanish

La historia oral como posibilidad para pensar experiencias laborales de mujeres en el extremo sur de Brasil

Taiane Mendes Taborda

Estudiante de doctorado en Historia del Programa de Posgrado en Historia

Universidad Federal de Pelotas

Introducción

Esta ponencia tiene como objetivo discutir experiencias de trabajo de mujeres en una importante fábrica de telas en la ciudad de Pelotas, entre 1943 y 1974, a partir de sus narrativas. Esta investigación forma parte de un estudio más amplio en el marco del doctorado en Historia en el Programa de Posgrado en Historia de la Universidad Federal de Pelotas sobre formas de lucha obrera en contextos de trabajo precario, entre ellos en las fábricas.

A partir de los recuerdos de 3 de las 4 trabajadoras entrevistadas, buscamos problematizar cómo se articularon en la lucha diaria por la supervivencia en lo que respecta al matrimonio y la maternidad. La ponencia también aborda discusiones sobre el método de la Historia Oral, explicando cómo se realizaron estas entrevistas en el contexto de la pandemia de COVID-19.

La ciudad de Pelotas

Pelotas tiene una estructura mixta de industrialización porque combinó industrias de productos derivados del agro, de gran tamaño y destinados a la exportación, con numerosos establecimientos de carácter artesanal que producían una amplia variedad de bienes de consumo para el mercado regional. (LONER, 2016, p.34).

La fábrica – *Companhia Fiação e Tecidos Pelotense*

Companhia Fiação e Tecidos Pelotense fue fundada en febrero de 1908 por destacados miembros de la clase alta de Pelotas, vinculados al capital industrial y financiero acumulado desde el apogeo del sector ganadero, a través de la venta de acciones. Inició sus actividades en 1910 con 208 empleados, 36.518 m² de instalaciones y maquinaria importada de Inglaterra, Alemania, Francia y Estados Unidos.

Las actividades de la empresa incluían hilado, tejido, teñido automático de hilados y telas, acabado, felpa y blanqueo de tejidos como morinas, brins, rayados, bufandas, servilletas, felpa, manteles y otros tejidos de algodón destinados al mercado nacional y extranjero.

Marco teórico

El marco teórico que estructura esta investigación parte de una perspectiva de análisis que entiende el trabajo como dividido sexualmente, y considera que existe una simbiosis entre el trabajo productivo y el reproductivo (FEDERICI, 2017).

Teniendo en cuenta que esta investigación se centra en las experiencias de mujeres pobres, trabajadoras fabriles, apela a una historia desde abajo y al enfoque de las historias de mujeres

comunes a partir de las discusiones propuestas por LERNER (2019) y el concepto de experiencia humana y agencia en la perspectiva de THOMPSON (1981).

El método y las fuentes

Las entrevistas realizadas antes de la pandemia de Covid-19, en persona, se grabaron con un iPhone. Con el estallido de la pandemia en marzo de 2020, y el consecuente distanciamiento físico, las entrevistas comenzaron a ser realizadas y grabadas por Google Meet a través de un enlace enviado por WhatsApp. El registro se realizó a través de un software de pago, Loom Free Screen Recorder, que captura imágenes y sonidos en la pantalla de la computadora.

Algunos desafíos que se plantearon en términos metodológicos:

- el acceso directo a las personas para realizar entrevistas cara a cara;
- el acceso a dispositivos electrónicos y una conexión a Internet estable;
- crear intimidad y confianza para la entrevista;
- la falta de contexto físico;
- la fatiga de las pantallas o poca intimidad con ellas.

Análisis de resultados: experiencias relacionadas con el matrimonio y la maternidad

Doña María y Doña Amélia se incorporaron a la fábrica aún solteras, respectivamente en 1943 y 1950, cambiaron de estado civil durante su vida laboral y permanecieron allí hasta su jubilación, que coincidió con el cierre de la fábrica en 1974. Uno de los aspectos que más les preocupaba, según sus relatos, era el cuidado de sus hijos. El largo viaje a la fábrica las obligaba a buscar alternativas para llevar a cabo la tarea, ya que la fábrica no tenía una guardería.

Respecto a las experiencias relacionadas con la maternidad, las trabajadoras casadas relatan la necesidad de la red de ayuda de otras mujeres en el cuidado infantil:

Vera se crio aquí con la clase de Dinah, eran dos niñas [...]. Giovani estaba bien cuidado, solo vivía en su regazo. Dinah se cuidó muy bien...". (Sra. Amelia)

Mi primera hija, tenía una amiga que desde mi casa hasta su casa estaba a unas cinco cuadras... [...] se ofreció a cuidarla. Le pagaba un poquito cada mes y cuando llegaban las nueve salía a amamantar [...] ella cuidaba a mi niña. (Sra. María)

En el discurso de una de las trabajadoras solteras, aparecía la discriminación de género que la fábrica hacía con las empleadas que se iban a casar:

Cuando me casé, tuve que comunicar a la fábrica que me iba a casar porque entonces mi nombre cambiaría de soltera a casada y me comuniqué, cuando me comuniqué me despidieron porque no querían recién casadas allí. Aquellas que se iban a casar eran despedidas porque probablemente vendría el embarazo y luego vendría el niño, ausente por esto, ausente por aquello". (Sra. Ana)

Los discursos de las trabajadoras subrayan dificultades que las mujeres siguen experimentando en el mundo laboral. Los roles de género, definidos socialmente, impregnaron sus experiencias laborales. En el caso de las trabajadoras casadas, la maternidad fue un factor de preocupación en el esfuerzo por conciliar el papel de madre y trabajadora remunerada

formal, lo que planteó la necesidad de una red de ayuda de otras mujeres para ocuparse del trabajo de cuidado durante sus días fuera del hogar.

En el caso de la trabajadora soltera, la posible maternidad que seguiría al matrimonio comunicado a la fábrica fue motivo de despido, ya que el papel de madre, según la narrativa de Doña Ana, conlleva la necesidad de cuidar a los hijos, y por lo tanto relegar el trabajo formal a un segundo plano. Esta visión refuerza el lugar social de las mujeres aún vinculadas a la esfera reproductiva.

"Mientras estaba corriendo la documentación de mi despido, ya me comuniqué bien arriba porque sabía que esto iba a pasar, ya te advertí casi en la víspera de la boda, ¿no? Luego me despidieron, no me pagaron y tuve que ir a la corte, tuve que ir al sindicato y no tuve tiempo de ir al sindicato porque tenía que trabajar y luego cuando fui al sindicato fue después de que estaba incluso fuera de la fábrica y luego comenzó a suceder, y no obtuve nada y hasta que un día me llamaron a la oficina para hacer un trato conmigo."(Doña Ana)

La agencia de la trabajadora que se enfrenta al despido se advierte en el hecho de que usó la táctica de retrasar lo más posible la información sobre su matrimonio. Posteriormente, ya fuera de la empresa, se movilizó acudiendo al sindicato para reclamar ante los tribunales el pago de indemnizaciones, preaviso, salario y vacaciones no pagadas por la fábrica. Pero el proceso no siguió adelante, porque, según Doña Ana:

"[...] me llamaron y me dijeron que la justicia tardaría muchos años en recibirla y que la fábrica estaba por quebrar: tal vez ni siquiera la recibiría. Así que firmé la documentación acordando con ellos que me iba a ir de la fábrica con 200 cruzeiros, en ese momento iba a recibir unos 4.000 cruzeiros, más o menos, que era lo que estaban recibiendo mis compañeros cuando se casaron, era sobre la base de 4.500 cruzeiros. Recibí 200 cruzeiros para salir de la fábrica y yo para asegurarme, que la fábrica iba a quebrar, me dijeron que iba a cerrar y que no iba a recibir nada, yo entonces no era muy culta, solo tenía el 5to grado, no sabía nada de la ley de todos modos, creía, firmé y fui despedida con, digamos, 200 cruzeiros."(Doña Ana)

El despido de Doña Ana fue en 1967, pero la fábrica recién quebró en 1974. La negociación desventajosa se basó en el temor inculcado en la trabajadora por la fábrica de que la justicia consumía mucho tiempo y que tal vez no recibiría nada dada la supuesta mala situación financiera de la empresa.

En su relato, Doña Ana culpa a la falta de educación y al desconocimiento de las leyes por haber aceptado un acuerdo tan por debajo de la cantidad que le correspondía.

Algunas consideraciones

Lo que el recuerdo de las tejedoras trae a la escena es que el trabajo productivo y reproductivo planteaba desafíos respecto a los roles socialmente definidos para las mujeres. Pero sus recuerdos también permiten ver su agencia frente a un escenario opresivo. Utilizando algunas acciones posibles, buscaron soluciones que, si no resolvían sus problemas diarios, al menos los hacían más tolerables.

Las narrativas de Doña María y Doña Amélia atraviesan décadas y se hacen eco de experiencias aún tan presentes en la vida cotidiana de las mujeres, como la preocupación por el cuidado de sus hijos mientras trabajan por un sueldo fuera del hogar. En este sentido, las redes de ayuda a las mujeres funcionaron como un apoyo para dar cuenta del trabajo de cuidado, ignorado por las políticas estatales y el interés del capital.

La situación vivida por Doña Ana revela la explotación del trabajo de la trabajadora por parte de la fábrica, descartada en el momento de su matrimonio por la probabilidad de convertirse en madre y tener que realizar las labores de cuidado. Además de la desigualdad de género revelada allí, la fábrica no pagó por el trabajo realizado, ni cumplió con las leyes laborales previstas. Doña Ana, a pesar de utilizar el sindicato y el aparato legal para luchar por sus derechos, fue inducida a aceptar un acuerdo por dudar de la velocidad de la herramienta judicial.

El mercado laboral sigue siendo insensible a las demandas de las mujeres, por lo que las redes de ayuda entre las mujeres siguen siendo estrategias relevantes para apoyar las actividades laborales. La discriminación de género en el mundo del trabajo sigue siendo muy abierta, como en el caso de los despidos de trabajadoras embarazadas o madres, o la desigualdad salarial.

Fuentes orales

- BARCELOS SILVEIRA, Amélia. [92 años]. [diciembre/2018]. Entrevistadora: AUTOR. Pelotas / RS 12 de diciembre de 2018.
- MEDEIROS MENDES, María. [92 años]. julio/2019 Entrevistadora: AUTOR. Pelotas / RS Fecha: 25 de julio de 2019
- LACAU MACEDO, Ana Maria [77 años]. Febrero de 2022 Entrevistadora: AUTOR. Pelotas / RS 18 de febrero de 2022.

Referencias bibliográficas

- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 2º ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. 2a. ed. - Pelotas: Ed. UFPel, 2016.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

Los juicios laborales de la colección del *Memorial da Justiça do Trabalho* como fuente de investigación histórica.

Tatiane Bartmann

Programa de Posgrado en Historia de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul

Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin

Memorial da Justiça do Trabalho en Rio Grande do Sul.

I) Presentador Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin

El *Memorial da Justiça do Trabalho* en Rio Grande do Sul (Brasil), creado en 2003, con sede en Porto Alegre, conserva y pone a disposición documentación generada por la justicia laboral¹ proveniente en gran parte del Tribunal Regional del Trabajo de la 4ª Región. La colección incluye demandas laborales, sentencias, documentos administrativos, fotografías, objetos, entrevistas filmadas, entrevistas grabadas en audio, videos, libros, muebles y obras de arte, entre otros. Algunos de estos documentos provienen de fondos de origen privado, es decir, colecciones particulares, generalmente de jueces, funcionarios y magistrados que trabajaban en la justicia laboral. Las colecciones privadas integran y complementan la documentación institucional alojada en el *Memorial*.

Los documentos generados por el poder judicial tienen, en primer lugar, el propósito de ejercer la disposición jurisdiccional; sin embargo, también cumplen una función esencial en la investigación en diversas áreas del conocimiento y constituyen fuentes históricas significativas. Cada vez más, se emplean como fuentes de investigación en estudios académicos. Estudiantes e investigadores de disciplinas como Historia, Derecho, Economía y Sociología, entre otras, han producido contenido que contribuye a la construcción de la historia de la justicia laboral. Esto contribuye a comprender la importancia y el lugar que esta institución ocupa en los ámbitos laborales.

Para el desarrollo de la investigación académica, las demandas laborales representan fuentes centrales. El análisis de este conjunto de documentos puede enriquecer la comprensión de las interacciones entre trabajadores, empresarios y gobiernos. Además, los juicios laborales tienen el potencial de arrojar luz sobre un conjunto más amplio de prácticas y relaciones sociales. Estas abarcan desde las experiencias cotidianas en el entorno laboral hasta las dinámicas en sindicatos, movilizaciones colectivas y la esfera privada (SILVA, 2007). En este contexto, los procesos judiciales se convierten en una vía para acceder al discurso de los trabajadores, aunque este esté filtrado por el lenguaje y la influencia del sistema judicial.

Se ha inaugurado un campo de estudio completamente novedoso gracias a nuevas perspectivas sobre la documentación derivada de los conflictos laborales. Hasta hace poco, la mayoría de los investigadores se centraba en analizar los aspectos más institucionales de los procesos laborales. Sin embargo, "los juicios laborales también tienen la capacidad de revelar

¹ En Brasil, el Tribunal Laboral fue previsto inicialmente por la constitución de 1934. Estaba integrado por las Juntas de Conciliación y Juicio (JCJ), los Consejos Regionales del Trabajo (CRT) y el Consejo Nacional del Trabajo (CNT), el cual estaba vinculado al Ministerio de Trabajo. Es decir, el Juzgado de Trabajo en su origen era un órgano del Poder Ejecutivo. Solo en 1946, a través de un decreto-ley, el Tribunal Laboral pasó a formar parte del Poder Judicial.

un conjunto más amplio de prácticas y relaciones sociales, incluyendo las vivencias cotidianas en el entorno laboral". Las movilizaciones colectivas organizadas por los trabajadores, por ejemplo, "han posibilitado el análisis de cómo las costumbres y prácticas compartidas sentaron bases sólidas para la lucha por los derechos" (SILVA, 2007, p. 39).

La colección *Memorial* también incluye documentos administrativos. Entre los más frecuentemente empleados se encuentran aquellos relacionados con los nombramientos de funcionarios públicos y los concursos para jueces. Además, en esta colección se hallan fuentes orales, como las entrevistas, que posibilitan el contacto con una amplia gama de opiniones provenientes de personas de diversos trasfondos, como abogados, jueces y funcionarios públicos. Mantener su posición en relación con la institución en el centro del análisis es fundamental. Un conjunto adicional de materiales que despierta un gran interés entre los investigadores son los libros de sentencias de apelación de segunda instancia en Porto Alegre. Estos libros incluyen las sentencias de apelación de todo el estado de Rio Grande do Sul. Esta documentación no solo abarca las sentencias propiamente dichas, sino también los votos en disidencia de los relatores. Esto permite una visualización más detallada de las posturas divergentes sobre un mismo tema. Asimismo, los juicios pueden contribuir tanto a un análisis específico y cuantitativo como a subsanar la ausencia de procesos debido a la eliminación de registros.

En lo que respecta a la eliminación de documentación, resulta crucial dirigir la atención hacia el significativo volumen de juicios laborales que han sido eliminados conforme a la Ley N° 7.627, promulgada el 10 de noviembre de 1987. Esta normativa autorizó la incineración de casos archivados con más de cinco años de antigüedad, impactando principalmente las colecciones históricas en el ámbito de Rio Grande do Sul (RS), ya que los procesos en la capital se habían microfilmado hasta aproximadamente 1974. En Brasil, la mayoría de los juicios laborales han desaparecido debido a esta ley.²

Esta ley claramente menoscaba los derechos más fundamentales de los ciudadanos, al desechar documentos que podrían ser relevantes para que las personas presenten pruebas en diversas situaciones, tales como FGTS, jubilación, antigüedad en el empleo, acreditación de tiempo laborado en el poder judicial (para abogados y expertos), así como otras pruebas civiles o judiciales. Además, constituye una falta de respeto hacia los derechos esenciales consagrados en la Constitución de 1988.³ El argumento utilizado para justificar la destrucción de las causas judiciales se basa en la supuesta incapacidad para almacenarlos, dado el gran volumen de demandas presentadas anualmente. No obstante, como estrategia de conservación, el enfoque más adecuado sería demostrar su utilidad. En este contexto, la investigación realizada con esta documentación ocupa un lugar destacado. Los registros producidos por el Juzgado de Trabajo ofrecen una riqueza de información para el estudio de las dinámicas sociales en el ámbito laboral. A continuación, expondremos una posible vía de investigación a través de los procesos laborales de la década de 1940, los cuales han sido microfilmados y están a disposición de los investigadores en la colección *Memorial*.

II) Presentadora Tatiane Bartmann

² Como ejemplo, mencionamos cifras relacionadas con el estado de São Paulo, donde el "Tribunal Regional de São Paulo incineró, en 1997, un total de 205.955 casos; en 2002, fueron 371.311 y, en 2005, inada menos que 539.343!" (SILVA, 2007, p. 32).

³ Artículo 5, Inciso XXXIII de la Constitución Federal: "todas las personas tienen derecho a recibir de los órganos públicos informaciones de su interés particular, o de interés colectivo o general, que serán proporcionadas en el plazo establecido por la ley, bajo pena de responsabilidad, excepto aquellas cuyo secreto sea indispensable para la seguridad de la sociedad y del Estado".

El actual y vertiginoso proceso de precarización laboral, junto con los embates dirigidos contra diversos derechos laborales conquistados a lo largo de décadas, ha suscitado reflexiones en torno a las experiencias de resistencia de los trabajadores en Brasil. Manteniendo un diálogo con la interpretación propuesta por Marcel van der Linden (2017), en la que el concepto del trabajador "estándar" (calificado, estable, seguro y bien remunerado) ha sido históricamente una excepción, especialmente en el sur global, resulta pertinente dirigir la mirada hacia el pasado. Se busca así examinar las condiciones laborales en un contexto en el cual el enfoque teórico se centraba en la formalización del empleo mediante la implementación de la Consolidación de las Leyes del Trabajo (CLT/1943) y la creación del propio Tribunal Laboral (JT/1941), en el marco del gobierno del presidente Getúlio Vargas.

A través del análisis de demandas laborales de la década de 1940, presentadas ante la 1ª Junta de Conciliación y Juicio de Porto Alegre (RS), es posible examinar las condiciones laborales desde una perspectiva que establece una relación entre género y precariedad (JOSHI, 2009; BORIS, 2014; BETTI, 2017; FEDERICI, 2021). De esta manera, se busca enriquecer el debate al otorgar una mayor visibilidad a las experiencias de lucha, especialmente las de las mujeres trabajadoras, que históricamente han enfrentado salarios más bajos y situaciones de mayor vulnerabilidad social. Considerando que la propia apelación a la Junta de Conciliación y Juicio se puede entender como un primer acto de resistencia, se pone de relieve el análisis de las acciones individuales emprendidas por trabajadoras que mantenían vínculos informales y relaciones laborales que podrían clasificarse como precarias.

La naturaleza del trabajo precario puede ser abordada desde perspectivas tanto objetivas como subjetivas. Los aspectos objetivos de la precariedad, que pueden ser derivados de la recopilación de datos a partir de las demandas laborales que se encuentran bajo análisis, abarcan: la presencia o ausencia de un contrato de trabajo o la firma de la tarjeta profesional; si el salario se encuentra dentro o fuera del rango mínimo estipulado; si existe o no participación sindical y/o profesional a lo largo del proceso de la demanda laboral. En paralelo, en relación con los aspectos subjetivos, pueden considerarse cuestiones vinculadas a la duración de la permanencia en el empleo; las insatisfacciones en cuanto a la modalidad de contratación, la forma de remuneración y el grado de autonomía percibido por parte del trabajador. Estas observaciones pueden ser identificadas tanto en las denuncias presentadas como en los testimonios expresados durante las audiencias.

Existen trabajadores en situaciones más precarias, así como otros en condiciones menos precarias. No obstante, el propósito no es establecer parámetros rígidos para discernir entre estas categorías. La intención es entender las diferentes experiencias de resistencia teniendo en cuenta aspectos que impactan en mayor o menor poder de negociación, entendiendo las relaciones laborales permeadas por conflictos y disputas de interés. Además, la precariedad está intrínsecamente ligada a jerarquías sociales guiadas por cuestiones de clase, género y raza.

La reciente historiografía de la historia social del trabajo en Brasil ha destacado el papel crucial de la justicia laboral en cuestiones relacionadas con las modalidades de contratación y el empleo asalariado, así como en la naturaleza misma de la relación laboral. Estos aspectos son fundamentales para definir tanto el concepto de trabajo como la identidad de quién es considerado un trabajador (GOMES; SILVA; FISCHER; CARDOSO; CORREA). En esta línea, las mujeres que carecían de un carné profesional firmado u otro tipo de registro formal de sus ocupaciones lucharon por obtener el reconocimiento como trabajadoras. Superaron las barreras impuestas al acceso y la presentación de sus reclamos dentro del marco legal mediante el uso de la justicia laboral. Analizar las vivencias de los trabajadores a través de las demandas laborales implica desentrañar la imagen de la mujer tranquila y dócil, incluso si en

última instancia construyeron esta representación de sí mismas como una estrategia de persuasión durante las audiencias.

Por lo tanto, en el contexto inicial de la capacitación de JT y la implementación de CLT, se encontraron muchos procesos que demuestran los frágiles límites entre el trabajo y el no trabajo. Un ejemplo es el de Paulina Schweizer,⁴ quien se presentó como sirvienta en la demanda inicial presentada contra el Colegio de Abogados Guarani. En este establecimiento, trabajó solo un mes, encargándose de la preparación de comidas y residiendo en el lugar. Paulina demandó el pago de 150,00 cruzeiros en relación con el salario mensual acordado, el cual nunca recibió. Además, solicitó indemnización por falta de preaviso, tiempo libre y el abono de 90 horas extras, lo que en conjunto sumaba un total de 734,40 cruzeiros. Dada la brevedad de su estancia en el trabajo, estas solicitudes resultaban bastante numerosas. En una audiencia, la propietaria del bar, Maria Lucinda, declaró que Paulina "nunca fue empleada por el declarante", similar a otras declaraciones de los empleadores. Pero la justificación fue un poco diferente, ya que Lucinda afirmó haber "recogido" a la sirvienta "en virtud de estar indefensa; quien, sin embargo, nunca fue su sirvienta, que solo ayudó en el establecimiento".

La documentación analizada no retrata cómo se estableció el primer contacto entre la empleada y la empleadora, es decir, no se sabe cómo llegó Paulina a María Lucinda, pero los datos sobre la vulnerabilidad de la trabajadora son valiosos para comprender las condiciones de trabajo que se desarrollaron a partir del vínculo establecido entre ellas. La propia propietaria del bar manifestó que Paulina nunca recibió un salario, que "trabajaba como ayudante de cocina; que, sin embargo, se iba cuando quería" y, "cuando estaba presente, también trabajaba los domingos". Le dijeron a la sirvienta que estaba admitida en el Colegio de Abogados para trabajar en todo tipo de trabajos, y que de hecho terminaba trabajando todo el día, "durante once o doce horas al día". Paulina declaró que "fue muy maltratada por la acusada, incluso recibió bofetadas". La agresión física fue confirmada por la empleadora con el agregado de que la sirvienta "fue abofeteada" porque la agredió, buscando atribuir el origen de los delitos a la trabajadora.⁵ Este caso muestra las conflictivas relaciones laborales y las condiciones de explotación de las mujeres que trabajaban, vivían y comían en el mismo establecimiento.

Las condiciones laborales de las mujeres pagadas con vivienda y alimentación se encuentran entre las más precarias, ya que además de no ser consideradas formalmente trabajadoras, al no contar con carnet profesional formal, ni recibir el salario mínimo legal, tenían poca o ninguna autonomía para gestionar su propia vida. Otro proceso que revela las precarias relaciones laborales es el de Zulmira Piris da Silva,⁶ quien fue llamada en la denuncia como trabajadora "de comercio". Ella estaba reclamando contra el difunto João Marques de Oliveira, propietario de un almacén irónicamente llamado "O Sol Nasce para Todos".

Zulmira dijo que trabajó durante ocho años recibiendo vivienda y comida, pero que su salario fue retenido por su empleador. Por mucho que pidiera repetidamente "el pago de su salario en efectivo", João respondió que

una vez que no necesitó, al momento de la misma, recibir ropa e incluso dinero de su madre, la demandante, domiciliada en el campo, lo dejó en sus manos capitalizando, que el empleador le diera la cantidad correspondiente a los salarios acumulados más el interés del tres (3%) por ciento, esto cuando estaba muy necesitada o cuando, por cualquier motivo, quería retirarse del trabajo; que, la demandante aceptó la propuesta de

⁴ Memorial da Justiça do Trabalho, TRT4, 1ª CJJ, Porto Alegre, proceso nº 615, 1945

⁵ Ibid.

⁶ Memorial da Justiça do Trabalho, TRT4, 1ª CJJ, Porto Alegre, proceso nº 325, 1945.

*su empleador, de dejar en su poder sus salarios en efectivo, por no ser necesaria y por reconocer en él a un anciano de incuestionable carácter y honestidad.*⁷

Sin embargo, João falleció en noviembre de 1944, sin haber pagado el salario prometido y, al ponerse en contacto con la heredera para obtener los montos, ella "se negó maliciosamente a cumplir con sus obligaciones" según el testimonio de la trabajadora. Así, Zulmira inició el juicio laboral reclamando el pago del salario que nunca recibió. Aparentemente, ni siquiera estaba formalmente contratada; también reclamó indemnización por despido sin justa causa y doble vacación, ya que nunca las tuvo.⁸

Aunque Zulmira se llamaba a sí misma trabajadora de comercio, no hay referencias a cuáles eran las actividades realizadas por ella, lo que implica que podrían ser servicios variados. Sin embargo, hay información de que su madre estaba domiciliada en el campo y, al parecer, Zulmira se había mudado sola a la capital, posiblemente debido al trabajo en el almacén. En este contexto, trabajadoras como Zulmira estarían en una situación de gran vulnerabilidad, adhiriéndose más fácilmente a vínculos paternalistas que mezclaban las relaciones laborales y familiares. Reforzando esta idea, Zulmira se empeñó en exponer la confianza depositada en el llamado por ella como "un anciano de indiscutible carácter y honestidad".⁹ Activando la imagen del patrón/padre y la promesa de trabajo/oportunidad de obtener una vida más digna en la capital, Zulmira reivindicó la condición de trabajadora/empleada y, a partir de eso, la conquista de derechos.

El resultado del proceso de Paulina fue la conciliación a través del acuerdo en el que recibió la cantidad de R \$ 200,00 (27%) de la solicitud inicial. La acción de Zulmira terminó con el retiro de la denuncia, sugiriendo un posible acuerdo extrajudicial. Sin embargo, esta propuesta de investigación abre un espacio de discusión sobre las condiciones que hicieron precaria la vida del llamado trabajador/a "libre", cuestionando el significado y alcance de esta libertad, ya que, en muchos casos, estuvieron expuestos a experiencias de trabajo degradantes e indignas.

Referencias bibliográficas

BETTI, Eloisa. Gênero e trabalho em perspectiva histórica. **Revista Outubro**, n. 29, novembro de 2017.

BORIS, E. Produção e reprodução, casa e trabalho. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, 2014. P. 101-121.

CORRÊA, Larissa Rosa. Sobre o direito de reclamar: os primeiros conflitos trabalhistas tramitados na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro. In.: DROPPA, Alisson; LOPES, Aristeu E. M.; SPERANZA, Clarice G. (orgs.). **História do Trabalho Revisitada**. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

FISCHER, Brodwyn. Direitos por lei ou leis por direito? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo. In: LARA, Sílvia H.; MENDONÇA, Joseli Maria N. (orgs.). **Direitos e justiças no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 417-456.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo (v. 1). Boitempo Editorial, 2021.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

⁷ Ibid

⁸ Ibid

⁹ Ibid

----- Justiça do Trabalho no Brasil: Notas de uma pesquisa. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina (Orgs). **Memória e Preservação de Documentos:** direitos do cidadão. São Paulo: LTr, 2007. p. 19-30.

JOSHI, Chitra. Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. **Revista Mundos do trabalho**, v. 1, n. 2, p. 147-170, 2009.

LINDEN, Marcel van der. São Precario: Uma nova inspiração para historiadores do trabalho. In.: MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo; VARELA, Raquel. (Orgs.). **História das Relações de trabalho:** Brasil e Portugal em perspectiva global. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 141-158.

SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes, nem museu de curiosidades: Por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina (Orgs). **Memória e Preservação de Documentos:** direitos do cidadão. São Paulo: LTr, 2007. p. 31-54.

----- **Trabalhadores no tribunal:** conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964. São Paulo: Alameda, 2019.

Documentos de trabajadores en manos de las empresas: dificultades de acceso

Michele Silva Joaquim

PUCSP

Esta ponencia tiene como objetivo abordar las dificultades de acceso a los documentos de los trabajadores mantenidos en custodia por las empresas, y sus implicaciones para la escritura de la historia del trabajo. Lo hace a partir de la documentación de los empleados de la *Companhia Antarctica Paulista*, que fue la mayor industria cervecera en el estado de São Paulo desde finales del siglo XIX hasta 1999, cuando se produce la fusión con la Companhia Cervejaria Brahma do Rio de Janeiro y se funda la actual Ambev.

Los documentos laborales, como los formularios de contratación y los libros de registro, son habitualmente considerados meros registros de actividades administrativas, en lugar de ser reconocidos como documentos históricos que ofrecen información esencial para entender la vida laboral. Mi investigación se centró en los trabajadores negros de la *Companhia Antarctica Paulista* entre 1920 y 1930. Hay escasas fuentes que aborden este segmento de la población trabajadora, lo que resulta en estudios con datos genéricos, transformando a la masa de trabajadores en una entidad anónima, sin identidad racial ni de género.

Los formularios de contratación de empleados en la década de 1920 utilizados en la investigación tienen los siguientes campos: **Nombre, Fecha de admisión, Fecha de nacimiento, Lugar de nacimiento, Hijo de, Estado civil, Naturaleza del puesto o servicio, Salario mensual, Tarifa diaria, Salarios o bonos, Porcentajes, Residencia, Firma del empleado, Notas** y en el reverso **Vacaciones**. También están presentes fotografías de 3x4 cm que fueron fundamentales para la identificación de los trabajadores.

A través de la sistematización de estos datos en tablas, hemos podido constatar una diversidad de información acerca de estos trabajadores negros, quienes han sido marginados en la historia laboral. Entre estos datos se encuentran la ubicación de residencia de estas personas, análisis de migración, aspectos familiares, educación, edad de ingreso al mercado laboral y la composición de género en la industria cervecera, así como las diferencias salariales entre personas negras y no negras. Son quince categorías que nos proporcionan indicios para la construcción de una nueva historia de estos trabajadores.

Existen varios desafíos en la construcción de la historia de los trabajadores, entre ellos está encontrar información sobre la clase obrera urbana fabril posterior a la abolición de la esclavitud en la ciudad de São Paulo. La gran cuestión radica en el acceso a estas fuentes: si bien existen, su divulgación no figura como prioridad para las empresas e instituciones que resguardan estos documentos raros.

Un ejemplo de este proceso es la serie documental: "Fichas de Contratación de la Companhia Antarctica Paulista (CAP)". Todo el archivo de la CAP producido entre 1891 y 1999 fue considerado de interés público y social brasileño a través del decreto presidencial del 7 de abril de 2006. Este material está bajo custodia de la Fundação Zerrenner, una institución que surgió en 1936 para brindar apoyo a los empleados de la Companhia Antarctica Paulista y actualmente ofrece asistencia médica y educativa a más de 75.000 empleados de Ambev y de su propio personal. A pesar de que parte de la documentación que custodia actualmente es de interés público, el archivo permanece cerrado al público externo, lo que plantea preguntas sobre el alcance de la ley de archivos.

La ley de archivos en Brasil es de 1991 y trata brevemente los archivos privados en su Artículo 14, que dice: "*El acceso a los documentos de archivos privados identificados como de interés público y social puede otorgarse con la autorización de su propietario o poseedor*".

La ley ya no proporciona ninguna información sobre el tema del acceso a documentos privados y no aborda la responsabilidad de las empresas para que puedan dar permiso para usar sus documentos que sean de interés para la sociedad civil.

Por lo tanto, los investigadores están a merced de la buena voluntad de las empresas, deteniendo así su investigación. Las empresas no reconocen la importancia de la documentación que poseen, quedando muchas veces solo en el ámbito administrativo y no histórico.

Como la ley no dice cómo se deben tratar los documentos privados, incluso si la empresa tiene un lugar de custodia, las colecciones están cerradas y sin el trabajo adecuado para difundir sus fuentes. Para quienes investigamos la historia de los trabajadores, es muy difícil trabajar sin acceso a nuevas fuentes de información.

Surgen así algunas preguntas sobre la Ley de Archivos: ¿Cuál es el límite de la institución, ya que la colección es privada, pero de interés público? Cuáles son los deberes de la institución hacia la sociedad que necesita estos documentos para contar y disminuir las brechas historiográficas existentes sobre los trabajadores?

Además de este tema, tenemos una mala interpretación de la Ley General de Protección de Datos (LGPD) de 2018, modificada en 2019.

Art. 4 La presente Ley no se aplica al tratamiento de datos personales:

II - realizadas con fines exclusivos:

b) académicos, aplicando a esta hipótesis los arts. 7 y 11 de esta Ley;

Art. 7: § 3 El tratamiento de datos personales cuyo acceso sea público deberá considerar la finalidad, la buena fe y el interés público que justificó su disponibilidad.

Art. 11. El procesamiento de datos personales sensibles solo puede ocurrir en los siguientes casos:

§ 1 Las disposiciones de este artículo se aplican a cualquier procesamiento de datos personales que revele datos personales sensibles y que pueda causar daños al titular, salvo lo dispuesto en la legislación específica.

La documentación laboral que he analizado tiene entre 90 y 100 años, y no contiene ninguna información que pueda causar perjuicio a los titulares. Por el contrario, estamos incorporando a estas personas en los estudios históricos, ya que existe una brecha historiográfica en relación con los trabajadores negros en el empleo formal entre 1920 y 1930, precisamente debido a la falta de acceso a este tipo de documentación.

Sin documentos, no hay historia; estaremos destinados a repetir lo que ya se ha dicho y solo se contará el lado de los vencedores. La historia de los empleados de la industria no es menos importante que la historia de los industriales y merece ser narrada. La historia del trabajador negro no puede reducirse únicamente a la perspectiva de la esclavitud, y para lograr eso, necesitamos acceso y difusión de nuevas fuentes. Requerimos una ley más sólida y efectiva que se aplique en relación con los documentos privados de interés público y social.

Es necesario realizar más estudios y no podemos ser frenados por caprichos empresariales que no deberían existir. Los documentos son del pueblo brasileño y necesitan ser accedidos en su totalidad, cómo hacerlo es lo que traigo hoy al debate entre todos los investigadores, historiadores y archivistas.

REFERÊNCIAS:

FUENTES

SÉRIE: FICHAS DE CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA. Caixas nº 33, 34 e 35. Grupo Antarctica. Acervo Fundação Zerrener.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto de 7 de abril de 2006**. Declara de interesse público e social o acervo documental privado da Companhia Antarctica Paulista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/Dnn10812.htm. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019**. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13853.htm#art1. Acesso em: 23 jul. 2023.

BIBLIOGRAFIA

CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. In: **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, 12(1), jan-abr 2012, p. 33-46. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n1/v12n1a04.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil 1889 a 1930. São Paulo: Atual, 1991.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Iguais para o pão e para a pancada? Brancos e negros no mercado de trabalho carioca na Primeira República. O caso da Cervejaria Brahma. In: **IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência internacional de História de Empresas**, São Paulo (FEA-USP), 2001. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/hildete-pereira-de-melo_teresa-cristina-de-novaes-marques_1.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

MOLINA, Talita dos Santos. **Arquivos privados e patrimônio documental**: o Programa de Preservação da Documentação Histórica – pró-documento (1984-1988). 2018. 237 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21251>. Acesso em: 23 jul. 2023.

El desafío de constituir el archivo histórico del *Museu do Carvão* y la memoria de la minería del carbón en Brasil

Clarice Gontarski Speranza

UFRGS

Liana Severo Ribeiro

Museo Estatal del Carbón de RS

A mediados de la década de 1990, la noticia de la inminente destrucción de diez toneladas de documentos históricos relacionados con la minería del carbón en el estado de Rio Grande do Sul, en sur de Brasil, motivó la movilización de parte de la comunidad de la ciudad de Butiá, uno de los polos de esta explotación minera en el siglo XX. Durante más de 10 años, estos documentos se salvaron de la destrucción al estar alojados en el antiguo molino de un maestro del municipio, y posteriormente fueron objeto de una serie de proyectos e iniciativas, tanto comunitarias como académicas y estatales, que finalmente dieron como resultado su recolección, saneamiento y organización, así como la creación del archivo histórico del *Museu do Carvão do Rio Grande do Sul*.

El archivo histórico actual consta de 10 fondos documentales relacionados con la exploración de carbón en el estado entre 1889 y 1996: incluyen una amplia gama de documentos, como trámites administrativos de empresas mineras, documentación de sindicatos obreros, fotografías, planos de minas, demandas, carteras y contratos de trabajo. Este material ahora está disponible para el público en general y los investigadores y se instaló en un edificio histórico que forma parte el *Museu do Carvão*, en edificios listados en el Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico de Rio Grande do Sul (Iphae-RS).

Esta ponencia tiene como objetivo discutir los esfuerzos realizados para establecer el archivo histórico desde la década de 1990, liderados por varios sujetos en diferentes sectores sociales, así como las expectativas y, en cierta medida, las relaciones de la comunidad en la región debido a la constitución de una memoria de la minería de carbón. También presentamos el panorama general de la documentación disponible, centrándonos en algunos de los principales fondos seleccionados, así como los desafíos a los que se enfrentan en lo que respecta principalmente a su difusión. Con este fin, haremos una breve introducción discutiendo algunos temas relacionados con la memoria en el mundo del trabajo y el contexto histórico de la minería del carbón en Brasil.

La reflexión sobre la memoria en los mundos del trabajo en la actualidad está directamente relacionada con el fenómeno de la desindustrialización, un fenómeno que comenzó a ser definido por los pensadores económicos en la década de 1990. Partiendo de un "concepto clásico" que identifica la reducción de la proporción del empleo industrial con respecto al empleo total en un país o región, gradualmente se ha avanzado hacia un "concepto ampliado", que abarca una disminución tanto en la proporción del empleo industrial con respecto al total como en el valor agregado de la industria en relación al PIB. "Una economía no experimenta desindustrialización cuando la producción industrial se estanca o disminuye, sino cuando el sector industrial pierde su importancia como fuente de empleo y/o valor agregado para una economía específica" (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 221). Mientras que la desindustrialización en los países del Norte Global resultó en un aumento particular en la participación de productos con

mayor desarrollo tecnológico y mayor valor agregado en la producción, en América Latina, África y parte de Asia se ha observado un retorno a la primacía de los productos primarios en el PIB. Esto ha llevado al fortalecimiento de los sectores agrarios, al aumento acelerado del desempleo industrial y a la debilitación de los sindicatos.

¿Cuál es la importancia de estas transformaciones para los estudios históricos sobre la memoria de los trabajadores? En nuestra perspectiva, el contexto de desactivación de plantas industriales, el cambio en la matriz energética y el desempleo hicieron que fuera aún más vital para los trabajadores producir recuerdos sobre su trabajo pasado y también experiencias de lucha, además de ayudar a definir el carácter y el significado de las representaciones elaboradas en las narrativas conmemorativas. Podemos decir que, en el contexto de la desindustrialización, los recuerdos a menudo terminan siendo aún más dominados por la nostalgia, tendiendo a resaltar preferentemente los aspectos positivos o incluso reinventar un pasado supuestamente armonioso siempre colocado en contraste con un presente entendido como un tiempo sin futuro ni esperanza. Por otro lado, recordar paradójicamente se presenta como unificar dos polos que parecen opuestos: un tiempo de compañerismo, solidaridad y valoración del conocimiento de los trabajadores, por un lado, y el recuerdo de la explotación, el sufrimiento asociado al trabajo y los movimientos colectivos de resistencia, por el otro.

Al examinar la producción de identidad de los trabajadores en el proceso de desindustrialización en la India, Joshi (2009) observa que incluso las identidades de género se ven afectadas, porque los hombres dejan de ser los sujetos mejor pagados en las familias y las mujeres asumen un papel sin precedentes en la sociedad. Además, la memoria de la fábrica como espacio colectivo y de transformación no muere, ni tampoco las experiencias de resistencia previamente vividas por la clase; pero el pasado de empleo industrial masivo se re-significa en una época de desempleo, ya que la desactivación de las fábricas y la desmovilización de los trabajadores también trae una "invisibilidad del trabajo en los espacios públicos" (2009, p. 22).

En cualquier caso, el proceso de construcción de la memoria de los trabajadores es en sí mismo un momento de enfrentamiento y negociación entre experiencias y sujetos que han integrado e integran la construcción identitaria de la comunidad. Las tensiones entre un pasado idealizado y un presente con pocas perspectivas no solo se encuentran en la memoria de los individuos, sino que también se perciben en la propia constitución del patrimonio histórico construido, en el que la memoria es un elemento central y objeto de disputa. "Los lugares no son solo escenarios pasivos para el proceso social, sino que participan activamente en la construcción de identidades sociales" (SAVAGE, 2011, p. 26).

Los proyectos centrados en el patrimonio tienden a establecer una historia unificada respecto al pasado industrial, destacando quizás aspectos estéticos y económicos más atractivos para su apropiación turística. Como señala Ferreira, "esta transformación suele esconder u ocultar aquellos rasgos que evocarían los signos de sufrimiento inherentes a algunos procesos productivos" (2009, p. 23). Por otro lado, incluso cuando la memoria de la clase trabajadora está presente en los espacios industriales, existe el riesgo de ofrecer una narrativa que implique olvidar pasados alternativos, como la vida de los trabajadores y trabajadoras no fabriles, los jornaleros, los trabajadores domésticos, los trabajadores precarios.

En lo que respecta a la patrimonialización, y en particular para el caso analizado, es importante destacar que el proceso de declaración de patrimonio del conjunto arquitectónico que forma parte del complejo del Museu do Carvão en Arroio dos Ratos se constituyó como un intento de evocar el pasado industrial de Rio Grande do Sul en un contexto de crisis y esfuerzos por parte de las autoridades locales para fomentar la industria como una posible vía de salida de la estancamiento económico en este nuevo período (FREITAS, 2015). En este escenario, los estudios concluyen que la comunidad de Arroio dos Ratos y la región tuvieron poco

protagonismo en los procesos de patrimonialización de los restos de la industria carbonífera en la ciudad, tanto en la elaboración de las declaraciones de patrimonio como en la creación del Museu do Carvão. Estos elementos pueden ayudarnos a comprender la relación, a veces conflictiva, entre los objetos patrimonializados de la industria carbonífera y las narrativas construidas al respecto, que a menudo pueden eclipsar las memorias y procesos históricos significativos para parte de la comunidad, especialmente para los antiguos trabajadores, en beneficio de la conmemoración de un pasado económicamente glorioso.

La memoria del trabajo en las minas de carbón de Brasil tiende a construir una narrativa sobre un pasado de heroísmo, sacrificio, masculinidad y solidaridad. Esta solidaridad a veces se limita a rememorar la vida comunitaria en los centros mineros, alejadas de los principales centros urbanos, donde las familias de los trabajadores vivían en relativo aislamiento. Por otro lado, añade a la imagen heroica la memoria de las luchas sindicales, huelgas y enfrentamientos con las patronales. En tiempos más recientes, elementos como el asociacionismo negro y el protagonismo femenino han sido cada vez más valorados en esta construcción de memoria.

La historia de la minería de carbón en Brasil tiene sus raíces en el estado de Rio Grande do Sul, a finales del siglo XIX. Esta región prácticamente monopolizó la producción nacional hasta mediados de la Segunda Guerra Mundial, principalmente para abastecer las necesidades de la industria ferroviaria y eléctrica. Posteriormente, la región de Criciúma en Santa Catarina se convirtió en un epicentro de la extracción de carbón, especialmente para alimentar los hornos de la recién creada Companhia Siderúrgica Nacional. La industria atrajo a miles de trabajadores, tanto nacionales como extranjeros, a las localidades mineras. Muchos de ellos fueron reclutados por las propias compañías mineras. Estas empresas establecían villas obreras completas, dotadas de viviendas, escuelas, iglesias, centros de salud y áreas de recreación para atraer a los trabajadores. Sin embargo, esto iba acompañado de un estricto control de la vida comunitaria. Paralelamente, las pésimas condiciones laborales y la unión de los trabajadores dieron lugar a significativos movimientos de protesta. La primera huelga en las minas de carbón de Rio Grande do Sul tuvo lugar ya en 1885, y a principios del siglo XX ya existían sindicatos. A lo largo del siglo XX, varias huelgas interrumpieron la producción, incluso en momentos en que las fuerzas militares intervinieron en las minas (SPERANZA, 2014).

A partir de la década de 1960, comenzó un declive gradual en la minería de carbón en Rio Grande do Sul, con el abandono de varios pozos y el desalojo de diversas localidades industriales, incluida Arroio dos Ratos, donde había comenzado la extracción. En la actualidad, la producción de carbón todavía continúa en varios municipios de Rio Grande do Sul, pero emplea a un número significativamente menor de trabajadores, ya que la extracción se lleva a cabo únicamente en minas a cielo abierto y no en minas subterráneas. La memoria de los antiguos tiempos de explotación masiva está estrechamente relacionada con el patrimonio construido de las localidades mineras, que no siempre se encuentra en buen estado de conservación.

En Arroio dos Ratos, las instalaciones de la primera planta termoeléctrica del país (fundada en 1924) y el pozo 1 (1908), entre otros edificios, se transformaron en el Museu Estadual do Carvão en 1986, en un área de aproximadamente 10 hectáreas. Pero a pesar de la importancia del conjunto construido, fue solo a principios del siglo XXI que el museo comenzó a tener una colección documental más significativa, y en gran parte debido al esfuerzo de la comunidad.

Este esfuerzo comenzó diez años después de la creación del museo: en 1996, una asociación cultural en la ciudad de Butiá, un antiguo pueblo minero adyacente a Arroio dos Ratos, recibió información de que la empresa Copelmi, que había heredado la colección del Consórcio Administrador das Empresas de Mineração, Cadem, tenía la intención de destruir un gran volumen de documentos. Aunque Cadem existió entre 1936 y 1964, fue precedida y sucedida por varias otras empresas, que habían transferido o heredado la documentación. Se trataba de

diez toneladas de documentos referentes a toda la historia de la minería del carbón en el siglo XX. Por iniciativa de la entonces profesora municipal de historia Gertrudes Novak Hoff, entonces presidenta de la Associação Cultural Butiaense (ACUB), se llevó a cabo una serie de negociaciones con Copelmi y la documentación fue trasladada provisionalmente a una serie de escuelas de la ciudad, y finalmente al Engenho Novak, de la familia de la maestra Gertrudes, en Butiá (WITKOWSKI, 2019; FREITAS, 2015).

El esfuerzo fue para que la documentación no fuera destruida. Pero la iniciativa de la profesora Gertrudes logró movilizar a parte de la comunidad, incluyendo a jóvenes estudiantes, como Márcio Lopes (ahora docente en el sistema escolar de Butiá), quien informó en 2022:

Era una montaña de documentos. La miré y dije: "¿Pero qué voy a hacer con esto?" Porque era un ingenio que hacía mucho tiempo que no se usaba, entonces era mucho polvo, mucha suciedad, y que ella prestaba este ingenio para que esta documentación no saliera, porque ellos [la empresa] querían sacarlo. Una cosa de locos. Luego fue a explicarme de qué se trataba. Dijo que era el certificado de nacimiento de la ciudad. (...) Fui allí todas las mañanas para recoger esos documentos del suelo y ponerlos en estantes improvisados, que hicimos nosotros mismos de ladrillos. (...) Había de todo, desde las cartas de un ingeniero a otro, las cosas del día a día del trabajo, a los planos de la ciudad, las calles que se iban creando, y cuántas casas iban a tener en cada calle, qué minero iba a ocupar cada casa, todo esto era de Cadem (que era el nombre de la empresa), tenían el control general de todo (LOPES, 2022)

Aunque en condiciones precarias (incluida la presencia de animales en el molino, como ratas, búhos, serpientes), el esfuerzo de la profesora y de la comunidad logró preservar gran parte de la documentación. En 2009, un grupo voluntario de científicos sociales e historiadores de universidades estatales comenzó a desarrollar el proyecto "Una luz al final del túnel", con el objetivo de salvaguardar la documentación. Se promovieron cursos con escuelas de la región con talleres de higiene, difusión y apreciación de la documentación, relacionados con la memoria de la comunidad. En 2010, la empresa Copelmi retiró la documentación del Engenho Novak, acomodando el material en sus instalaciones. Ese mismo año, Iphan RS solicitó como acción compensatoria a un proceso presentado por Copelmi para el licenciamiento ambiental relacionado con el área minera la recalificación del Museo del Carbón, incluyendo la documentación por tantos años alojada en el Engenho Novak.

Así, la presión de la comunidad e historiadores derivó en la recepción del proyecto "Una luz al final del túnel" en el Museo Estatal del Carbón y en las negociaciones que desembocaron en el financiamiento, por parte de Copelmi, de los gastos para la renovación del antiguo edificio del Laboratorio de la Cadem para albergar el Archivo Histórico de la Minería, además de la contratación de archiveros profesionales para sanear y organizar la masa documental de manera profesional. El edificio fue reabierto en 2012, con el archivo en su interior. Actualmente, el archivo histórico cuenta con un inventario de fondos documentales, publicado en 2021 y también disponible virtualmente, lo que permite difundir y acceder a los documentos tanto a los investigadores como a la comunidad. En general, este instrumento nos trae la historia de incorporación de cada una de las empresas que operaron en la región del carbón desde finales del siglo XIX hasta la década de 1990, incluidos los ferrocarriles y el cable aéreo para el transporte de carbón que también estaban bajo el control de ciertas empresas.

En este sentido, nos gustaría explorar algunos archivos documentales con el propósito de iniciar una reflexión sobre quiénes eran, en última instancia, los trabajadores de la minería en Rio Grande do Sul en la primera mitad del siglo XX, guiados por debates que señalan la necesidad de examinar la experiencia de hombres y mujeres negros en la formación del mundo laboral después de la abolición de la esclavitud (NASCIMENTO, 2016).

La región de las minas de carbón en Rio Grande do Sul conoció diferentes flujos de inmigrantes a lo largo de los años. Aún en el siglo XIX, se reclutaron familias de mineros ingleses y españoles para trabajar en la minería. A lo largo del siglo XX, se identificaron otros procesos migratorios, destacándose la llegada de trabajadores inmigrantes afectados por las consecuencias de la Segunda Guerra Mundial, principalmente europeos, en un esfuerzo de cooperación entre las empresas mineras y el gobierno brasileño (SPERANZA, 2021). En lo que respecta a estos trabajadores, podemos afirmar que hay un intento por destacar la contribución europea en la formación de la comunidad local. En Arroio dos Ratos, por ejemplo, una de las principales avenidas de la ciudad lleva el nombre de "Espanha", lo que nos invita a reflexionar sobre las referencias elegidas para construir memorias que a menudo excluyen, especialmente a los trabajadores negros, del mundo laboral en el sur de Brasil después de la abolición. Sin embargo, el Archivo Histórico del Museo del Carbón nos brinda la oportunidad de ampliar la comprensión en relación con estos trabajadores.

La documentación relacionada con los accidentes de trabajo se incluye en diferentes fondos de la colección, organizándose desde cada empresa minera responsable de la explotación del carbón en determinados periodos y sitios. Además de una serie con documentación sobre los trabajadores mineros, hay pocos registros que especifiquen el color de la piel de los trabajadores no blancos. Pero esto no debe ser un impedimento para que las investigaciones visibilicen a estos actores. En este sentido, tomamos como ejemplo el libro de registro de accidentes de la *Companhia Carbonífera Rio-grandense*, que controló la explotación del mineral en la ciudad de Butiá desde 1917 hasta 1936, año en que pasa a formar parte de Cadem, consorcio con otras empresas mineras de la región. De 1935 a 1940, la documentación nos proporciona, además de la cantidad significativa de accidentes de diversos tipos sufridos por los trabajadores, información importante como el nombre completo, el color y la función desempeñada por cada uno, ya sea bajo tierra o en la superficie, además de especificar el tipo de lesión sufrida.

El fondo documental de mayor volumen se refiere a Cadem, *Consórcio Administrador de Empresas de Mineração*, que administró las empresas de Arroio dos Ratos y Butiá de 1936 a 1964, además de controlar los servicios en los puertos de lugares cercanos donde fluía el carbón. La documentación se refiere a un contexto político y económico importante, que abarca el período del Estado Novo y la Segunda Guerra Mundial, cuando se intensificaron las políticas para promover el carbón nacional, convirtiendo al estado en el mayor productor del país. Además, el contexto abarca importantes movimientos de organizaciones de trabajadores, que culminarán en importantes huelgas, permitiendo también desvelar el desempeño tanto de la comunidad empresarial minera como del gobierno a través de medidas represivas.

Dentro de este fondo, la serie documental que se refiere a las cartillas de trabajo nos proporciona oportunidades de análisis sobre los trabajadores mineros, siendo principalmente conformada a través de donaciones de familiares de exmineros. Las cartillas profesionales fueron instituidas en Brasil a partir de 1932 y se volvieron obligatorias a partir de 1943 con la *Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)* (SPERANZA, 2017). A través de una iniciativa del profesor de Historia Giovani Ceroni, de la educación básica en el municipio de Arroio dos Ratos, fue posible llevar a cabo la descripción de la información básica proporcionada por estas fuentes en colaboración con estudiantes de la Escuela Municipal Miguel Couto, quienes, en horarios no lectivos, participaron en las actividades del "Clube de História" en el archivo histórico del *Museu do Carvão*. El archivo contiene aproximadamente trescientas cartillas de trabajo de las décadas de 1930 y 1940 que incluyen fotos de los trabajadores, así como el color, lugar de nacimiento, lugar de residencia -que indicaba la mina donde el obrero estaba empleado-, nombres de los padres y funciones desempeñadas. A partir de los registros, es posible identificar algunas de las migraciones realizadas por estos trabajadores, muchos de los cuales provenían de regiones cercanas a las minas, y también trazar las experiencias laborales

de algunos de ellos, ya que en algunos de estos documentos se registran otros empleos. La presencia de fotos en las cartillas de trabajo es especialmente importante, ya que permite reflexionar sobre las clasificaciones de color atribuidas a los trabajadores no blancos, así como cuestionar algunas interpretaciones sobre estas clasificaciones, que probablemente no eran realizadas por los propios trabajadores.

Finalmente, otra importante serie documental se refiere a las demandas legales del consorcio Cadem, compuestas por reclamaciones laborales, especialmente de accidentes de trabajo y enfermedades profesionales, así como demandas de empresas contra empleados. Dichos documentos ya han sido ampliamente utilizados por la investigación que busca analizar las relaciones entre empleadores, trabajadores y el estado en la búsqueda de derechos, incluso antes de la institución de las leyes laborales, así como a la perspectiva de las posibilidades de la agencia de los trabajadores en el período dado. Algunos de estos documentos también nos proporcionan ciertos datos más allá de las reclamaciones en sí, como el color, lugar de origen y residencia de los trabajadores, aunque lamentablemente no estén presentes en la totalidad del conjunto documental.

La documentación de las empresas mineras que ahora conforman el Archivo Histórico del Museu do Carvão nos permite ampliar las discusiones sobre la memoria y la historia de la exploración de carbón en Rio Grande do Sul. Para ello, es necesario que los proyectos de difusión se desarrollen y conecten con la comunidad local, principalmente a través de escuelas y espacios educativos, con el objetivo de que las condiciones del edificio garanticen cada vez más el derecho de acceso a esta documentación.

Referencias bibliográficas

LOPES, Marcio. Entrevista a Lizandra Roman e Clarice Speranza. Podcast Hora do Trampo (Edição especial), projeto UFRGS, 2022. Disponível em < <https://youtu.be/AhtUotxcNgw>>. Acesso em 05/08/2023.

FERREIRA, Maria Leticia M. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. *Museologia e Patrimônio*, v. 2, n. 1, 2009.

FREITAS, Tassiane Melo de. *Do complexo carbonífero a museu: o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul, Brasil (1983-1994)*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural), UFPel, 2015.

JOSHI, Chitra. Espaços do trabalho e história social na Índia. *Estudos históricos*, n.43, 2009.

NASCIMENTO, Alvaro Pereira. Trabalhadores negros e o paradigma da ausência. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, n.59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

OREIRO, José Luis e FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*. 2010, v. 30, n. 2.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. *Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 5, 2011.

SPERANZA, Clarice. *Cavando direitos*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

_____. Branco, preto, pardo, moreno ou escuro? Classificações raciais nas carteiras dos trabalhadores gaúchos (1933- 1945). *Tempos Históricos*, Vol. 21, p. 100- 124, 2017.

_____. O Afluxo de refugiados e "deslocados de guerra" para as minas de Carvão do Rio Grande do Sul ao fim da II Guerra. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 37, p. 565- 590, mai/ago 2021.

WITKOWSKI, Alexsandro. *Da luz no fim do túnel ao Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão: O acervo documental da mineração na região carbonífera do Baixo Jacuí, Rio Grande do Sul (2009 –2016)*. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio), UFRGS, 2019.

La trayectoria de *História em Revista*

Lorena Almeida Gill

Núcleo de Documentação Histórica

La primera edición de la revista apareció en 1994, cuando un pequeño grupo de profesores, en aquel momento afiliados al Núcleo de Documentação Histórica, compuesto por Beatriz Loner, Fábio Cerqueira, Temístocles Cezar, y yo misma, decidí crear una revista que pudiera difundir la producción historiográfica relacionada tanto con la UFPel como con otras universidades de Brasil y de otros países cercanos, especialmente de América Latina.

Gran parte de lo que se publicaba en la ciudad, ya fuera en revistas o haciendo referencia a la historia, estaba vinculado a lo que era producido por el Instituto Histórico y Geográfico, que estaba conformado en su mayoría por profesionales de otras áreas, que disfrutaban de pensar y escribir sobre la Historia.

Dentro de este contexto, el primer número, que presentaba en la portada la icónica imagen del antiguo edificio del Instituto de Ciencias Humanas (antes Facultad Eliseu Maciel y ahora Museo de Arte Leopoldo Gotuzzo), surgió en un formato especial, centrado principalmente en la historia de Pelotas.

Por ejemplo, en este volumen se encuentra una investigación que fue precursora de la formación del propio NDH, la cual tuvo lugar en el año 1990. Se difundió un estudio sobre la reconstrucción de la memoria de la UFPel, escrito por la profesora Beatriz Loner, que más tarde dio origen a un libro sobre el mismo tema.

La presentación del primer volumen resaltó el apoyo brindado al proyecto por parte del profesor Amílcar Gigante, rector de la Universidad entre 1989 y 1992, quien fue perseguido político durante el período de la dictadura civil-militar. Él se había acercado a la profesora Beatriz para que organizara documentos dispersos en varios departamentos, unidades y facultades, lo que dio origen al NDH.

El texto de presentación del número pionero, escrito por Beatriz, anunciaba lo siguiente:

A partir de este primer ejemplar de *História em Revista*, compuesto por artículos de profesores vinculados al NDH UFPel, nuestra revista se publicará de manera semestral, con el proyecto editorial de crear un espacio de discusión y actualización de temas históricos, tanto de historia reciente y contemporánea como de períodos pasados, brindando a la comunidad de investigadores, profesores e interesados en el estudio de la historia, el acceso a una publicación en la que podrán entrar en contacto tanto con artículos de investigadores de la región como de científicos a nivel nacional e internacional.

El hecho es que, aunque se pretendía sacar una revista con una periodicidad semestral, la tarea no resultó sencilla, especialmente al principio, cuando el departamento de Historia contaba con pocos profesores. Y así fue como hicimos lo que era posible, lanzando un volumen por año. Muchas de estas ediciones trataron sobre nuevas perspectivas para la Historia, relacionadas con la llamada historia desde abajo, por ejemplo, lo que llevó al NDH a realizar estudios que dieran protagonismo a trabajadores, artesanos, campesinos, mujeres, negros, personas con discapacidades, enfermos y otros. Hay números emblemáticos de este período, como el volumen 3 de 1997, que abordó la esclavitud en el extremo sur de Brasil y anunció investigaciones precursoras sobre la esclavitud y el período posterior a la abolición, como las que la profesora Beatriz Loner iba a emprender con aún más empeño durante la

escritura de su tesis doctoral, que trató sobre la formación de la clase obrera en Pelotas entre los años 1888 y 1937. Toda esta trayectoria también fue un preludio para una obra de envergadura, el *Dicionário de História de Pelotas*, un proyecto que duró cinco años.

Dado que existían estudios importantes sobre diversas temáticas y, en muchas ocasiones, los docentes, especialmente de educación básica, tenían poco acceso a lo que se producía en la Universidad, se pensó en realizar una compilación de estas nuevas investigaciones construyendo un Diccionario. Este Diccionario consiste en entradas concisas, categorizadas como pequeñas (hasta 25 líneas), medianas (hasta 50 líneas) y grandes (hasta 100 líneas), escritas por 45 especialistas. El objetivo era difundir nuevas contribuciones de investigación utilizando fuentes confiables. La idea resultó ser muy exitosa, y además de las dos ediciones físicas (con tiradas de 300 y 500 ejemplares), actualmente el libro está disponible en formato de libro electrónico, con más de 141.000 descargas desde la página web del NDH. Este exitoso proyecto llevó a la consideración de un segundo volumen, que abordará temas desde la década de 1960, el marco temporal del volumen 1, al tiempo que se actualizan algunas de las entradas del primer volumen a la luz de las nuevas investigaciones que se están llevando a cabo en la actualidad.

Con el tiempo, el NDH se centró especialmente en la historia de los trabajadores, dado que recibió tres colecciones principales: más de 600.000 fichas de calificación de todo el estado de Rio Grande do Sul, documentos que los trabajadores y trabajadoras completaban al solicitar las tarjetas de trabajo; más de 93.000 expedientes laborales físicos del Memorial de la Justicia Laboral, TRT 4, lo que hace que este tipo de material sea uno de los más completos en Brasil, y el archivo documental de una fábrica, la Laneira, cuyo edificio se incorporó al patrimonio de la UFPel. Este hecho ha tenido un impacto en la revista, ya que gran parte de lo que se produce versa precisamente sobre estas temáticas.

Hubo varios números que presentaron artículos sobre el mundo laboral: se destaca el de diciembre de 2013, que presentó las actas de las VII Jornadas Regionales del GT Mundos del Trabajo y el de julio de 2022 que abordó a los trabajadores en el pasado y en el presente.

En cuanto a los cambios en *História em Revista*, en el año 2020, en plena pandemia de Covid-19, se pudo concretar la idea inicial. Es decir, el grupo responsable de la revista logró establecer la periodicidad semestral, con propuestas de artículos evaluadas por al menos dos revisores, y se amplió el consejo editorial para que los nuevos nombres pudieran contribuir realmente a las discusiones sobre los nuevos rumbos de la revista. Los últimos seis números de la revista demostraron, por lo tanto, una mayor profesionalización. Este esfuerzo por lograr una periodicidad de dos volúmenes anuales, siempre publicados en el mismo mes; la evaluación de los artículos propuestos de manera ciega y una ampliación significativa del consejo editorial trajeron recompensas, ya que finalmente se obtuvo una buena puntuación en Qualis Periódicos, B1. Esto puede parecer poco, pero se pasó de C a B1.

¿Qué estamos haciendo actualmente? Dos dossiers al año, como se mencionó anteriormente, seleccionados a partir de convocatorias. La intención es que cada dossier contenga entre uno y dos artículos de autores extranjeros y que incorpore contribuciones de diversas instituciones, diferentes grupos de investigación y estados brasileños; con la perspectiva de una diversidad regional, pero también de internacionalización. Además, ha habido un aumento en la presencia de *História em Revista* en las redes sociales, especialmente en Instagram, con la implementación de una cuenta que publica convocatorias para nuevos dossiers y artículos de números anteriores que tuvieron una buena repercusión.

El volumen a través del cual nos acercamos más al modelo que estábamos tratando de implementar desde el principio fue el número 1 del volumen 26, de 2020, que se centró en la historia de la salud, la enfermedad y la asistencia, y fue coordinado por investigadores de 3

instituciones diferentes: el Museo de Historia de la Medicina, la Santa Casa de Misericordia de Porto Alegre y el Museo de Unimed. El volumen contó con 21 artículos de investigadores de diversas instituciones de Brasil y había dos artículos del exterior. Quizás la adhesión se debió precisamente al momento en que se vivía, con la pandemia de Covid-19.

Desde el punto de vista de la institución UFPel, no contamos con apoyo de la Universidad y, por lo tanto, se formó un grupo de editores que se reunieron de manera independiente para presionar a la institución para que desarrollara políticas que buscasen mejorar la calidad de las revistas. Después de un año de la creación del grupo, que se reunía periódicamente, la universidad convocó a los editores y propuso algunas acciones como cursos de formación para los editores, la compra de DOIs, la provisión de un servidor en un sentido más general que pudiera resolver problemas pequeños y grandes.

La Universidad incluso perjudica el trabajo de los editores, ya que a veces cambia las plataformas en las que se alojan las revistas sin avisar a los interesados.

El hecho es que muchas revistas han creado nuevas posibilidades de organización, principalmente con el apoyo de los PPGs, ya que es interesante para los programas tener revistas calificadas. En el caso de *História em Revista*, contamos con un colaborador técnico-administrativo, Paulo Koschier, quien no solo está involucrado con la revista, ya que también trabaja en las tareas del NDH en su totalidad, pero prácticamente la lleva a cabo él solo, lo que facilita mucho el trabajo.

El plan para el futuro es hacer que la revista sea más accesible y diversa, especialmente en lo que respecta a la producción publicada. Dentro de esta perspectiva, la idea es continuar presionando a la Universidad para que ayude a los editores en su labor diaria.

El Núcleo de Documentação Histórica y la historia pública

Lorena Almeida Gill

Núcleo de Documentação Histórica

El *Núcleo de Documentação Histórica* de la Universidad Federal de Pelotas (NDH/UFPel), Brasil, es un centro de documentación que existe desde 1990 y fue creado por la profesora Beatriz Loner, fallecida en 2018. Inicialmente, la colección estaba relacionada con un proyecto piloto sobre la historia de la propia universidad, ya que el objetivo era salvaguardar documentos y fotografías dispersas en unidades, colegios y centros, pero, con el tiempo, este lugar de memoria se especializó en el mundo de los trabajadores.

En los últimos 33 años, por lo tanto, ha sido posible reunir una amplia colección documental sobre los movimientos sociales y políticos en la región, lo que ha dado lugar a varios estudios, la mayoría relacionados con la historia social de los trabajadores *gaúchos*, sus condiciones de vida y sus trayectorias laborales.

La preocupación del NDH, desde sus inicios, fue la de preservar fuentes que de otra manera se habrían perdido: en lo que respecta a los trabajadores, esto es aún más complicado, ya que los rastros de sus trayectorias no son abundantes.

En este contexto, el primer conjunto de documentos recibido está compuesto por más de seiscientos mil fichas de calificación de la *Delegacia Regional do Trabalho*, fechadas entre 1933 y 1968, que se completaban en el momento de la emisión de la tarjeta de trabajo, e incluían una gran cantidad de ciudades del Estado de Rio Grande do Sul. Esta documentación, que actualmente se está incorporando a una base de datos, fue entregada a la Universidad Federal de Río Grande do Sul (UFRGS), la cual la transfirió a la UFPel en el año 2001.

El segundo acervo está compuesto por 93.845 procesos laborales de la ciudad de Pelotas, que datan desde 1936 hasta 1998, los cuales comenzaron a ser preservados por el NDH en régimen de comodato a partir de 2006. Los documentos provienen del Memorial de la Justicia del Trabajo de Porto Alegre y el objetivo era que permanecieran en su ciudad de origen. Este es uno de los archivos más completos de este tipo en Brasil, ya que una ley del gobierno de José Sarney permitía la incineración de los expedientes concluidos después de 5 años de archivamiento. Este archivo es consultado por investigadores, pero también por trabajadores, por tres razones principales: demostrar tiempo de servicio para la jubilación, evidenciar condiciones insalubres y obtener documentos para la adquisición de la doble ciudadanía.

Y, finalmente, relacionado con el mismo ámbito, se recibieron documentos de la antigua Fábrica Laneira, fundada entre 1948 y 1949 en la ciudad, la cual producía lana para el consumo interno en el país y también para la exportación. Esta documentación llegó a la UFPel como resultado de un acto extremo para salvar una parte del archivo, ya que el edificio iba a ser entregado y los carreteros estaban en la puerta para llevarse los papeles para su venta. El equipo del NDH tuvo que actuar con rapidez para quedarse con algunas fichas de los trabajadores, planos del edificio, copias de procesos judiciales, entre otros.

A pesar de que estos documentos vienen siendo organizados desde hace un largo tiempo, en medio de la pandemia de Covid-19 se comprendió cuán importante sería tener series documentales publicadas en el sitio web, que involucren a una misma empresa o un período de tiempo específico, por ejemplo, y que estén disponibles de manera más ágil.

La idea es que este conjunto sea accesible más fácilmente, en línea, ya que muchos estudiantes tuvieron dificultades para completar su trabajo durante la pandemia, con las instituciones de investigación cerradas durante mucho tiempo.

Cuatro medidas urgentes fueron tomadas a partir de ese momento: la disponibilización en el sitio web del NDH de 280 procesos laborales de Pelotas, fechados entre 1937 y 1958, los cuales estaban digitalizados en la página del Memorial del Tribunal de la 4ª región en Porto Alegre. Esta documentación permitió llevar a cabo algunos análisis iniciales, especialmente para estudiantes que no tenían acceso a otros documentos y necesitaban completar sus monografías.

También se llevó a cabo la creación de nuevos conjuntos documentales, que incluyen la digitalización de la totalidad de los procesos encontrados, relacionados hasta el momento con las siguientes fábricas alimenticias: Cotada, establecida en 1956 (104 procesos); Casa Verde, fundada en 1977 y que cuenta con 226 procesos; y Fábrica Mello, construida en 1970 (103 procesos). La intención es tener documentos que permitan un análisis más amplio de casos específicos. En este sentido, recientemente se inició también la digitalización de una de las empresas más buscadas para estudios, la *Companhia Fiação e Tecidos*, que cuenta con 2.062 procesos laborales, la mayoría de los cuales involucran a mujeres.

Se trata de un proceso lento, porque contamos con poco personal. Para tener una idea, el año pasado digitalizamos mil procesos y, a este ritmo, se necesitarían 93 años para completar la disponibilidad de todo el acervo de la justicia laboral.

También se ha generado una variedad de contenidos para difundir en las redes sociales, tanto sobre los archivos relacionados con los trabajadores como sobre artículos, capítulos de libros y libros producidos por los profesores afiliados al NDH. Como ejemplo, se puede mencionar la promoción del *Dicionário de História de Pelotas*, que ya ha sido descargado más de 141.000 veces en su versión electrónica. Para acercar la obra al público, en los últimos años se han publicado resúmenes de entradas en Instagram, destacando los términos más consultados por los lectores, con el fin de difundir aún más el contenido, que ya es ampliamente citado tanto en trabajos académicos como en redes sociales.

Otro ejemplo importante de la apropiación de lo que se hacía en la Universidad por parte del público externo estaba relacionado con el enfoque de la producción académica, realizado por un canal de Internet en 2018, que discutía si un cantante de rap, Matuê, debía actuar o no en un espectáculo en una charqueada en Pelotas. Utilizando un texto sobre la esclavitud y la muerte producido por investigadoras del NDH (Beatriz Loner, Micaele Scheer y yo misma), se llevó a cabo un debate público sobre el lugar que se considera el "purgatorio de los negros" y el video del canal de youtube Quadro em Branco ya ha sido visto por 272 mil personas. El artista, después de la discusión, declaró que solo haría el espectáculo si se cambiaba el lugar. En sus redes sociales, publicó: "Nunca aceptaría un espectáculo en un lugar históricamente marcado por la esclavitud, estoy totalmente en contra de cualquier tipo de segregación y siempre lo he estado".

Por último, cabe mencionar la publicación de algunas entrevistas ya realizadas por el laboratorio de Historia Oral en un sitio web específico, con el objetivo de darlas a conocer a los investigadores del área de las humanidades y las ciencias sociales. Entre los relatos, llama la atención una colección que consta de setenta entrevistas a trabajadores cuyas profesiones están en transformación o en proceso de extinción, como zapateros, relojeros, pescadores artesanales, tejedores, estibadores, trabajadores del motor, sastres, curanderos, entre otros.

Más recientemente, se llevaron a cabo y promocionaron varias entrevistas sobre los impactos de la pandemia en la vida cotidiana de los residentes de la ciudad de Pelotas. En este año, se

realizaron 48 entrevistas como resultado de 63 encuentros con médicos, estudiantes y personal técnico-administrativo que contribuyeron al establecimiento de la Facultad de Medicina de la UFPeL, que inicialmente fue de carácter privado. Todo este material estará disponible para su consulta en nuestro sitio web.

Aunque la historia pública puede ser considerada desde diversas perspectivas, esta ponencia buscó poner de relieve el esfuerzo del NDH por establecer conexiones con distintos grupos, especialmente aquellos vinculados a la comunidad externa, que tengan interés en acceder a nuestro archivo y/o a los análisis desarrollados con el paso del tiempo.

La perspectiva es que el conocimiento generado en una universidad financiada con recursos públicos pueda ser aprovechado por la población de diversas formas..

La "racialización" del trabajo por contrato a la luz de las tesis de Aníbal Quijano

Paulo Cesar Gonçalves

Unesp/CNPq

"Sur Global" es un término utilizado en los estudios poscoloniales y transnacionales para hacer referencia al Tercer Mundo y al conjunto de países en desarrollo, pero también abarca regiones pobres de países ricos en el hemisferio Norte. "Sur Global" amplía el concepto de países en vías de desarrollo, haciendo referencia a territorios que tienen una historia interconectada de colonialismo, neocolonialismo y estructuras socioeconómicas con grandes desigualdades en estándares y expectativas de vida, así como en el acceso a recursos.

Los estudios de Aníbal Quijano se presentan como una estrategia de enfoque del Sur Global desde una perspectiva que puede escapar a la mirada de investigadores europeos y estadounidenses. El concepto de "colonialidad del poder" y sus derivados, como la "colonialidad del control del trabajo", proporcionan herramientas que permiten identificar continuidades en la división racial del trabajo asociada a formas de explotación del capitalismo colonial, incluyendo el trabajo por contrato, que es el objeto de esta ponencia.

Emergiendo de experiencias anteriores al siglo XIX, tanto en las metrópolis europeas como en las colonias, el trabajo por contrato moderno quedó geográfica y racialmente localizado en áreas y poblaciones específicas, consideradas periféricas al capitalismo y a la civilización occidental. Al mismo tiempo, esta civilización lo creó como un intento de contraposición a la esclavitud, la cual era considerada en franca oposición a las concepciones del liberalismo y moralmente condenada, a pesar de su persistencia como forma de control del trabajo en algunos espacios coloniales.

Por lo tanto, la cuestión a analizar es por qué el trabajo por contrato quedó restringido a áreas coloniales a partir de mediados del siglo XIX, o lo que hoy se conoce como el "Sur Global". La hipótesis que se pone a prueba en esta ponencia es que la respuesta debe incluir el concepto de "racialización" del trabajo, según las tesis de Aníbal Quijano.

Las revoluciones atlánticas inculcaron al ideario liberal nuevas nociones de libertad económica y ciudadanía política, al punto de imponer desafíos sin precedentes relacionados con la noción universal de libertad, la emancipación de la esclavitud y la integración de los antiguos esclavos en la sociedad. El concepto de ciudadanía estaba ligado a la idea de libertad en el sentido de pertenencia a una comunidad política, pero su ambigüedad también delimitaba la categoría de exclusión. De esta manera, mientras las nuevas tendencias políticas en Europa producían ciudadanos, las conquistas imperialistas del siglo XIX generaban súbditos coloniales, estableciendo una contradicción, hasta cierto punto, entre un movimiento "liberador" en el caso europeo y un movimiento "limitador" en las colonias, ya que negaba a estas poblaciones un lugar en la política.¹

Los conflictos en torno a diversas formas de explotación del trabajo, clasificaciones e identidades racializadas, así como las restricciones o ampliaciones de los derechos de ciudadanía, dieron lugar a ideologías excluyentes que permitieron tolerar formas alternativas

¹Frederick Cooper; Thomas Holt; Rebecca Scott (eds.), *Além da escravidão*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 58-59.

de trabajo forzado y, al mismo tiempo, limitar el acceso a los derechos civiles y políticos.² A través de la moderna noción de raza, la ciencia del siglo XIX legitimó la naturalización de las desigualdades sociales que afectaban a grupos considerados racialmente inferiores, justificando así la restricción de los derechos civiles inherentes a las nuevas concepciones de ciudadanía exigidas por el liberalismo, y utilizadas como herramientas por el imperialismo europeo en África y Asia.³

Para algunos liberales del siglo XIX, el derecho al trabajo, la propiedad de uno mismo y la capacidad para celebrar contratos condicionaban la idea de libertad, mientras que para las personas esclavizadas y otros trabajadores forzados, la libertad implicaba la ausencia de trabajo y el fin de contratos onerosos. Estas diferentes concepciones de la libertad estaban en el centro de los debates sobre el comercio de trabajadores por contrato, como por ejemplo los llamados "coolies". Políticos e intelectuales occidentales debatieron sobre el significado de la libertad en relación con estos trabajadores, aunque generalmente estaban de acuerdo con los dueños de plantaciones y traficantes de "coolies" en que incluso los inmigrantes nominalmente libres debían trabajar. Un problema similar surgió para los esclavizados recién emancipados en las Américas, a quienes se les debía enseñar que "eran libres, pero solo libres para trabajar".⁴

En este sentido, la noción de la superioridad europea y la obligación de tutelar a los "pueblos más atrasados" ocupaban un lugar fundamental. En el mundo occidental, la abolición de las antiguas sanciones penales por violaciones a los contratos laborales por parte de los trabajadores generalmente formaba parte de la expansión del concepto de ciudadanía. Sin embargo, las severas restricciones a las libertades de los trabajadores, ya de por sí problemáticas, se agravaban debido a la distinción colonial entre ciudadanos y súbditos, una desigualdad que en gran medida coincidía con las categorías raciales y que permitía marcar la diferencia entre trabajadores que tenían derecho a protección, asociación y acceso al bienestar del estado, y aquellos que no lo tenían, si bien algunas nociones sobre el bienestar resonaron en las políticas coloniales.⁵

La introducción del trabajo por contrato en las economías de las plantaciones del siglo XIX tuvo lugar en un momento en el que la noción de personalidad no solo dio origen a la emancipación y ciudadanía de las personas esclavizadas, sino también a la idea de contrato libre como un acuerdo entre socios supuestamente iguales. Esta noción de personalidad ya había impulsado la eliminación de la sanción penal en los contratos laborales franceses en 1793 y en la época en que la legislación británica de Amos y Siervos fue finalmente abolida en 1875, desacreditada como un instrumento para oprimir a los trabajadores, quienes siempre resistieron a ella. Sin embargo, el trabajo por contrato fue introducido en el contexto colonial, principalmente para regular los sistemas de servidumbre por deudas de los trabajadores migrantes.

En este contexto, es relevante preguntarse cómo la introducción de conceptos de personalidad y contrato libre en las colonias continuó generando formas de coerción laboral que eran difíciles de distinguir de las condiciones sufridas por las personas esclavizadas.⁶

La vieja subordinación que estaba desapareciendo en la Europa industrial a través de las nociones de ciudadanía e igualdad ante la ley seguía presente en las colonias, donde la ciudadanía no existía, a excepción de la "casta superior europea". Los contratos laborales entre ciudadanos y no ciudadanos que perduran hasta el día de hoy en el vasto mundo de la

²Hebe Mattos, Prefacio, En: Cooper; Holt; Scott (orgs.), *Além da escravidão*, 2005, p. 16-17.

³Mattos, Prefacio, *op. cit.*, p. 30.

⁴Elliott Young, *Chinese Coolies, Past & Present*, 227, 2015, p. 145-146.

⁵Ulbe Bosma, *Slavery and Labour Contracts: Rethinking Their Nexus*, *IRSH*, 63, 2018, p. 515-516.

⁶Bosma, *Slavery and Labour Contracts*, *op. cit.*, p. 504.

migración internacional del trabajo debilitan a millones de trabajadores que buscan resistir a este proceso.⁷

Hacia finales del siglo XIX, la superposición discursiva entre el "color de piel" y la condición de esclavizado fue sustentada por regulaciones legales, reafirmando así la imposibilidad de conciliación entre la libertad del mundo autoproclamado civilizado y la falta de libertad en sus colonias. Según Boatcă, la retórica racial existente dejó de cuestionar la humanidad de los "otros" en términos religiosos para atribuir diferentes "grados de humanidad" a los sujetos colonizados, siendo los africanos negros considerados en el nivel más bajo. De igual manera, esto preparó el terreno para una perspectiva occidentalista que definió a las poblaciones colonizadas y a otras poblaciones no occidentales como representantes de un pasado que Europa ya había superado.⁸

La mercantilización del trabajo bajo el capitalismo, desde el siglo XVI, fue responsable de la distribución geográfica de formas de trabajo según su adecuación a diferentes tipos de producción, así como de la etnia y distribución racial de los trabajadores en diferentes regiones geográficas. De este modo, mientras la clase de los esclavizados se redujo eventualmente a africanos y se concentró principalmente en el continente americano, la clase de los siervos incluía un amplio segmento de diversas etnias en Europa Oriental.⁹

Durante el transcurso de la expansión colonial de Europa en Asia y África, se impusieron los mismos criterios de clasificación a las poblaciones de los territorios recién conquistados, al tiempo que se mantuvo la distribución racial del trabajo que asociaba el color de piel blanco a los salarios y a los cargos más altos en las respectivas administraciones coloniales. Como señaló el sociólogo peruano Aníbal Quijano, al relacionar cada forma de control del trabajo con la construcción de una raza particular, el control de una forma específica de trabajo se convirtió en el control de un grupo específico sobre personas dominadas. En consecuencia, se produjeron nuevas identidades históricas y sociales: "amarillos" y "aceitunados" se sumaron a blancos, indígenas, negros y mestizos. Al igual que en América, esta distribución racista de nuevas identidades sociales se combinó con la distribución racista del trabajo y de las formas de explotación del capitalismo colonial. Una nueva tecnología de dominación/explotación, en este caso raza/trabajo, se articuló de tal manera que parecía ser una asociación natural.¹⁰

Refiriéndose a las continuidades entre las estructuras coloniales y poscoloniales de dominación, Quijano desarrolló el concepto de "colonialidad del poder": una situación cultural, política y económica de dominación que puede aplicarse en ausencia de administraciones coloniales, que históricamente tendieron a sobrevivir. Para el sociólogo peruano, la percepción de los europeos de que el trabajo remunerado era privilegio de los blancos se basaba en la clasificación racial de la población y en la antigua asociación de las nuevas identidades raciales de los colonizados con las formas de control laboral no salarial. Como resultado, la percepción de que los colonizados eran racialmente inferiores y, por lo tanto, indignos del pago de salarios y, naturalmente, obligados a trabajar para sus amos. Esta clasificación social racista de la población mundial —la "colonialidad del poder"— todavía justifica, según el sociólogo, el menor salario pagado a las razas consideradas inferiores por el mismo tipo de trabajo realizado por los blancos en los centros capitalistas.¹¹

⁷Bosma, *Slavery and Labour Contracts*, *op. cit.*, p. 505.

⁸Manuela Boatcă, *Segunda esclavitud versus segunda servidumbre. Regímenes Laborales Locales de la Periferia Global*. En: Saïd Amir Arjomand, *Social Theory and Regional Studies in the Global Age*, Albany: Suny Press, 2014, p. 363.

⁹Boatcă, *Second Slavery versus*, *op. cit.*, p. 367.

¹⁰Aníbal Quijano, *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*, En: Edgardo Lander (org.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*, Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 204.

¹¹Quijano, *Colonialidad del poder*, *op. cit.*, p. 207-208.

La condición esencial para el mantenimiento de la "colonialidad del poder" en la economía mundial capitalista fue la articulación de formas de trabajo en función de los intereses de la producción de trabajo asalariado europeo, una configuración que Quijano denominó "colonialidad del control del trabajo", y que definió la distribución geográfica de cada una de las formas integradas en el capitalismo mundial. En otras palabras, estableció la geografía social del capitalismo: el capital, en la relación social de control del trabajo asalariado, era el eje alrededor del cual se articulaban todas las demás formas de control del trabajo, sus recursos y sus productos. Esta relación social específica se concentró geográficamente en Europa, en su mayoría, y socialmente entre los europeos, otorgando centralidad a ambos.¹²

De esta manera, Quijano reveló los mecanismos de control de los distintos niveles de trabajo. Esta articulación era intrínsecamente colonial, fundamentada en la primera asignación de todas las formas de trabajo no remunerado a las razas coloniales (indígenas, negros y mestizos) en América y, posteriormente, a otras razas colonizadas en el resto del mundo. Además, el trabajo estaba controlado mediante la asignación de trabajo asalariado a los colonizadores blancos.¹³

Basándose en las ideas de Quijano, Boatcă señala que el capitalismo ha sido el modo de producción predominante en la economía mundial durante los últimos quinientos años, y que la conexión raza/trabajo es la lógica que posibilita la "negación de la coetaneidad", es decir, la naturalización del trabajo no blanco y no asalariado como inferior y retrasado. La "negación de la coetaneidad" se refiere al discurso que afirmaba la preeminencia de la dimensión temporal de la alteridad sobre la espacial, relegando a negros, indígenas y colonizados no a la condición de "no humanos" o "subhumanos", sino a la de "humanos primitivos". Mientras tanto, la esclavitud, la servidumbre y otras formas de trabajo no libre, con las cuales se asociaba el trabajo no blanco, aparecían cada vez más como no occidentales, arcaicas y retrasadas.¹⁴

A finales del siglo XVIII, ya se había establecido una división del trabajo racializada, lo que resultó, entre otras cosas, en una escala salarial altamente diferenciada entre los trabajadores racializados como blancos y los racializados en varias categorías de no blancos.¹⁵ Las políticas de migración laboral contribuyeron a preservar el vínculo entre el trabajo colonial tropical y el trabajo no blanco hasta el siglo XX al garantizar que los trabajadores necesarios para "facilitar" la transición del trabajo esclavo al trabajo libre fueran reclutados en otras colonias europeas, como India y Java, o en estados con regulaciones laborales débiles, como China¹⁶; un movimiento laboral demarcado por políticas migratorias jerárquicas igualmente racializadas.¹⁷

Aunque las consideraciones de Quijano sobre la "colonialidad del poder" y la "colonialidad del control del trabajo" se refieren principalmente a la situación colonial contemporánea, con América Latina como foco de investigación, creo que son particularmente relevantes para comprender las periferias que nunca fueron colonias formales, sino que se sometieron a través de una estructura muy similar de economía, política y relaciones ideológicas de poder y que hoy conforman el Sur Global. Como recuerda el sociólogo peruano, la raza es el instrumento de dominación más eficaz que, cuando se combina con la explotación, se presenta como un clasificador universal.¹⁸ La explotación del trabajo siempre se ha aprovechado de las

¹²Quijano, *Colonialidad del poder*, *op. cit.*, p. 208.

¹³Quijano, *Colonialidad del poder*, *op. cit.*, p. 208.

¹⁴Boatcă, *Second Slavery versus*, *op. cit.*, p. 363.

¹⁵Nandita Sharma, "The New Order of Things": Inmobility as protection in the regime of immigration controls, *Anti-Trafficking Review*, 9, 2017, p. 35.

¹⁶Boatcă, *Second Slavery versus*, *op. cit.*, págs. 370-371.

¹⁷Sharma, "The New Order of Things", *op. cit.*, pág. 44.

¹⁸Quijano, *Colonialidad del poder*, *op. cit.*, p. 241.

desigualdades globales y los correspondientes patrones migratorios y la cuestión racial ha justificado y sigue justificando tratamientos diferenciados o excepcionales.

La esclavitud moderna en el continente americano creó una categoría de trabajo basada en la noción de raza que ha permeado las jerarquías sociales en las antiguas sociedades esclavistas hasta el día de hoy. Boatcă observa que el concepto de "colonialidad del trabajo" de Quijano, concebido para estudiar las continuidades entre las estructuras de dominación, puede ayudar en el análisis de las continuidades entre las formas de trabajo y grupos raciales específicos después de la abolición de la esclavitud: la pauperización de los esclavizados liberados en América y de los siervos liberados en Europa Oriental.¹⁹

En esta perspectiva, me gustaría agregar las formas de trabajo forzado que están geográficamente y racialmente delineadas en todo el mundo, como en el caso del trabajo por contrato en contextos migratorios con una fuerte demanda capitalista de mano de obra a bajo costo. En otras palabras, la "racialización" del trabajo como algo constitutivo de las fuerzas de coerción que llevaron, y siguen llevando, a la mercantilización forzada de la fuerza de trabajo por parte de los "trabajadores subalternos", tal como lo señala Marcel van der Linden.²⁰

¹⁹Boatcă, *Second Slavery versus*, *op. cit.*, págs. 383-384.

²⁰Marcel van der Linden, *Trabalhadores do mundo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

Centro de Memória do Sindicato Nacional dos Aeronautas: una colección de 80 años de lucha

Andreia Francisco dos Reis y Gabriela de Souza

Sindicato Nacional dos Aeronautas

Los "aeronautas" son la categoría profesional que conforma la tripulación de vuelo: incluye a los pilotos, copilotos y comisarios de a bordo. La presencia de estas funciones en el vuelo depende del tipo de aeronave y de los segmentos de actuación, que pueden ser la aviación regular, la aviación agrícola y el taxi aéreo.

El archivo del SNA es el resultado de prácticas sindicales que involucran la creación de legislación y regulaciones profesionales, procesos legales, normas de seguridad y un conjunto documental para el compromiso político. Los conjuntos documentales predominantes en el archivo son actas de reuniones, expedientes de quejas laborales, boletines sindicales, registro de miembros asociados, registros de imágenes y eventos, guías y procesos de convenios colectivos, correspondencia, estatutos y reformas estatutarias, informes de rendición de cuentas y publicaciones recopiladas por la Biblioteca Auxiliar.

Sus actividades sindicales comenzaron en 1942 con la formación de la *Associação dos Aeronautas do Distrito Federal* (Río de Janeiro - RJ). La formalización sindical de la categoría, que lo designa como *Sindicato Nacional dos Aeronautas*, tuvo lugar con la entrega del permiso sindical el 9 de diciembre de 1946. Las reivindicaciones más constantes están relacionadas con la valoración de la profesión y la seguridad de vuelo, ambas también conectadas entre sí. Para las discusiones relacionadas con estos temas, desde su fundación hasta la actualidad el SNA produce conocimiento técnico de manera pública, con acceso a través de sus medios de comunicación o debatidos y desarrollados en la participación en eventos nacionales e internacionales.

El compromiso de los profesionales de la aviación en exigir seguridad de vuelo es fundamental para que hoy en día el avión sea considerado el medio de transporte más seguro del mundo. La regulación de la profesión también es importante para este propósito: está relacionada con la capacitación de quienes conforman la tripulación, brindando condiciones de trabajo dignas y estructurales para un buen rendimiento (límites de jornada laboral, alimentación, descanso, entre otros).

La primera regulación profesional fue aprobada recién en 1961, después de años de movilización de la categoría organizada en su entidad gremial. La última actualización de la regulación de la profesión se llevó a cabo en el año 2017, con énfasis en aspectos relacionados con la gestión de riesgos de la fatiga humana vinculados a la jornada laboral. Por otro lado, la cuestión de la jubilación especial del personal aeronáutico (debido a la exposición continua a agentes nocivos) aunque logró una victoria en 1958, sucumbió a la Reforma de la Previsión de 1996, al igual que pasó en otras categorías. En 2019, el SNA retomó la lucha por la jubilación especial y en 2023 logró incluir en el Proyecto de Ley No. 245 el servicio aéreo embarcado como motivo de jubilación especial.

En medio de la reestructuración de la entidad a partir de 2013, el SNA trasladó su sede de Río de Janeiro a São Paulo. Con esto, el archivo y la biblioteca fueron trasladados a la capital paulista. Las dificultades para localizar documentos con fines legales y el deseo de llevar a cabo un proyecto relacionado con la memoria institucional contribuyeron a la revitalización del archivo.

Se creía que, al valorar la trayectoria de la entidad y reconocer sus luchas y conquistas, los trabajadores del sector se comprometería cada vez más, desarrollando un sentido más profundo de pertenencia al sindicato y aprendiendo del ejemplo de combatividad proporcionado por sus colegas de otras épocas.

Fueron cuatro meses de investigación y discusiones en el año 2018 para finalizar la idea del *Projeto Memória SNA*. El trabajo comenzó en 2018 con investigación, organización del archivo y productos, con la intención de obtener resultados más sólidos para las celebraciones previstas por el 80 aniversario de la entidad en 2022.

A lo largo del proceso de trabajo del *Centro de Memória*, la mayor dificultad es hacer comprender la importancia de tratar el archivo documental y la necesidad de contar con una metodología adecuada de investigación histórica. Es constante la tarea de concienciar sobre el ritmo del trabajo, el tiempo necesario para obtener resultados, el paso a paso de cada etapa, las herramientas necesarias y explicar cómo se construye una narrativa histórica. Se destaca que el trabajo es continuo y, sobre todo, se resalta el valor inmaterial de la documentación histórica y la labor de difundir la información recolectada. Los relatos de este tipo de desafíos son comunes en las instituciones de memoria en Brasil.

Para que el proyecto pudiera avanzar (considerando las dificultades), fue necesario comprender la organización, todos los grupos involucrados y sus respectivos intereses, para así poder adaptar el lenguaje del equipo del centro de memoria y facilitar la comprensión y el diálogo con todos. Aunque la responsabilidad del trabajo con el archivo recae en el equipo de trabajadores de la memoria, el tratamiento del archivo de una institución es una labor colectiva que involucra a todas las partes interesadas.

Las primeras etapas del proyecto incluyeron el desarrollo de una línea de tiempo institucional, un programa de historia oral con directores y la implementación de un sistema de tratamiento archivístico que incluyó la creación de reservas técnicas, espacios de procesamiento técnico y atención a la investigación. En 2021, se elaboró una guía del archivo que presenta los documentos principales, la política de archivo, las normas de acceso y confidencialidad, entre otras otras directrices.

Junto con la estructuración del archivo, comenzó el proyecto de historia oral del sindicato, una forma también de acercarse y crear lazos de confianza con los entrevistados y recopilar información para la investigación en el archivo. Dado que la catalogación y la investigación de la documentación estaban en sus primeras etapas, se ideó una especie de pre-entrevista de historia oral. El "Café D.O. SNA" se inspiró en el proyecto "*Cestas da Memória*" (PARRELA, 2015) del *Arquivo Público de Belo Horizonte* y en el trabajo de memoria del *Centro de Memória do Circo*. El guion era más sencillo y la conducción de la entrevista menos estricta. La idea era recopilar información fundamental para la organización del archivo y, al mismo tiempo, valorizar la historia de los entrevistados, permitiendo que la construcción del trabajo contara con la participación activa de sus agentes.

El primer grupo elegido fue el de expresidentes, ya que el ejercicio de esta función brinda una visión más amplia de los acontecimientos que conciernen a los trabajadores y al sector en general. La experiencia también sirvió para construir guiones de las entrevistas principales de historia oral y preparar a los profesionales involucrados para avanzar con el proyecto.

En su trayectoria, el SNA participó en importantes hitos sociales en el siglo XX. Su surgimiento en la década de 1940 coincide con la apertura política del final del *Estado Novo* (1937 a 1945), en la cual el movimiento sindical brasileño obtuvo mayor libertad de actuación política frente al control estatal del gobierno de Getúlio Vargas.

En la década de 1950, la conquista de la regulación profesional (1958), la activa participación en campañas salariales, convenciones colectivas, directrices de seguridad de vuelo y la defensa legal de la categoría, destacaron al SNA como uno de los principales sindicatos del país.

En la década de 1960, la convergencia de intereses con otras categorías profesionales llevó a que los aeronautas se unieran a la construcción del *Comando Geral dos Trabalhadores* (CGT), un proyecto que incomodaba a las grandes corporaciones, incluidas las aerolíneas que pronto presentarían la principal propuesta de la categoría: la creación de una empresa estatal para la aviación comercial, la Aerobrás. La reacción de las empresas fue inmediata, persiguiendo a los directivos del SNA y colaborando directamente con los militares que darían el golpe de estado en 1964, instaurando la dictadura militar en Brasil.

Entre 1964 y 1966, la dirección del sindicato estuvo bajo el control de interventores del gobierno militar, mientras que algunos directivos fueron despedidos, exiliados e incluso detenidos por organismos represivos. A pesar del breve período de intervención, la dirección no tuvo plena libertad política para abogar por agendas sociales que contribuyeran a la conquista de los derechos de los trabajadores. Sin embargo, en la década de 1970, el SNA continuó trabajando en la formulación de normas de seguridad de vuelo y en la investigación de accidentes.

A finales de la década de 1970, las entidades civiles, incluidos los sindicatos, actuaron en defensa de las libertades democráticas. La SNA tuvo una fuerte presencia en esta etapa, contribuyendo directamente a la campaña de amnistía, para que los aeronáuticos exiliados pudieran regresar al país y reintegrarse a sus antiguos trabajos.

En la década de 1980, tanto los trabajadores de a bordo como otros trabajadores aeronáuticos estuvieron en la vanguardia del movimiento conocido como Nuevo Sindicalismo Brasileño, abogando por temas comunes a los trabajadores de los centros urbanos y llevando a cabo huelgas de gran envergadura en la aviación comercial después de un largo período de represión.

En esta nueva articulación, los aeronautas participaron en la *Conferência Nacional da Classe Trabalhadora* (CONCLAT, 1981) y, más adelante, en el congreso que daría lugar a la formación de la *Central Única de Trabalhadores* (CUT, 1983). Durante este mismo período, se unieron a los movimientos sociales de redemocratización en la campaña por elecciones directas.

Con el fin de la dictadura militar en Brasil en 1985, los aeronautas contribuyeron a otra fase de consolidación de los derechos sociales, participando directamente en el Congreso Nacional durante la fase de la Asamblea Constituyente (1987-1988). Sus principales agendas fueron la campaña *Pássaro Civil*, que buscaba desvincular al Ministerio de la Aeronáutica como organismo regulador de la Aviación Civil, y "*Sangue não é mercadoria*" (La sangre no es mercancía), para la estatización de los bancos de sangre y la creación de un sistema público de salud en Brasil.

La Constitución de 1988 eliminó la prohibición de que las entidades brasileñas se afiliaran a organismos internacionales. En este sentido, las décadas de 1990 y 2000 se caracterizaron por la reanudación del diálogo con asociaciones como la Federación Internacional de Pilotos de Líneas Aéreas (IFALPA), la Federación Internacional de Trabajadores del Transporte (ITF), la Comisión Latinoamericana de Aviación Civil (CLAC) y la Organización de Aviación Civil Internacional (OACI). La participación en la creación de la Agencia Nacional de Aviación Civil (ANAC) también fue fundamental para consolidar las demandas de los aeronautas en las políticas estatales para la aviación.

En 2013, aeronautas provenientes de la base asumen la dirección del SNA e inician un largo proceso de reorganización y reestructuración de la entidad. En 2015 y 2016, realizan paros en torno a la Convención Colectiva de Trabajo (CCT), y en 2017, después de seis años de trámite en el congreso, logran una nueva regulación para la profesión. En 2020, con la pandemia de la Covid-19, el SNA desempeña un papel importante en la negociación de acuerdos colectivos con las empresas para garantizar la estabilidad laboral.

En 2022, el *Sindicato Nacional dos Aeronautas* celebró 80 años de actividad en defensa de los derechos laborales de la tripulación de vuelo. En esta ocasión, se pudieron presentar los frutos positivos cosechados a partir del trabajo del *Centro de Memória*, como el lanzamiento de una exposición permanente y otra itinerante.

El archivo organizado por el *Centro de Memória* es utilizado por la dirección del sindicato para considerar posibles caminos en sus desafíos cotidianos, aquellos que enfrenta como un espacio político enfocado en los intereses de los trabajadores. Los documentos también están disponibles públicamente para fines de investigación, como la tesis de doctorado elaborada por la auxiliar de vuelo Luzimar Soares, que aborda cuestiones de género y aviación. Además, la comunicación del SNA utiliza su historia en campañas que buscan convocar a la clase trabajadora a la lucha, ya sea en casos de huelgas por la Convención Colectiva de Trabajo o en la resistencia ante la pandemia de Covid-19.

Además de las efemérides, la entidad demostró una vez más su combatividad al llevar a cabo la huelga más prolongada en la aviación civil en casi 4 décadas, en 2023.

El archivo de la entidad demuestra ser poderoso en diversas discusiones sobre la historia del sindicalismo y el trabajo. La pluralidad de información en sus documentos refleja la contribución que el movimiento laboral puede hacer a la sociedad en su conjunto, especialmente en América Latina, donde los derechos democráticos han sido constantemente vulnerados.

Uso de la historia oral en una investigación sobre el trabajo doméstico en Brasil

Caroline Cardoso da Silva

Universidade Federal de Pelotas

Esta ponencia aborda el tema del trabajo doméstico en Brasil desde una perspectiva histórica. Este es el enfoque central de mi investigación de doctorado, llevada a cabo en la Universidade Federal de Pelotas (UFPel), ubicada en la ciudad de Pelotas, en Rio Grande do Sul, en el extremo sur del país. Desde el año 2016, he participado en investigaciones usando el método de la historia oral para la creación de fuentes que aborden las narrativas de trabajadores relatando sus experiencias y trayectorias. Tanto en mi tesis de grado como en mi tesis de maestría llevé a cabo una investigación sobre las mujeres trabajadoras subcontratadas de limpieza que trabajan en la UFPel, reflexionando sobre las transformaciones recientes en el mundo laboral y cómo las funciones desempeñadas por las mujeres estaban precarizadas. Sin embargo, esta precarización del trabajo y de la vida de las mujeres se remonta a tiempos más lejanos. Actualmente estoy trabajando en mi tesis doctoral, construyendo narrativas sobre las trayectorias de vida, trabajo y lucha de las mujeres trabajadoras domésticas en la actualidad de Pelotas.

A partir de un análisis historiográfico, teórico y metodológico basado principalmente en el uso de la historia oral, mi intención es reflexionar sobre la configuración del trabajo doméstico en la actualidad, teniendo en cuenta una trayectoria histórica que se originó en el periodo de la esclavitud en el contexto brasileño y ha evolucionado a lo largo de los años pero aún arrastra los vicios de una sociedad marcada por la esclavitud, el racismo, el machismo y el elitismo.

Para llevar a cabo este estudio, es importante definir el concepto de trabajo doméstico. Existe el trabajo doméstico realizado por todas las personas que viven en una casa y se encargan de su gestión. Este trabajo se realiza en el ámbito privado, sin remuneración, y sirve para el mantenimiento de la vida en general, especialmente en términos de alimentación e higiene personal y de los espacios (MAEDA, 2022). Por otro lado, en tanto categoría profesional, el trabajo doméstico es definido, según la guía¹ producida por la Federación Nacional de Trabajadoras Domésticas (FENATRAD), como "cualquier trabajo realizado en una casa particular, donde el empleador sea directamente la familia. Esto incluye todas las tareas, ya sea limpieza, cuidado o cocina. El hecho de que se realice en el ámbito privado no significa que valga menos que otros trabajos" (FENATRAD, SD). De acuerdo con la guía² elaborada por THEMIS - Género, Justicia y Derechos Humanos, en conjunto con FENATRAD, se considera como trabajadores/as domésticos/as a: "niñeras, amas de llaves, jardineras, cocineras, limpiadoras, cuidadoras de ancianos o enfermos, choferes privados, asistentes, lavanderas, planchadoras y otras ocupaciones similares".

Se han llevado a cabo dos entrevistas, con una trabajadora doméstica y líder sindicalista del gremio, Ernestina Pereira. A partir de ellas, se han podido confirmar algunas hipótesis de investigación que vinculan el trabajo doméstico con la esclavitud, mediante las narrativas construidas a partir de la experiencia práctica del trabajo doméstico. Algunas de estas hipótesis son: Se ha observado que, en el contexto brasileño, el trabajo doméstico es

¹ Material que forma parte del archivo documental ubicado en el Sindicato dos Domésticos de Pelotas, RS.

² Material que forma parte del archivo documental ubicado en el Sindicato dos Domésticos de Pelotas, RS.

mayoritariamente realizado por mujeres negras, siendo una herencia directa de la época de la esclavitud; se ha constatado que las mujeres negras enfrentan bajos niveles de educación y escasa situación económica, lo que provoca que los trabajos más precarios o subalternos sean, con frecuencia, la única alternativa para su inserción en el mercado laboral remunerado; se ha identificado que, debido a la limitada movilidad social, muchas de estas mujeres tienen madres y abuelas que también trabajaron como empleadas domésticas. Incluso es posible que algunas de sus bisabuelas hayan sido esclavizadas o hayan vivido la liberación, estableciendo así una conexión directa con la época de la esclavitud.

En esta investigación, la construcción de memorias, relatos y narrativas se lleva a cabo a través de la historia oral. Meihy (2006) argumenta que la historia oral en América Latina se solidifica con la democracia, ya que existe la necesidad de comprender y debatir sobre los temas relacionados con las dictaduras militares que atravesaron principalmente los países del Cono Sur. En el ámbito de la historia oral, las memorias y la identidad (y sus manejos) son las principales materias primas de estudio, y la historia del tiempo presente es sin duda el lugar más visible y privilegiado para analizar el choque entre historia y memoria. La persistencia del rigor científico aportado por los historiadores y los desencuentros que, a menudo, los relatos de memoria presentan a este rigor, constituyen un desafío que, aunque difícil, también es rico en términos de análisis y síntesis.

Esta vía de investigación es relevante para construir narrativas y comprender fragmentos de la vida cotidiana, impresiones sobre hechos históricos y experiencias vividas.

En la primera entrevista que realicé a Ernestina Pereira en 2018, ella ya era una líder sindical a nivel nacional en la causa de las trabajadoras domésticas y en ese momento ocupaba el cargo de vicepresidenta del Sindicato de Trabajadoras Domésticas de Pelotas. En ese mismo período, me acerqué a ella en busca de información sobre un grupo de empleadas de limpieza que trabajaban como contratistas en las agencias de Correos en Pelotas, ya que me pareció curioso que estuvieran asociadas de esa manera. La segunda entrevista realizada con Ernestina, en diciembre de 2022, se centró principalmente en las trayectorias de lucha de la categoría y en su propia historia personal. En el momento de la entrevista, ocupaba el cargo de directora de Formación y relató que era descendiente de un *quilombo*, habiendo llegado a Pelotas a la edad de trece años y siguiendo la ocupación de su madre, quien trabajaba como lavandera y empleada doméstica apenas llegaron a la ciudad. En su narrativa, Ernestina menciona nombres de importantes líderes del movimiento de lucha por los derechos de las trabajadoras domésticas, como Iolanda Prestes da Rosa y Laudelina de Campos Melo. Además, en otras conversaciones informales que tuve oportunidad de sostener con ella en espacios de investigación de campo, mencionó figuras políticas destacadas en el escenario nacional brasileño, como Benedita da Silva y Marina Silva, mujeres negras que representan tanto las agendas laborales como las identitarias.

En la fase actual de la investigación, estoy abordando las aproximaciones y percepciones de campo en la actividad dentro del Sindicato de Trabajadoras Domésticas de Pelotas, con el propósito de crear un contexto propicio para la realización de entrevistas con sus integrantes, que son en su mayoría mujeres negras, que están afiliadas y conviven allí más allá de la agenda laboral, siendo espacios de sociabilidad. El diario de campo ya cuenta con alrededor de ocho encuentros que han proporcionado observaciones valiosas, incluyendo visitas a la oficina sindical para recibir orientación legal y la participación en espacios de sociabilidad. Recientemente, se encontraron las primeras fichas de afiliación al sindicato, material que forma parte del mencionado archivo histórico/institucional. Estas fichas contienen información general como ocupación, edad y en algunos casos una fotografía tamaño carnet (3x4) de las trabajadoras, lo que permite identificar los rostros de las personas que forman parte del colectivo de trabajadoras sindicalizadas.

A pesar de las dificultades presentes en las trayectorias individuales y colectivas, estas mujeres se han agrupado y luchado por derechos, tanto en el ámbito legal, trabajando por leyes que mejoren las condiciones laborales, como en el ámbito social, participando en movimientos sociales o religiosos. En otras palabras, es una categoría laboral que ha construido una sólida historia de luchas. Teniendo en cuenta estos puntos, el presente trabajo busca contribuir a analizar los procesos históricos en los cuales el trabajo doméstico en Brasil se configura en la contemporaneidad.

Referencias

- MAEDA, Patrícia. Direito do trabalho doméstico no Brasil: a luta contra a persistência das desigualdades. **Anamatra**. 2022. Disponível em: https://www.anamatra.org.br/images/ComissaoMulheres/Documentos/Direito_do_trabalho_dom%C3%A9stico_no_Brasil_Patricia_Maeda.pdf . Acesso em 06 janeiro de 2023.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História** 155, n. 2º, São Paulo, 2006, p. 191-203. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/313776830_Os_novos_rumos_da_historia_oral_o_caso_brasileiro >. Acesso em: 10 de maio de 2021.

Texts in English

Oral History as a Possibility to Explore Women's Work Experiences in Southern Brazil

Taiane Mendes Tabora

Graduate Program in History. Universidade Federal de Pelotas

Introduction

This paper aims to discuss the work experiences of women in an important textile factory in the city of Pelotas between 1943 and 1974, based on their narratives. This research is part of a broader PhD trajectory at the Graduate Program in the History of the Federal University of Pelotas, focusing on forms of struggle among workers in precarious work contexts, such as the factory.

Drawing from the recollections of three out of the four workers interviewed, I aim to comprehend how they navigated the challenges of daily survival concerning marriage and motherhood. The paper also intends to delve into discussions about the methodology of Oral History by elaborating on how these interviews were conducted within the backdrop of the COVID-19 pandemic.

The city of Pelotas

Pelotas exhibits a mixed structure of industrialization, as it managed to harmonize a range of industries producing goods derived from agricultural products, of substantial scale and intended for export, alongside numerous artisanal establishments producing a diverse array of consumer goods for the local market (LONER, 2016, p. 34).

The factory – *Companhia Fiação e Tecidos Pelotense*

Companhia Fiação e Tecidos Pelotense was established in February 1908 by prominent figures from the upper class of Pelotas. These individuals were connected to the industrial and financial capital amassed during the zenith of the agricultural sector, facilitated through the sale of shares. The company commenced its operations in 1910, employing 208 workers and occupying a facility spanning 36,518 m², equipped with machinery imported from England, Germany, France, and the United States.

The company's operations encompassed various segments, including spinning, weaving, automated dyeing for both yarn and cloth, finishing, plishing, and bleaching of fabrics such as morins, brins, scratched fabrics, scarves, napkins, plush materials, tablecloths, and other cotton fabrics designed for both domestic and international markets.

Theoretical framework

The theoretical foundation underpinning this research is grounded in an analytical perspective that perceives labor through a lens of sexual division, while also contemplating the interconnected nature of productive and reproductive work (FEDERICI, 2017).

Given that this research centers on the experiences of economically disadvantaged women who worked in factories, it delves into a "history from below" perspective. This approach draws from the discourse presented by LERNER (2019) concerning ordinary women's narratives and aligns with THOMPSON's (1981) interpretation of human experience and agency.

Methodology and sources

The interviews conducted prior to the Covid-19 pandemic were carried out in person and recorded using the voice recorder feature on an iPhone.

Following the onset of the pandemic in March 2020 and the subsequent need for physical distancing, the interviews transitioned to a virtual format conducted over Google Meet. The participants received a link via WhatsApp to join the interview sessions. Recording of these interviews was facilitated using the paid software, Loom Free Screen Recorder, which captured both visual and auditory elements from the computer screen.

Several challenges emerged during the application of this methodology:

- Securing direct access to individuals for conducting face-to-face interviews became restricted.
- Ensuring access to electronic devices and a reliable internet connection posed challenges.
- Establishing a sense of intimacy and trust in the virtual interview context was demanding.
- The absence of a physical setting as context for the interviews had an impact.
- Participant fatigue due to prolonged screen interactions or difficulties in fostering a sense of intimacy through virtual channels.

Outcome analyses – Experiences related to marriage and motherhood

Dona Maria and Dona Amélia both joined the factory while still unmarried, in 1943 and 1950, respectively. They experienced changes in their marital status during their working lives and continued their employment there until their retirement. Coincidentally, their retirement aligns with the factory's closure in 1974. One of their primary concerns, as indicated by their accounts, was the care of their children. Given the extensive hours at the factory, they had to explore alternative solutions for childcare, as the factory lacked a daycare center.

Regarding experiences related to motherhood, the married workers express the importance of a support network of other women for child-rearing:

Vera was raised here alongside Diná's daughter, they were two girls [...]. Giovanni was well taken care of, he was always in their arms. Diná took excellent care..." (Dona Amélia)

With my first daughter, I had a friend who lived about five blocks away from my house... [...] she offered to take care of her. I would give her a small payment every month, and when it was nine o'clock, I would go out to breastfeed [...] she was the one looking after my little girl. (Dona Maria)

In the account provided by one of the unmarried workers, the factory's gender discrimination against employees who were planning to get married became evident:

When I decided to get married, I had to inform the factory about it because my marital status would change from single to married. So, I informed them, and in response, I was let go. They didn't want newlyweds to stay there. They used to fire those who were getting married because they assumed that pregnancy would likely follow, leading to absences due to childbirth and other related reasons. (Dona Ana)

The workers' testimonies highlight the ongoing challenges that women encounter in the workplace. Socially defined gender roles have deeply influenced their work experiences. For married workers, motherhood became a source of concern as they tried to balance their roles as both mothers and formal employees. This often required establishing a network of support from other women to manage caregiving responsibilities during their time away from home.

In the case of the unmarried worker, the mere possibility of impending motherhood following her future marriage was communicated to the factory as grounds for her dismissal. According to Dona Ana's narrative, the assumption was that the role of a mother would overshadow formal employment, necessitating greater focus on childcare. This perspective reinforces the enduring societal position of women closely associated with the realm of reproduction.

While I was in the process of filing the paperwork for my dismissal, I had informed the factory very late, because I knew this was coming. I had warned them nearly on the eve of my wedding, right? Then I was let go. They didn't pay me, and I had to take legal action. I had to reach out to the union, but I didn't have the time initially because I was occupied with work. Eventually, I went to the union after leaving the factory. Then things began to unfold, and I didn't receive anything. At one point, they contacted me to settle matters in their office. (Dona Ana)

The worker's agency is evident as she adopted a strategy of delaying the disclosure of her impending marriage. Subsequently, after leaving the company, she mobilized by visiting the union to file a lawsuit demanding compensation, prior notice, unpaid salary, and vacation pay from the factory. However, the legal proceedings didn't progress. According to Dona Ana:

[...] they informed me that the legal process would take years before I could receive any compensation, and they suggested that the factory might even go bankrupt during that time, leaving me with nothing. So, they proposed an agreement where I would leave the factory for a sum of 200 cruzeiros. Back then, I should have received around 4,000 cruzeiros or so, which was the average amount my colleagues received when they got married, usually around 4,500 cruzeiros. I ended up receiving a meager 200 cruzeiros to leave the factory. They instilled fear in me by saying the factory was heading towards bankruptcy and that I wouldn't receive anything. I was not well-educated, just completed the fifth grade, and knew little about the law. I trusted and signed the agreement, resulting in my dismissal with a paltry 200 cruzeiros. (Dona Ana)

Dona Ana's actions took place in 1967, while the factory only declared bankruptcy in 1974. The disadvantageous deal was predicated on the factory's instillation of fear within the worker, suggesting that legal proceedings would be prolonged, and she might end up with nothing due to the alleged poor financial state of the company.

In her account, Dona Ana attributes her acceptance of an agreement significantly below what she was entitled to the lack of education and her unfamiliarity with the legal aspects.

Final remarks

The recollections of the weavers bring forth the challenges presented by the intersection of productive and reproductive work within the framework of socially assigned gender roles. Moreover, their memories particularly highlight their agency within a context of oppression. Through various initiatives, they formulated solutions that, if not completely resolving their day-to-day issues, at least alleviated them to some extent.

The narratives of Dona Maria and Dona Amélia span decades and reverberate with experiences that persist in the present lives of women. Their concerns about caring for their children while being employed outside the home remain pertinent. In this context, networks of support among women served as a means to address caregiving responsibilities that are often disregarded by state policies and capital interests.

The situation faced by Dona Ana exposes the factory's exploitation of her labor, discarding her upon her marriage due to the assumption of potential motherhood and associated caregiving duties. Beyond revealing gender inequality, the factory failed to compensate her adequately for her work and disregarded labor regulations. Despite Dona Ana's utilization of the union and legal avenues to assert her rights, she was compelled to settle due to doubts about the pace of the judicial process.

The labor market persists in its insensitivity to the demands of women, necessitating ongoing reliance on women's networks as viable strategies to support work-related activities. Gender discrimination within the realm of work remains prevalent, as illustrated by instances of dismissing pregnant employees, new mothers, and wage disparities.

Oral sources

- BARCELOS SILVEIRA, Amélia. [92 years old]. [December/2018]. Interviewer: AUTHOR. Pelotas, RS. Dec 12, 2018
- MEDEIROS MENDES, Maria. [92 years old]. July/2019. Interviewer: AUTHOR. Pelotas, RS. 25 de Julho de 2019
- LACAU MACEDO, Ana Maria [77 years old]. February 2022 Interviewer: AUTHOR. Pelotas, RS. February 18, 2022

References

- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 2º ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. 2a. ed. - Pelotas: Ed. UFPel, 2016.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

Labor Lawsuits from the Collection of the Labor Justice Memorial as a Source for Historical Research

Tatiane Bartmann

Graduate Program in History of the Federal University of Rio Grande do Sul;

Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin

Memorial da Justiça do Trabalho in Rio Grande do Sul

I) Presenter Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin

The *Memorial da Justiça do Trabalho* in Rio Grande do Sul (Brazil), created in 2003, headquartered in Porto Alegre, preserves and makes available the documentation generated by the labor judiciary¹ coming largely from the Regional Labor Court of the 4th Region. The collection consists of labor lawsuits, judgments, administrative documents, photographs, objects, filmed interviews, audio recorded interviews, videos, books, furniture and works of art, among others. Some of these documents come from funds of private origin, that is, personal collections, usually of judges, civil servants and magistrates who worked in the Labor Court. The private collections integrate and complement the institutional documentation housed in the Memorial.

The documents generated by the judiciary, first and foremost, with the purpose of exercising jurisdictional provision, are also essential for research in various areas of knowledge, constituting significant historical sources. They are increasingly utilized as sources of research in academic studies. Students and researchers in fields such as History, Law, Economics, Sociology, among others, have produced content that contributes to constructing the history of Labor Justice, thus contributing to an understanding of the importance and role that this institution holds within the realms of work.

For the advancement of academic research, the primary sources are labor lawsuits. The examination of this corpus of documents can enhance a more profound comprehension of the interactions among workers, employers, and governments. Labor disputes can also reveal a range of wider practices and social relations, encompassing everyday encounters in the workplace, within unions, during collective mobilizations, and even within the private domain (SILVA, 2007). Thus, legal proceedings offer a means of accessing the voice of workers, albeit influenced by the language used and the influence of the judicial authority.

A completely new field of study was unveiled due to fresh perspectives on the documentation stemming from labor disputes. Until recently, researchers, as a general rule, aimed to focus on the more institutional facets of labor processes. However, "labor actions can also signal a range of wider practices and social relations, such as day-to-day experiences in the workplace." Collective mobilizations orchestrated by workers "facilitate the analysis of how shared customs and practices laid robust foundations for the fight for rights" (SILVA, 2007, p. 39).

¹In Brazil, the Labor Court was initially provided for by the 1934 constitution. It was composed of the Conciliation and Judgment Boards (JCJ), the Regional Labor Councils (CRT) and the National Labor Council (CNT), which was linked to the Ministry of Labor, that is, the Labor Court in its origin was an organ of the Executive Branch. Only in 1946, through a decree-law, did the Labor Court become part of the Judiciary.

The Memorial collection also encompasses administrative documents, and among the most frequently utilized are those pertaining to the appointments of public servants and judicial contests. Oral sources are also present, such as interviews that provide access to a diverse array of perspectives, involving individuals from varying backgrounds, including lawyers, judges, and civil servants, focusing on the positions they within the institutions. Another category of materials that captures the attention of researchers involves the books containing appellate decisions from the 2nd instance in Porto Alegre. These volumes comprise the appeals decisions spanning the entire state of Rio Grande do Sul. This assortment of documentation not only encompasses the actual decisions but also incorporates the divergent opinions of the judges, thereby facilitating a clearer presentation of divergent stances on the same issue. Moreover, these judgments can contribute both to a more specific and quantitative analysis and to overcoming the absence of proceedings due to the eradication of records.

Regarding the elimination of documentation, it is important to pay attention to the significant number of labor lawsuits already eliminated under Law No. 7,627, of November 10, 1987. This law allowed cases filed more than five years ago to be incinerated, mainly damaging the old collections in the countryside of RS, as the processes in the capital are microfilmed until approximately 1974. In Brazil, most labor lawsuits have already been destroyed as a result of this law².

This law is clearly detrimental to the most basic rights of citizens, in part, by discarding documents that could be important for individuals to provide evidence for various purposes, such as: FGTS, retirement, length of service, proof of time spent in the judiciary (for lawyers and experts), and many other civil or judicial proofs. It is also a disrespect to the fundamental rights enshrined in the 1988 Constitution.³ The argument used to justify the destruction of these proceedings lies in a supposed incapacity for storage, given the large number of cases filed each year. As a preservation strategy, the best approach is to demonstrate its utility; in this regard, research conducted with this documentation holds a special place. The documentation produced by Labor Courts is exceedingly rich when studying social relationships in the realms of work. Following that, we will present a potential research opportunity through labor proceedings from the 1940s, which have been microfilmed and are available to researchers in the Memorial's collection.

II) Presenter Tatiane Bartmann

The current and accelerated process of precariousness of work and the attacks on various labor rights conquered over decades motivated reflections on the experiences of resistance of workers in Brazil. Drawing on the interpretation proposed by Marcel van der Linden (2017), in which the so-called "standard" worker (qualified, stable, safe, well paid) can be seen as a historical exception rather than the rule, especially in the Global South, it is considered appropriate to look at the past and explore labor conditions in a context where the focus was theoretically on the formalization of work through the implementation of the Consolidation of Labor Laws (CLT/1943) and the Labor Court itself (JT/1941), in the Government of President Getúlio Vargas.

²As an example, we cite numbers referring to the state of São Paulo where the "Regional Court of São Paulo burned, in 1997, 205,955 cases; in 2002, there were 371,311 and, in 2005, no less than 539,343!" (SILVA, 2007, p.32).

³ Article 5, Clause XXXIII of the Federal Constitution: "Everyone has the right to receive from public authorities information of their particular interest, or of collective or general interest, which shall be provided within the time frame set by law, under penalty of liability, except for those cases in which secrecy is essential for the security of society and the State."

Through the analysis of labor lawsuits from the 1940s, processed at the 1st Conciliation and Judgment Board of Porto Alegre (RS), it is possible to verify working conditions from the perspective that links gender and precariousness (JOSHI, 2009; BORIS, 2014; BETTI, 2017; FEDERICI, 2021). Therefore, the aim is to contribute to the discussion by shedding more light on the experiences of struggle, particularly those of working women who historically have been subject to the lowest wages and confronted situations of heightened social vulnerability. In view of the act of seeking recourse through Labor Justice as an initial form of resistance, the examination of individual actions instigated by workers with informal affiliations and labor connections that could be classified as precarious takes center stage.

Precarious work can be understood through both objective and subjective viewpoints. The objective aspects of precariousness, attainable through data collection in the analyzed labor cases, encompass: the presence or absence of an employment contract or the signing of the professional identification document; whether the wage amount adheres to the stipulated minimum; and whether there is involvement in labor union or professional activities throughout the course of the labor process. On the other hand, within the realm of subjective aspects, considerations include matters pertaining to the duration of employment; discontent related to factors such as the type of employment, compensation structure, and the perceived level of autonomy by the worker. These observations are discernible in complaints and testimonies during hearings.

There are workers who are more precarious, others who are less precarious; the goal is not to establish parameters to distinguish between them. The intention is to comprehend the diverse experiences of resistance, taking into account factors that influence greater or lesser negotiating power, understanding labor relations infused with conflicts and disputes of interests. Furthermore, precariousness is intrinsically tied to social hierarchies driven by issues of class, gender, and race.

Recent historiography of the social history of labor in Brazil has verified the important role of Labor Justice on issues related to the forms of hiring and salaried employment, as well as the nature of the employment relationship, fundamental points when defining what work is and who is a worker (GOMES; SILVA; FISCHER; CARDOSO; CORREA). In this sense, women without a signed professional card or any other formal record of their activities fought for recognition as workers and exceeded the limits imposed on the access and exposure of their demands in the language of law using Labor Justice. Analyzing workers' experiences through labor lawsuits, therefore, means dismantling the image of the quiet and docile woman, even if they eventually built this view of themselves as a strategy of persuasion in the hearings.

In the initial context of emergence of Labor Justice and the implementation of the CLT, many processes were found that demonstrate the fragile boundaries between work and non-work. One example is the case of Paulina Schweizer,⁴ who presented herself as a servant in the initial lawsuit filed against the Guarani Bar, where she worked for only one month, making meals and living on site. Paulina claimed the payment of Cr\$150.00 related to the combined monthly salary, but never received, she also asked for prior notice, time off and the payment of 90 overtime hours, in all it reached the amount of Cr\$734.40. The requests were many, considering the short time the servant remained in the job. At a hearing, the owner of the bar, Maria Lucinda, stated that Paulina "was never employed by her", similar to other statements from employers. But the justification was a little different, as Lucinda claimed to have "collected" the servant "by virtue of being helpless; who, however, was never her maid, who only helped in the establishment".

⁴ Memorial da Justiça do Trabalho, TRT4, 1ª CJJ, Porto Alegre, case 615, 1945.

The documentation analyzed does not portray how the first contact between employee and employer was established, that is, it is not known how Paulina reached Maria Lucinda, but the data on the vulnerability of the worker is valuable to understand the working conditions that unfolded from the bond established between them. The owner of the café stated that Paulina never received a salary, that "she worked as a kitchen helper; that, however, she left when she wanted" and, "when she was present, she also worked on Sundays". The servant was told that she was admitted to the café to do all kinds of work, and that in fact she ended up working all day, "for eleven or twelve hours a day". Paulina stated that "she was very mistreated by the defendant, even receiving slaps". The physical aggression was confirmed by the employer with the addendum that the servant "was slapped" because she assaulted her, seeking to attribute the origin of the offenses to the worker⁵. This case shows the conflicting labor relations and the exploitative conditions of the women who worked, lived and ate meals in the same establishment.

The working conditions of women paid with housing and food are among the most precarious, since in addition to not being formally considered workers, since they did not have a formal professional card, nor received the legal minimum wage, they had little or no autonomy to manage their own lives. Another process that reveals the precarious labor relations, is that of Zulmira Pires da Silva, who⁶ was called in the complaint as a "retail" worker. She was claiming against the late João Marques de Oliveira, owner of the Warehouse ironically called "O Sol Nasce para Todos" (The Sun Rises for Everyone).

Zulmira said she worked for eight years receiving housing and food, but that her salary was withheld by her employer. As much as she repeatedly asked for "the payment of her salary in cash", João replied that

since she did not need it, at the time, because she received clothes and even money from her mother, the plaintiff, domiciled in the countryside, left it in her hands capitalizing, that he employer would give him the amount corresponding to the accumulated wages plus the interest of three (3%) percent, this when she was very needy or when, for any reason, she wanted to withdraw from the job; that, the plaintiff accepted the proposal of her employer, to leave in his possession their salaries in cash, for not being needed and for recognizing in him an elder of unquestionable character and honesty.⁷

However, João died in November 1944, without having paid the promised salary and, when contacting the heiress to obtain the amounts, this person "maliciously refused to fulfill her obligations" according to the worker's testimony. Thus, Zulmira started a labor process claiming the payment of the salary she never received (apparently, she was not even formally hired), in addition to compensation for termination without just cause and double vacation, since she never had them⁸.

Although Zulmira called herself a "retail" worker, there are no references to what the activities performed by her were, implying that they could be varied services. There is, however, information that her mother was domiciled in the countryside and, apparently, Zulmira had moved alone to the capital, possibly due to working at the shop. Workers like Zulmira would be in a situation of great vulnerability, adhering more easily to paternalistic bonds that mixed work and family relationships. Reinforcing this idea, Zulmira made a point of exposing the trust placed in the one called by her as "an elder of unquestionable character and honesty"⁹. Activating the image of the employer/father and the promise of work/opportunity to obtain a

⁵Ibid.

⁶ Memorial da Justiça do Trabalho, TRT4, 1ª CJJ, Porto Alegre, case 325, 1945.

⁷Ibid.

⁸Ibid.

⁹Ibid.

more dignified life in the capital, Zulmira claimed the condition of worker/employee and, from that, the conquest of rights.

The result of the process of the servant Paulina was the conciliation through the agreement in which she received the amount of Cr\$200.00 (27%) of the initial request. Zulmira's action ended with the worker's withdrawal, suggesting a possible out-of-court settlement. However, this research proposal opens space for discussions about the conditions that made the life of the so-called "free" worker precarious, questioning the meaning and extent of this freedom, since, in many cases, they were exposed to degrading and unworthy experiences of work.

References

BETTI, Eloisa. Gênero e trabalho em perspectiva histórica. **Revista Outubro**, n. 29, novembro de 2017.

BORIS, E. Produção e reprodução, casa e trabalho. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, 2014. P. 101-121.

CORRÊA, Larissa Rosa. Sobre o direito de reclamar: os primeiros conflitos trabalhistas tramitados na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro. In.: DROPPA, Alisson; LOPES, Aristeu E. M.; SPERANZA, Clarice G. (orgs.). **História do Trabalho Revisitada**. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

FISCHER, Brodwyn. Direitos por lei ou leis por direito? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo. In: LARA, Sílvia H.; MENDONÇA, Joseli Maria N. (orgs.). **Direitos e justiças no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 417-456.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo (v. 1). Boitempo Editorial, 2021.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

_____. Justiça do Trabalho no Brasil: Notas de uma pesquisa. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina (Orgs). **Memória e Preservação de Documentos: direitos do cidadão**. São Paulo: LTr, 2007. p. 19-30.

JOSHI, Chitra. Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. **Revista Mundos do trabalho**, v. 1, n. 2, p. 147-170, 2009.

LINDEN, Marcel van der. São Precario: Uma nova inspiração para historiadores do trabalho. In.: MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo; VARELA, Raquel. (Orgs.). **História das Relações de trabalho: Brasil e Portugal em perspectiva global**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 141-158.

SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes, nem museu de curiosidades: Por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina (Orgs). **Memória e Preservação de Documentos: direitos do cidadão**. São Paulo: LTr, 2007. p. 31-54.

_____. **Trabalhadores no tribunal**: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964. São Paulo: Alameda, 2019.

Documents of Workers Held by Companies: Difficulties of Access

Michele Silva Joaquim

PUCSP

This paper aims to address the challenge of accessing workers' documents, which are held in custody by companies, and its implications for crafting a history of labor. This is based on the documentation of employees from *Companhia Antarctica Paulista*, the largest brewing industry in the state of São Paulo from the late 19th century until 1999, when it merged with *Companhia Cervejaria Brahma do Rio de Janeiro* to form the current Ambev.

Labor documents, including hiring forms and registration books, are typically regarded solely as evidence of administrative activities rather than recognized as historical documents containing crucial information for comprehending the lives of workers.

My research centered on Black employees of *Companhia Antarctica Paulista* between 1920 and 1930. There are scarce sources that address this segment of the workforce, leaving studies with generic information that portrays a mass of workers without identity, color, or gender.

The employee hiring forms in the 1920s used in the research include the following fields: **Name, Date of Admission, Date of birth, Place of birth, Child of, Marital status, Nature of position or service, Monthly salary, Daily rate, Salaries or Bonuses, Percentages, Residence, Employee's signature, Notes**, and on the back **Vacation**. Also present are 3x4 cm photographs that were fundamental for the identification of these individuals.

From the systematization of this data into tables, we were able to ascertain a multitude of information about these marginalized Black workers, who remain overlooked in the history of labor. This includes details such as the housing locations of these individuals, migration patterns, family dynamics, education levels, age at entry into the labor market, gender distribution within the brewing industry, as well as wage disparities between Black and non-black workers. This comprehensive approach spans across 15 distinct fields, providing us with crucial insights for shaping a fresh narrative about these workers.

There are numerous challenges involved in crafting the history of labor, and among them is the task of sourcing information about the urban factory proletariat after the abolition of slavery in the city of São Paulo. The central issue revolves around the access to these primary sources; while they do indeed exist, their dissemination has not been prioritized by the companies and institutions responsible for safeguarding these rare documents.

An illustration of this process is the documentary series: "Contracting Sheets of Companhia Antarctica Paulista (CAP)." The complete archival collection of CAP, generated between 1891 and 1999, was deemed to be of Brazilian public and social interest through a presidential decree on April 7, 2006. This material is safeguarded by the Zerrenner Foundation, an institution established in 1936 to aid the employees of Companhia Antarctica Paulista, and presently extends medical and educational support to over 75,000 Ambev employees, as well as its own staff. Notwithstanding a portion of the documentation now falling within the public interest, access to the collection remains restricted to external audiences, thereby prompting a discussion about the extent of the archives law.

The archives law in Brazil dates back to 1991 and briefly addresses private archives in Article 14, which states: "Access to documents from private archives identified as of public and social interest may be granted with the authorization of their owner or possessor."

However, the law no longer provides any guidance on the matter of accessing private documents and fails to address the responsibility of companies to grant permission for the use of documents that hold relevance to civil society. As a result, researchers find themselves dependent on the goodwill of companies, which can impede their research. Companies often fail to recognize the significance of the documentation they possess, leaving it confined to the realm of administration rather than acknowledging its historical value.

Given that the law does not stipulate the procedures for handling private documents, even if a company has a repository, these collections often remain closed off without proper initiatives to disseminate their content. For researchers dedicated to studying workers' history, the lack of access to new sources of information poses a significant obstacle in our endeavors.

Here are some questions regarding the Archives Law: What is the boundary of the institution, given that the collection is private but of public interest? What are the obligations of the institution towards society, which needs these documents to retell and bridge the existing historiographical gaps about workers?

In addition to this issue, we face a misinterpretation of the General Data Protection Law (GDPR) of 2018, amended in 2019:

Article 4. This Law does not apply to the processing of personal data:

II - carried out solely for:

b) academic purposes, in which case Articles 7 and 11 of this Law shall apply;

Article 7: § 3. The processing of personal data for which public access is provided must consider the purpose, good faith, and public interest that justified its availability.

Article 11. The processing of sensitive personal data may only occur in the following situations: § 1. The provisions of this article shall apply to any processing of personal data that reveals sensitive personal data and could cause harm to the data subject, except as provided in specific legislation.

The labor documentation I have analyzed is between 90 and 100 years old, and there is no information that could potentially harm the individuals involved. On the contrary, we are incorporating these individuals into historical studies. There exists a historiographical gap regarding Black individuals in formal employment between 1920 and 1930. This gap exists precisely due to the lack of access to this type of documentation, which provides clear data about employees.

History cannot exist without documents; otherwise, we will be doomed to repeat what has already been stated, with only the perspective of the victors being recounted. The history of industry workers is just as significant as that of industrialists and needs to be recounted. The narrative of Black workers cannot be confined solely to the lens of slavery. To achieve this, we need access, dissemination of new sources, and a more coherent law that is enforced when it pertains to private documents of public and social interest.

Further studies need to be conducted, and we must not be hindered by business inclinations that should not hold precedence. These documents belong to the Brazilian people and should be entirely accessible. How to achieve this is the topic I am presenting today for discussion among all researchers, historians, and archivists.

REFERENCES:

SOURCES

SÉRIE: FICHAS DE CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA. Caixas nº 33, 34 e 35. Grupo Antarctica. Acervo Fundação Zerrener.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto de 7 de abril de 2006**. Declara de interesse público e social o acervo documental privado da Companhia Antarctica Paulista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/Dnn10812.htm. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019**. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13853.htm#art1. Acesso em: 23 jul. 2023.

BIBLIOGRAPHY

CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. In: **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, 12(1), jan-abr 2012, p. 33-46. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n1/v12n1a04.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil 1889 a 1930. São Paulo: Atual, 1991.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Iguais para o pão e para a pancada? Brancos e negros no mercado de trabalho carioca na Primeira República. O caso da Cervejaria Brahma. In: **IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência internacional de História de Empresas**, São Paulo (FEA-USP), 2001. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/hildete-pereira-de-melo_teresa-cristina-de-novaes-marques_1.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

MOLINA, Talita dos Santos. **Arquivos privados e patrimônio documental**: o Programa de Preservação da Documentação Histórica – pró-documento (1984-1988). 2018. 237 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21251>. Acesso em: 23 jul. 2023.

The Challenge of Establishing the Historical Archive of the Coal Museum and the Memory of Coal Mining in Brazil

Clarice Gontarski Speranza

UFRGS

Liana Severo Ribeiro

State Coal Museum of RS

In the mid-1990s, news of the impending destruction of ten tons of historical documents related to coal mining in the state of Rio Grande do Sul, located in the southernmost region of Brazil, prompted the mobilization of a portion of the community in the city of Butiá, one of the hubs of this exploration in the 20th century. For over 10 years, these documents were saved from destruction by being housed in a former mill owned by a local teacher. Subsequently, they became the focus of a series of projects and initiatives, encompassing both community-driven efforts and academic and governmental involvement. These efforts ultimately led to their collection, cleaning, organization, and the establishment of the historical archive at the Coal Museum (*Museu do Carvão*) of Rio Grande do Sul.

The current historical archive consists of 10 documentary collections related to coal mining in the state between the years 1889 and 1996, encompassing a wide range of documents. These include administrative correspondence from mining companies, documentation from labor unions, photographs, mine plans, legal proceedings, work permits, and employment contracts. This material is now available to researchers and the public, and it's housed within a historic building that is part of the Coal Museum, a structure designated as a heritage site by the Rio Grande do Sul Institute of Historical and Artistic Heritage (Iphae-RS).

This paper aims to discuss the efforts undertaken to establish the historical archive since the 1990s, involving various individuals from different social backgrounds, as well as the expectations and, to some extent, the relationships within the community of the region in light of creating a memory of coal mining. We will also present an overview of the available documentation, with a focus on some of the main selected collections, along with the challenges faced, primarily in terms of dissemination. To achieve this, the paper provides a brief introduction discussing certain issues related to memory within labor contexts and the historical background of coal mining in Brazil.

Reflection on memory within the realms of contemporary labor is closely linked to the phenomenon of deindustrialization, a term that began being defined among economic thinkers as early as the 1990s. Initially stemming from a "classic concept," which identified the phenomenon as a decrease in the share of industrial employment in total employment within a country or region, there has been a gradual shift towards an "expanded concept." This expanded view encompasses a decline not only in the proportion of industrial employment relative to total employment but also in the value added by the industry in relation to the GDP. "An economy is not deindustrialized when industrial production is stagnant or declining, but rather when the industrial sector loses its importance as a source of employment and/or value added for a given economy" (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 221). While deindustrialization in the Global North has notably led to an increased share of products with higher technological development and greater added value in production, in Latin America, Africa, and parts of Asia,

there has been a resurgence of primary products' dominance in the GDP. This has resulted in the strengthening of agricultural sectors, an acceleration of industrial unemployment, and the weakening of labor unions.

What is the significance of these transformations for historical studies concerning workers' memory? From our perspective, the context of deactivating industrial plants, transitioning energy matrices, and increasing unemployment has rendered the production of memories regarding their past labor experiences and struggles even more crucial for workers. These memories have also contributed to shaping the character and meaning of the representations crafted in commemorative narratives. In the context of deindustrialization, memories often become even more saturated with nostalgia, tending to predominantly highlight positive aspects or even reinvent a supposedly harmonious past, always juxtaposed against a present perceived as devoid of any future or hope. Conversely, paradoxically, the act of recollection serves to merge two seemingly contrasting poles: on the one hand, a period characterized by camaraderie, solidarity, and appreciation of workers' expertise; on the other, the remembrance of exploitation, the hardships linked with work, and collective movements of resistance.

Examining the formation of working-class identity in the process of deindustrialization in India, Joshi (2009) observes that even gender identities are affected. Men cease to be the primary wage earners within families, and women take on an unprecedented role in society. Furthermore, the memory of the factory as a collective and transformative space persists, as do the experiences of resistance previously undergone by the working class. However, the history of massive industrial employment is reinterpreted in a time of unemployment, as the closure of factories and the demobilization of workers also bring about an "invisibility of labor in public spaces" (2009, p. 22).

Nonetheless, the process of constructing working-class memories is inherently a moment of conflict and negotiation between experiences and individuals that have shaped and continue to shape the community's identity formation. The tensions between an idealized past and a present with limited prospects are not solely present in individuals' memories but are also evident in the very establishment of historical built heritage, in which memory is a central element and a subject of contention. "Places are not only passive settings for social processes but are actively involved in the construction of social identities" (SAVAGE, 2011, p. 26).

Heritage projects tend to establish a unified history regarding the industrial past, perhaps highlighting aesthetic and economic aspects that are more attractive to its tourist appropriation. As Ferreira points out, "this transformation usually hides or conceals those traits that would evoke the signs of suffering inherent in some productive processes" (2009, p. 23). On the other hand, even when working-class memory is present in industrial spaces, there is a risk of offering a narrative that implies forgetting alternative pasts – such as the lives of non-industrial workers, day laborers, domestic servants, precarious workers, etc.

Regarding heritage preservation, and particularly in the case here, it is important to emphasize that the process of designating the architectural complex that constitutes the Coal Museum complex in Arroio dos Ratos as a heritage site was an attempt to evoke the industrial past of Rio Grande do Sul. This took place within a context of crisis and local authorities' efforts to promote industry during this new period as a potential solution to economic stagnation (FREITAS, 2015). In this scenario, studies suggest that the Arroio dos Ratos community and the surrounding region played a limited role in the processes of designating the remnants of the coal industry in the city as heritage sites. This includes both the preparation of the designation process and the establishment of the Coal Museum. These factors can aid us in understanding the sometimes conflicting relationship between the designated heritage objects of the coal industry and the narratives constructed around them. This can often obscure memories and historical processes

that hold significance for parts of the community, especially former workers, in favor of commemorating a past of economic glory.

The memory of working in the coal mines of Brazil is also a memory that tends to build a narrative about a past of heroism, sacrifice, masculinity and solidarity. Such solidarity is sometimes limited to recalling community life in factory villages, far from larger urban centers and where worker families lived in relative isolation. On the other hand, it adds to the heroic profile the memory of union struggles, strikes and confrontations with employers. In more recent times, elements such as Black associativism and female leadership have increasingly been valued in this process of constructing memories..

Coal mining in Brazil began in the state of Rio Grande do Sul in the late 19th century, and this region essentially monopolized national production until the mid-20th century, roughly until World War II. The coal from Rio Grande do Sul was primarily destined for rail transport and electricity generation. From then on, the Criciúma region in Santa Catarina assumed the lead in national extraction, supplying fuel for the furnaces of the recently established *Companhia Siderúrgica Nacional* (National Steel Company). Mining attracted thousands of workers to mining towns from both Brazil and abroad, with the majority being recruited by mining companies. The establishment of worker villages, complete with houses, schools, churches, health clinics, recreational clubs, and other facilities, served as an attraction. However, this was countered by strict control over community life. On the other hand, the dismal working conditions and the cohesion among workers fueled significant labor movements. The first strike by mine workers in Rio Grande do Sul occurred as early as 1885, and there are records of unions from the beginning of the 20th century. Throughout the 20th century, numerous strikes led to production stoppages, even witnessing instances of military intervention in the mines (SPERANZA, 2014).

Starting from the 1960s, there has been a progressive decline in coal mining in Rio Grande do Sul, with the abandonment of several pits and the depopulation of various mining towns, including Arroio dos Ratos, where extraction had begun. Currently, coal production still exists in various municipalities in Rio Grande do Sul, but it employs a significantly smaller number of workers, as extraction now occurs solely in surface mines and no longer in underground ones. The memory of the old days of massive exploitation is closely tied to the built heritage of these mining towns, which is not always in good condition.

In Arroio dos Ratos, the facilities of the country's first thermoelectric power plant (founded in 1924) and pit 1 (established in 1908), among other buildings, were transformed into the State Coal Museum in 1986, covering an area of approximately 10 hectares. However, despite the significance of the architectural complex, it was only in the early 21st century that the museum began to house a more substantial documentary collection. Much of this progress can be attributed to the community's efforts.

This effort began ten years after the establishment of the museum when, in 1996, a cultural association in the city of Butiá, a former mining town adjacent to Arroio dos Ratos, received information that the company Copelmi, which had inherited the collection of the Mining Companies Administrative Consortium (Cadem), intended to destroy a significant volume of documents. Although Cadem existed between 1936 and 1964, it was preceded and succeeded by various other companies that had passed on or inherited the documentation. Thus, it concerned ten tons of documents encompassing the entire history of coal mining in the 20th century. Initiated by Gertrudes Novak Hoff, a former municipal history teacher and then president of the Butiaense Cultural Association (ACUB), a series of negotiations took place with Copelmi, and the documentation was temporarily transferred to several schools in the city before finally finding its way to the Engenho Novak, a mill owned by Gertrudes's family, in Butiá (WITKOWSKI, 2019; FREITAS, 2015).

The effort was aimed at preventing the destruction of the documentation. However, the initiative of professor Gertrudes managed to mobilize a part of the community, including young students like Márcio Lopes (now a teacher in the educational network of Butiá), who recounted in 2022:

There was a mountain of documents. I looked at that and said, 'What am I going to do with this?' Because it was a mill that hadn't been used for a long time, so there was a lot of dust, a lot of dirt. She lent that mill to keep this documentation from being thrown away because they [the company] wanted to dispose of it. Crazy stuff. Then she explained to me exactly what it was. She said that those documents were the birth certificate of the city. (...) Every morning, I would go there to gather those documents from the ground and put them on improvised shelves that we made ourselves from bricks. (...) There was a bit of everything, from letters from one engineer to another, day-to-day work stuff, to city plans, the streets being created, and how many houses would be on each street, which miner would occupy each house—Cadern (the company's name) had complete control over all of it (LOPES, 2022).

Despite the challenging conditions, which included the presence of animals such as rats, owls, and snakes in the mill, the efforts of the teacher and the community managed to preserve a significant portion of the documentation. In 2009, a group of volunteer social scientists and historians from state universities initiated the project "Uma Luz no Fim do Túnel" (A Light at the End of the Tunnel), aiming to safeguard the documentation. Workshops on cleaning, promotion, and valorization of the documentation were organized in local schools, focusing on community memory. In 2010, the company Copelmi relocated the documentation from the Engenho Novak to its own premises. During the same year, the IPHAN RS (Institute of National Historic and Artistic Heritage) requested, as a compensatory measure related to an environmental licensing process filed by Copelmi, the redevelopment of the Coal Museum, including the documentation that had been housed at the Engenho Novak for so many years.

Therefore, the pressure from the community and historians led to the inclusion of the "Uma Luz no Fim do Túnel" project at the State Coal Museum and the negotiations that resulted in Copelmi funding the expenses for renovating the old Cadern Laboratory building to house the Historical Mining Archive. This also involved the hiring of professional archivists to clean and organize the documentary materials in a proficient manner. The building was reopened in 2012, now with the archive within its walls. Currently, the historical archive holds the inventory of documentary collections, published in 2021 and available online, making it possible to disseminate and provide access to the documents for researchers as well as the community. In general, this resource provides the history of the establishment of each of the companies that operated in the coal mining region from the late 19th century until the 1990s. This also includes the railways and aerial cableways used for transporting coal, which were also under the control of certain companies.

In this regard, we would like to explore some documentary collections with the purpose of reflecting on who the coal mining workers of Rio Grande do Sul were in the first half of the 20th century. This exploration is guided by discussions that underscore the need to examine the experiences of Black individuals in shaping the labor landscape after the abolition of slavery (NASCIMENTO, 2016).

The coal mining region in Rio Grande do Sul experienced various waves of migrants throughout the years. In the 19th century, families of English and Spanish miners were recruited for work in the mines. Throughout the 20th century, other migratory processes were identified, notably the influx of immigrant workers affected by the consequences of World War II, mainly Europeans, in a collaborative effort between mining companies and the Brazilian government (SPERANZA, 2021). There was an effort to highlight the European contribution to the formation of the local community. In Arroio dos Ratos, for instance, one of the city's main avenues is named "Espanha" (Spain), prompting us to reflect on the selected references for constructing

memories that often exclude Black workers from the labor landscape in southern Brazil after abolition. However, the Historical Archive of the Coal Museum enables us to expand our understanding regarding these workers.

The documentation concerning workplace accidents is included in various collections within the archive, organized according to each mining company responsible for coal exploration in specific periods and locations. Similarly to a series of documents related to mining workers, there are few records that specify the race of non-white laborers. However, this observation should not be taken as an inhibiting factor that would lead research to overlook these individuals. We can take the accident register book from the collection of *Companhia Carbonífera Rio-Grandense* as an example. This company oversaw mineral exploitation in the city of Butiá from 1917 to 1936, a year in which it became part of Cadem, a consortium involving other mining companies in the region. From 1935 to 1940, the documentation provides us not only with a significant number of accidents of various types suffered by workers, revealing the level of danger most of them were exposed to, but also with important information such as full names, race, and the role performed by each individual – whether underground or on the surface – in addition to specifying the type of injury sustained.

The largest collection of documents pertains to Cadem, the Consortium for the Administration of Mining Companies, which assumed control over the companies in Arroio dos Ratos and Butiá from 1936 to 1964. It also managed services at ports in nearby locations where coal was transported. This collection of documents relates to a politically and economically significant period, encompassing the era of the *Estado Novo* and World War II. During this time, policies promoting domestic coal production were intensified, making the state the largest producer in the country. Additionally, this period also witnessed important worker organization movements that culminated in significant strikes. This allows us to uncover the actions of both mine operators and the government, including their involvement in repressive measures.

Within this fund, the documentary series related to work permits provides opportunities for analyzing the mining workforce. This collection was primarily formed through donations from the families of former miners. Professional work permits were introduced in Brazil starting from 1932 and made mandatory from 1943 with the Consolidation of Labor Laws (CLT) (SPERANZA, 2017). Through an initiative led by history teacher Giovanni Ceroni from the basic education of Arroio dos Ratos municipality, it became possible to describe the basic information presented in these sources. This was accomplished in collaboration with students from the Miguel Couto Municipal School, who engaged in activities with the "History Club" at the historical archive of the Coal Museum. The collection comprises around three hundred work permits from the 1930s and 1940s, containing photographs of the workers, as well as information about their race, birthplace, place of residence—indicating the mine where the worker was employed—parents' names, and roles performed. Through these records, it is possible to identify some of the migrations undertaken by these workers, many of whom came from regions near the mines. It also allows for tracing the experiences of some of them in the workforce, as certain documents contain records of other jobs. The presence of photographs in these work permits is particularly significant, as it enables reflection on the racial classifications assigned to non-white workers. It also offers the opportunity to critically examine certain interpretations regarding these classifications, which were likely made by individuals other than the workers themselves.

Finally, another important documentary series refers to the legal demands of the Cadem consortium, composed of labor claims, especially involving work accidents and occupational diseases, as well as lawsuits by companies against employees. Such documents have already been widely used by research that seeks to analyze the relationships between employers, workers and the state in the search for rights, even before the institution of labor laws, as well

as to perspective the possibilities of workers' agency in the given period. Some of these documents also bring us some data in addition to the complaints themselves, such as race, place of origin and housing of the workers, although, unfortunately, they are not included in the totality of the documentary mass.

The documentation from the mining companies that now constitute the Historical Archive of the Coal Museum enables us to broaden discussions about the memory and history of coal exploration in Rio Grande do Sul. For this purpose, it is necessary to develop dissemination projects that are connected with the local community, primarily through schools and educational spaces. The goal is to create conditions that increasingly guarantee the right to access this documentation.

References

LOPES, Marcio. Entrevista a Lizandra Roman e Clarice Speranza. Podcast Hora do Trampo (Edição especial), projeto UFRGS, 2022. Disponível em < <https://youtu.be/AhtUotxcNgw>>. Acesso em 05/08/2023.

FERREIRA, Maria Leticia M. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. *Museologia e Patrimônio*, v. 2, n. 1, 2009.

FREITAS, Tassiane Melo de. *Do complexo carbonífero a museu: o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul, Brasil (1983-1994)*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural), UFPel, 2015.

JOSHI, Chitra. Espaços do trabalho e história social na Índia. *Estudos históricos*, n.43, 2009.

NASCIMENTO, Alvaro Pereira. Trabalhadores negros e o paradigma da ausência. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, n.59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

OREIRO, José Luis e FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*. 2010, v. 30, n. 2.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. *Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 5, 2011.

SPERANZA, Clarice. *Cavando direitos*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

_____. Branco, preto, pardo, moreno ou escuro? Classificações raciais nas carteiras dos trabalhadores gaúchos (1933- 1945). *Tempos Históricos*, Vol. 21, p. 100- 124, 2017.

_____. O Afluxo de refugiados e "deslocados de guerra" para as minas de Carvão do Rio Grande do Sul ao fim da II Guerra. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 37, p. 565- 590, mai/ago 2021.

WITKOWSKI, Alexsandro. *Da luz no fim do túnel ao Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão: O acervo documental da mineração na região carbonífera do Baixo Jacuí, Rio Grande do Sul (2009 –2016)*. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio), UFRGS, 2019.

The Trajectory of *História em Revista*

Lorena Almeida Gill

Núcleo de Documentação Histórica

The first edition of the journal appeared in 1994, when a small group of professors, at that time, linked to the Historical Documentation Center, Beatriz Loner, Fábio Cerqueira, Temístocles Cezar and myself, thought of creating a journal that could reflect the historiographic production, related both to UFPel and other universities in Brazil and other nearby countries, especially in Latin America.

Much of what was published in the city, whether in the media or with reference to history, was linked to what was produced by the Historical and Geographical Institute, mostly formed by professionals from other areas, who liked to think and write about History.

Within this context, the first issue, which had on the cover the emblematic image of the former building of the Institute of Human Sciences (formerly Faculdade Eliseu Maciel and now Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo), appeared in a special format, dealing mainly with the History of Pelotas.

The first volume included an article about the formation of the NDH itself, which took place in 1990. It was a reconstruction of the memory of the UFPel, written by Professor Beatriz Loner, which eventually became a book on the same topic.

The introduction of the first volume highlighted the support provided to the project by Professor Amílcar Gigante, who was the university's rector between 1989 and 1992. He was a political dissident during the period of the civil-military dictatorship and had approached Professor Beatriz to organize scattered documents from various departments, units, and faculties, thus giving rise to the NDH.

The introduction to the inaugural issue, written by Beatriz, announced:

From this first issue of *História em Revista*, composed of articles by professors affiliated with NDH UFPel, our journal will have biannual publications. The editorial project aims to create a space for the discussion and updating of historical topics, ranging from recent and contemporary history to more distant periods. This will allow the community of researchers, teachers, and those interested in the study of history to access a publication where they can engage with articles from both regional researchers and scientists at the national and international levels.

The plan was to publish an issue every six months, but the task proved difficult, especially at the beginning, when there were few teachers in the History department. And so we did what was possible, publishing one issue per year. Many of these issues dealt with new perspectives for History, related to the so-called "history from below", for example, which made the NDH seek to carry out studies that focused on workers, artisans, peasants, women, Black communities, people with disabilities, the sick, among others. There are emblematic issues from this period, such as Volume 3 from 1997, which addressed slavery in the southernmost region of Brazil and heralded pioneering research on slavery and post-abolition issues. One example is the work that Professor Beatriz Loner would devote herself to with even greater dedication during the writing of her doctoral thesis, which focused on the formation of the working class in Pelotas between the years 1888 and 1937. This entire trajectory also foreshadowed a substantial undertaking, the *Dictionary of History of Pelotas*, a project that spanned five years.

As there were significant studies on diverse themes and often teachers, especially in basic education, had limited access to what was produced by the University, the idea of compiling these new research efforts into a Dictionary emerged. This Dictionary consists of short entries (up to 25 lines), medium entries (up to 50 lines), and long entries (up to 100 lines), authored by 45 specialists. The aim was to promote new research based on reliable sources. The idea worked very well, and in addition to the two physical editions (with print runs of 300 and 500 copies), the book is now available in e-book format with over 141,000 downloads from the NDH website. This successful project led to considering the publication of a second volume, which will cover topics from the 1960s onwards, marking the timeline of Volume 1. It will also update some of the entries from the first volume, taking into account new ongoing research.

Over time, the NDH shifted its focus, particularly towards labor history, after receiving three main collections: the more than 600,000 qualification forms from across the state of Rio Grande do Sul, documents filled out by workers when applying for work permits; the over 93,000 physical labor lawsuit records from the Memorial of Labor Justice, TRT 4, which make this type of material one of the most comprehensive in Brazil; and the documentary collection from a factory, Laneira, whose building became part of the UFPel heritage. This fact reverberated within the journal, as much of what is produced precisely centers around this perspective.

Several issues featured articles about the world of workers, in particular the December 2013 edition which presented the proceedings of the VII Regional Journeys of the "GT Mundos do Trabalho" (Working Worlds Study Group), and the July 2022 issue focused on workers in the past and present.

Regarding the changes in *História em Revista*, in 2020, during the Covid-19 pandemic, it became possible to realize the initial idea. The team responsible for the journal established a biannual publication schedule, with article proposals evaluated by at least two peer reviewers. Additionally, there was an expansion of the editorial board, allowing new members to actively contribute to discussions about the journal's new directions. Consequently, the last six issues of the journal demonstrated a higher level of professionalism. The effort to achieve a biannual schedule with volumes consistently published in the same month, the blind peer review process for proposed articles, and a significant enlargement of the editorial board have yielded rewards. The journal has finally obtained a good ranking in the "Qualis Periódicos," achieving a B1 rating. While this might seem like a small achievement, it marks a transition from a C rating to a B1 rating.

What are we currently doing? We are publishing two dossiers per year, as mentioned earlier, selected through calls for papers. The intention is for each dossier to contain one to two articles by foreign authors, and to incorporate contributions from various institutions, different research groups, and Brazilian states. This aims for both regional diversity and internationalization. Moreover, there has been an intensified presence of *História em Revista* on social media, particularly on Instagram, with the implementation of an account that posts calls for new dossiers and articles from past issues that received positive feedback.

The volume that came closest to the model we were trying to implement from the beginning was Volume 26, Number 1, from 2020, which focused on the history of health, illness, and assistance. It was edited by researchers from three different institutions: the Museum of Medical History, the Santa Casa de Misericórdia de Poeto Alegre, and the Unimed Museum. This volume featured 21 articles from researchers of various Brazilian institutions, and included two articles from abroad. Perhaps the engagement was particularly driven by the context of the Covid-19 pandemic.

From the perspective of the UFPel, there is no support from the University. Thus, a group of editors came together independently to push the institution to establish policies aimed at improving the quality of journals. A year after forming, and having regular meetings, the University approached the editors and proposed several actions, including training courses for editors, the acquisition of DOIs, and providing a broader server that could address both minor and major issues.

The University sometimes even hampers the editors' work by changing the platforms hosting the journals without informing those involved.

Many journals have found new avenues of organization, primarily through the support of Graduate Programs (PPGs), as having qualified journals is advantageous for these programs. In the case of *História em Revista*, we have a technical-administrative colleague, Paulo Koschier, who not only works on the journal but is also involved in the tasks of NDH as a whole. He essentially manages the journal almost single-handedly, greatly facilitating the work.

Looking forward, the plan is to make the journal more accessible and diverse, especially regarding its published content. In this regard, the intention is to continue urging the University to provide assistance to the editors in their day-to-day tasks.

The Núcleo de Documentação Histórica and Public History

Lorena Almeida Gill

Núcleo de Documentação Histórica

The *Núcleo de Documentação Histórica* of the Federal University of Pelotas (NDH/UFPel), Brazil, is a documentation center that has existed since 1990 and was created by Professor Beatriz Loner, who passed away in 2018. At first, the collection was related to a pilot project on the history of the university itself, since the objective was to safeguard documents and photographs dispersed in units, colleges, and centers. Over time, however, the center specialized in the history of labor.

Over the past 33 years, it has been possible to gather a vast documentary collection on social and political movements in the region, which has given rise to various studies, most of them focusing on the social history of workers in Rio Grande do Sul, their living conditions, and their work trajectories.

NDH's goal, since its early days, was to safeguard sources that would otherwise be lost. When it comes to workers, this is even more challenging, as traces of their trajectories are not abundant.

The first set of documents received consists of over 600,000 qualification records from the Regional Labor Office, dated from 1933 to 1968. These records were filled out when issuing work permits and included a significant number of cities within the State of Rio Grande do Sul. This documentation, which is currently being entered into a database, was initially received by the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and then transferred to UFPel in 2001.

The second collection is related to 93,845 labor court cases from the city of Pelotas, dating from 1936 to 1998. These documents came under the custody of NDH in 2006 on a loan basis, originating from the Memorial of Labor Justice in Porto Alegre. The intention was for the documents to remain in their city of origin. This collection represents one of the most comprehensive of its kind in Brazil, as a law during the government of José Sarney allowed for the incineration of concluded cases after 5 years of archiving. Researchers seek out this collection, but it is also accessed by workers for three main reasons: to prove work history for retirement, to demonstrate exposure to unhealthy work conditions, and to obtain documentation for dual citizenship applications.

The NDH also received documents from the former *Fábrica Laneira*. This factory was founded between 1948 and 1949 in the city and produced wool for domestic consumption as well as for export. This documentation reached UFPel as a result of an urgent attempt to salvage a portion of the collection. The building was being vacated and cart drivers were waiting at the doorstep to collect papers for sale. The NDH team had to act swiftly to secure certain worker records, building plans, copies of legal proceedings, among other materials.

While these documents have been undergoing organization for quite some time, the significance of making series of documents available on the website became particularly apparent during the Covid-19 pandemic. This includes series related to the same company or a specific timeframe. This highlighted the importance of having these materials readily accessible in a more efficient manner.

The idea was to make this collection more easily accessible online, as many students encountered difficulties in completing their work due to the prolonged closure of research institutions.

In response to this situation, four urgent measures were implemented: first, the availability of 280 labor court cases from Pelotas, dated between 1937 and 1958, on the NDH website. These cases had been digitized and were originally hosted on the page of the Memorial of the 4th Region Court, Porto Alegre. This documentation facilitated the development of preliminary analyses, particularly for students who lacked access to other documents and needed to complete their dissertations.

The formation of new documentary collections, encompassing the digitization of all the found records, has been linked so far to the following food factories: Cotada, established in 1956 (104 cases); Casa Verde, founded in 1977 with 226 cases; and Fábrica Mello, built in 1970 (103 cases). The intention is to offer documents that enable a broader analysis of specific cases. Furthermore, the NDH has begun the digitization of one of the most sought-after companies for studies: *Companhia Fiação e Tecidos*, with 2,062 labor court cases, the majority involving women.

The reality is that this is a time-consuming process, as we rely on a small workforce. To provide an idea, last year we digitized a thousand cases. At this rate, it would take 93 years to complete the full availability of the labor court collection.

Furthermore, content was created for dissemination on social media platforms, encompassing both worker-related collections and articles, book chapters, and books authored by professors affiliated with the NDH. One example is the promotion of our "Dictionary of the History of Pelotas," which has garnered over 141,000 e-book downloads. To engage readers with the work, summaries of the most frequently accessed entries have been posted on Instagram in recent years, further publicizing the content. This work is already highly referenced in academic studies and on social media.

Another significant example of external engagement with the University pertains to an online discussion that took place in 2018. The debate revolved around whether a rap artist, Matuê, should perform at a show hosted at a *charqueada* in Pelotas. Utilizing a text on slavery and death authored by NDH researchers (Beatriz Loner, Micaele Scheer, and myself), a public debate ensued on whether the location should be deemed the "purgatory of the Black people." A YouTube video on the Quadro em Branco channel, incorporating this content, has been viewed by 272,000 people. Following this discussion, the artist stated he would only perform if the venue was changed. He posted on his social media: "I would never accept a show at a place historically marked by slavery; I am completely against any form of segregation, and I always have been."

Lastly, some of the interviews conducted by the Oral History Laboratory have been published on a specific website, with the aim of increasing visibility among researchers. Among them, a collection of 70 interviews with workers whose trades are undergoing transformation or facing extinction stands out. These include cobblers, watchmakers, artisanal fishermen, weavers, stevedores, tram drivers, tailors, folk healers, among others.

More recently, multiple interviews were conducted and publicized regarding the impacts of the pandemic on the daily lives of Pelotas residents. This year, 48 interviews were conducted based on 63 encounters with doctors, students, and administrative staff who contributed to the establishment of the privately-funded Medical School at UFPel. All of this material will be available for consultation on our website.

While the concept of public history can be approached from various angles, this paper tried to show NDH's endeavor to connect with different groups, particularly those associated with the external community, who wish to access our collection and/or the analyses developed over time. Our vision is that the knowledge produced within a publicly-funded university should be embraced by the population in diverse ways.

The 'Racialization' of Contract Labor in Light of Aníbal Quijano's Theses

Paulo Cesar Gonçalves

Unesp/CNPq

'Global South' is a term used in postcolonial and transnational studies to refer to the third world and the group of developing countries, but it also encompasses impoverished regions within wealthy countries in the Northern Hemisphere. The Global South extends the concept of developing countries, referring to territories that share an interconnected history of colonialism, neocolonialism, and socio-economic structures marked by significant inequalities in living standards, life expectations, and access to resources.

The studies of Aníbal Quijano present a strategy for approaching the Global South from a perspective that can escape the gaze of European and American researchers. The concept of 'coloniality of power' and its derivations, such as the 'coloniality of labor control,' provide tools that allow the identification of the ongoing racial distribution of labor associated with forms of exploitation within colonial capitalism. Among these forms is contract labor, the subject of this paper.

Emerging from experiences prior to the 19th century, both in European metropolises and in the colonies, modern contract labor became geographically and racially situated in certain areas and populations considered peripheral to capitalism and Western civilization. At the same time, it was devised by this civilization as an attempt to counter slavery, which was seen as diametrically opposed to the ideals of liberalism and morally condemned, despite its persistence in some colonial spaces as a form of labor control.

The question to be examined, therefore, is why did contract labor become confined to colonial areas from the mid-19th century onwards, or to what is now referred to as the Global South? The hypothesis of this paper is that the answer must include the concept of the 'racialization' of labor, as proposed by Aníbal Quijano's theories.

The Atlantic revolutions introduced new notions of economic freedom and political citizenship to liberal ideology, to the extent of posing unprecedented challenges related to the universal notion of freedom, the emancipation from slavery, and the integration of the formerly enslaved into society. The concept of citizenship was tied to the idea of freedom, in the sense of belonging to a political community, yet its ambiguity also defined the category of exclusion. Therefore, while new political trends in Europe were producing citizens, the imperialist conquests of the 19th century were producing colonial subjects, creating a juxtaposition where there was a 'liberating' movement in the European context and a 'limiting' one in the colonies, as it denied these populations a place in politics.¹

Conflicts surrounding various forms of labor exploitation, racialized classifications and identities, and the constraints or expansions of citizenship rights resulted in exclusionary ideologies. These ideologies facilitated the acceptance of alternative forms of compulsory labor while simultaneously restricting access to civil and political rights.² Nineteenth-century science legitimized, through the modern notion of race, the naturalization of social inequalities that focused on groups considered racially inferior, justifying restrictions on civil rights inherent

¹Frederick Cooper; Thomas Holt; Rebecca Scott (eds.), *Além da escravidão*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 58-59.

²Hebe Mattos, Prefácio, In: Cooper; Holt; Scott (orgs.), *Além da escravidão*, 2005, p. 16-17.

in the new conceptions of citizenship, required by liberalism, and instrumentalized by European imperialism in Africa and Asia.³

For some 19th-century liberals, the right to work, self-ownership, and the ability to enter contracts were prerequisites for the concept of freedom. Conversely, for enslaved individuals and other forced laborers, freedom implied the absence of work and the termination of burdensome contracts. These differing notions of freedom were central to debates about the *coolie* trade, for instance. Western politicians and intellectuals deliberated on the meaning of freedom in relation to these laborers, but they generally aligned with plantation owners and *coolie* traders in asserting that even nominally free emigrants should work. A similar issue arose for newly emancipated slaves in the Americas, who were to be taught that they were "free, but free only to work."⁴

In this context, the notion of European superiority and the duty of guardianship over 'backward peoples' were foundational. In the Western world, the abolition of old penal sanctions against workers for breaches of labor contracts typically accompanied the expansion of the concept of citizenship. However, the severe restrictions on workers' freedom, already highly problematic in themselves, were exacerbated by the colonial distinction between citizens and subjects – an inequality that largely aligned with racial categories. This demarcation allowed for the differentiation between workers entitled to protection, association, and access to welfare provisions, and those who were not. Despite this, certain notions of well-being did resonate within colonial policies.⁵

The introduction of contract labor into 19th-century plantation economies occurred at a time when the concept of personhood not only gave rise to the emancipation and citizenship of the enslaved but also to the idea of free contract as an agreement between ostensibly equal partners. This notion of personhood had already guided the elimination of penal sanctions in French labor contracts in 1793 and by the time the British Master and Servant legislation was eventually abolished in 1875, it had become thoroughly discredited as a tool to oppress workers – who had always resisted it. Nevertheless, contract labor was introduced in the colonial context, primarily to regulate systems of debt bondage for migrant workers.

It is thus pertinent to question how the introduction of notions of personhood and free contract within colonial dependencies continued to give rise to forms of labor coercion that were scarcely distinguishable from the conditions endured by the enslaved.⁶

The old subordination that was fading away in industrial Europe through concepts of citizenship and equality before the law persisted in the colonies, where citizenship hardly existed except for the 'European upper caste.' Employment contracts between citizens and non-citizens, which continue to this day in the vast realm of international labor migration, have weakened millions of workers who strive to resist this process.⁷

Towards the end of the 19th century, the discursive overlap between 'skin color' and enslaved status was supported by legal regulations, thus reaffirming the impossibility of reconciliation between the proclaimed freedom of the so-called civilized world and the lack of freedom in its colonies. According to Boatcă, existing racial rhetoric transitioned from questioning the 'Others' humanity in religious terms to assigning different 'degrees of humanity' to colonized populations – with the lowest being attributed to African blacks. Similarly, it paved the way for a

³Mattos, Prefácio, *op. cit.*, p. 30.

⁴Elliott Young, *Chinese Coolies, Past & Present*, 227, 2015, p. 145-146.

⁵Ulbe Bosma, *Slavery and Labour Contracts: Rethinking Their Nexus*, *IRSH*, 63, 2018, p. 515-516.

⁶Bosma, *Slavery and Labour Contracts*, *op. cit.*, p. 504.

⁷Bosma, *Slavery and Labour Contracts*, *op. cit.*, p. 505.

Western-centric perspective that characterized colonized populations and other non-Western populations as representatives of a past Europe had moved beyond.⁸

The commodification of labor under capitalism, since the 16th century, was responsible for the geographical distribution of various forms of labor according to their suitability for different types of production, as well as for the ethnic and racial distribution of workers in different geographical regions. As a result, while the enslaved class eventually became predominantly comprised of Africans and was mainly concentrated in the Americas, the serf class encompassed a wide range of diverse ethnicities in Eastern Europe.⁹

During Europe's colonial expansion in Asia and Africa, the same classification criteria were imposed on the populations of newly conquered territories. Simultaneously, the racial distribution of labor persisted, associating whiteness with higher wages and positions within their respective colonial administrations. As highlighted by the Peruvian sociologist Aníbal Quijano, by linking each form of labor control with the construction of a specific race, controlling a specific type of labor equated to controlling a particular group of subjugated individuals. Consequently, new historical and social identities were created: 'yellow' and 'olive-skinned' individuals joined whites, Indians, Blacks, and mestizos. Like in the Americas, this racist distribution of new social identities was combined with the racist distribution of labor and forms of exploitation within colonial capitalism. A new technology of domination/exploitation, in this case race/labor, was orchestrated to appear as a natural association.¹⁰

Referencing the continuities between colonial and post-colonial structures of domination, Quijano developed the concept of 'coloniality of power': a cultural, political, and economic situation of domination that can persist even in the absence of colonial administrations, historically tending to endure. According to the Peruvian sociologist, Europeans' perception that paid labor was a privilege of whites was based on the racial classification of the population and the historical association of the new racial identities of colonized individuals with non-wage forms of labor control. As a result, the perception that colonized people were racially inferior and therefore unworthy of wage payment prevailed, leading to the belief that they were naturally compelled to work for their overlords. According to Quijano, this racist social classification of the world's population – the 'coloniality of power' – still currently justifies lower wages being paid to races considered inferior for performing the same type of work as whites in capitalist centers.¹¹

The essential condition for the maintenance of the 'coloniality of power' in the global capitalist economy was the alignment of forms of labor around the interests of European wage labor production. This arrangement, termed by Quijano as 'coloniality of labor control,' delineated the geographical distribution of each integrated form within the global capitalist system. In other words, it dictated the social geography of capitalism: capital, as the core in the social relation of wage labor control, served as the axis around which all other forms of labor control, their resources, and products were articulated. This specific social relationship was primarily concentrated geographically in Europe and socially among Europeans, assigning centrality to both.¹²

⁸ Manuela Boatcă, *Second Slavery versus Second Serfdom. Local Labor Regimes of the Global Periphery*. In: Saïd Amir Arjomand, *Social Theory and Regional Studies in the Global Age*, Albany: Suny Press, 2014, p. 363.

⁹ Boatcă, *Second Slavery versus*, *op. cit.*, p. 367.

¹⁰ Aníbal Quijano, *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*, In: Edgardo Lander (org.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*, Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 204.

¹¹ Quijano, *Colonialidad del poder*, *op. cit.*, p. 207-208.

¹² Quijano, *Colonialidad del poder*, *op. cit.*, p. 208.

In this manner, Quijano unveiled the mechanisms of control over various levels of labor. This articulation was fundamentally colonial, rooted in the initial assignment of all forms of uncompensated labor to colonial races (indigenous, Black, and mixed-race individuals) in the Americas and subsequently to other colonized races across the rest of the world. Furthermore, labor was controlled by assigning wage labor to the colonizing white population.¹³

Drawing upon Quijano's ideas, Boatcă underscores that capitalism has been the mode of production for the entire global economy over the past five centuries, and the race/labor nexus serves as the logic enabling the 'denial of coevalness,' that is, the naturalization of non-white and non-wage labor as inferior and backward. The "denial of coevalness" involves the discourse that asserted the precedence of the temporal dimension of otherness over the spatial one, relegating Blacks, indigenous people, and colonized individuals not just to the condition of 'non-humans' or 'sub-humans,' but to that of 'primitive humans.' Meanwhile, slavery, serfdom, and other forms of unfree labor, with which non-white labor was associated, increasingly appeared as non-Western, archaic, and outdated.¹⁴

By the end of the 18th century, a racialized division of labor had already been established, resulting, among other things, in a highly differentiated scale of remuneration between workers racialized as white and those racialized under various categories of non-whites. Labor migration policies contributed to maintaining the connection between tropical colonial labor and non-white labor into the 20th century. This ensured that the workers needed to 'facilitate' the transition from slave labor to free labor were recruited from other European colonies such as India and Java, or from states with weak labor regulations, like China.¹⁵ This movement of workers was marked by hierarchically racialized migration policies.¹⁶

While Quijano's considerations on the 'coloniality of power' and the 'coloniality of labor control' primarily pertain to the contemporary colonial situation, with a focus on Latin America as the subject of investigation, I believe they are particularly relevant for understanding peripheries that were never formal colonies but were subjected to a strikingly similar structure of economy, politics, and ideological power relations. These regions now constitute the Global South. As the Peruvian sociologist reminds us, race is the most effective instrument of domination which, when combined with exploitation, presents itself as a universal classifier.¹⁷ Labor exploitation has always taken advantage of global inequalities and corresponding migration patterns and the racial issue has justified and still justifies differentiated or exceptional treatments.

Modern slavery in the Americas gave rise to a labor category based on the notion of race that has permeated social hierarchies in former slave societies up to the present day. Boatcă notes that Quijano's concept of the 'coloniality of labor,' designed to study the continuities within structures of domination, can assist in analyzing the ongoing connection between specific racial groups and forms of labor after the abolition of slavery. This includes the impoverishment of freed slaves in the Americas and liberated serfs in Eastern Europe.¹⁸

I would also like to add the forms of forced labor that are territorially and racially delineated across the globe, as seen in cases like contract labor in migratory contexts driven by capitalist demand for low-cost labor. In other words, the 'racialization' of labor as constitutive of the

¹³Quijano, *Colonialidad del poder*, *op. cit.*, p. 208.

¹⁴Boatcă, *Second Slavery versus*, *op. cit.*, p. 363.

¹⁵Boatcă, *Second Slavery versus*, *op. cit.*, p. 370-371.

¹⁶Sharma, "The New Order of Things," *op. cit.*, p. 44.

¹⁷Quijano, *Colonialidad del poder*, *op. cit.*, p. 241.

¹⁸Boatcă, *Second Slavery versus*, *op. cit.*, p. 383-384.

coercive forces that have historically and continue to lead to the coerced commodification of labor by the 'subaltern workers' identified by Marcel van der Linden.¹⁹

¹⁹Marcel van der Linden, *Trabalhadores do mundo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Centro de Memória do Sindicato Nacional dos Aeronautas: An Archive of 80 Years of Struggle

Andreia Francisco dos Reis and Gabriela de Souza

Sindicato Nacional dos Aeronautas

"Aeronautas" are the professional category that make up the flight crew: pilots, co-pilots, and flight attendants. The presence of these roles on the flight depends on the type of aircraft and the sectors of operation, which can include regular aviation, agricultural aviation, and air taxi services.

The collection of the *Sindicato Nacional dos Aeronautas* (SNA) is the result of trade union practices involving the development of professional legislation and regulations, legal processes, safety standards, and a set of documents for political engagement. The predominant document sets in the collection include meeting minutes, labor complaint records, union newsletters, member registries, image and event records, handbooks, collective bargaining processes, correspondence, statutes, statutory amendments, financial reports, and publications collected by the Auxiliary Library.

Their trade union activities began in 1942 with the formation of the *Associação dos Aeronautas do Distrito Federal* (Rio de Janeiro - RJ). The formal unionization of the category, designating it as the National Union of Aeronauts (*Sindicato Nacional dos Aeronautas*), occurred with the granting of the union charter on December 9, 1946. The most consistent demands of the aeronaut category are linked to the valorization of the profession and flight safety, both of which are also interconnected.

For discussions related to these topics, the SNA has been generating technical knowledge from its inception to the present day, publicly accessible through its communication channels or debated and developed through participation in national and international events. The commitment of aviation professionals to advocate for flight safety is essential, and it has played a pivotal role in making air travel the safest mode of transportation in the world today. Regulating the profession is also important for this purpose: it relates to the qualifications of those composing the crew, providing suitable and structural working conditions for optimal performance (such as limits on working hours, meals, rest, among others).

The first professional regulation was only approved in 1961, after years of mobilization by the organized category within their professional association. The latest update to the regulation of the profession occurred in 2017, with a particular focus on items related to managing the risks of human fatigue associated with work hours. As for the issue of special retirement for aeronauts (due to continuous exposure to harmful agents), despite its success in 1958, it succumbed to the 1996 Social Security Reform, similar to other categories.

In 2019, the SNA resumed the fight for special retirement benefits, and in 2023, managed to include onboard air service as a valid reason for special retirement in Bill No. 245. Amid the restructuring of the organization starting in 2013, the SNA relocated its headquarters from Rio de Janeiro to São Paulo. As a result, the archive and library were transferred to São Paulo. The challenges of locating documents for legal purposes and the desire to undertake a project related to institutional memory contributed to the revitalization of the collection.

It was believed that with the recognition of the organization's history and acknowledgment of its struggles and achievements, the workers would become increasingly engaged, fostering a

stronger sense of belonging to the union and learning from the example of tenacity set by their colleagues in the past.

Four months of research and discussions took place within the team in 2018 to bring the idea of the SNA Memory Project to fruition. Work would begin in 2018 with research, archive organization, and product development, aiming to yield more substantial results by the planned celebrations for the entity's 80th anniversary in 2022.

Throughout the course of the work undertaken by the Memory Center, the greatest challenge lies in conveying the importance of handling the documentary collection and the necessity of employing an appropriate historical research methodology. There is a constant need to raise awareness about the pace of work, the time required for results, the step-by-step approach for each phase, the tools needed, explaining how a historical narrative is constructed, emphasizing the ongoing nature of the work, and above all, highlighting the intangible value of historical documentation and the effort involved in disseminating the collected information. Similar challenges are frequently recounted by memory institutions in Brazil.

For the project to make progress (given the challenges involved), it was necessary to understand the organization, all the groups involved, and their respective interests. This understanding allowed for the adaptation of the language used by the Memory Center team to facilitate comprehension and dialogue with everyone. While the responsibility for working with the collection rests with the memory team, managing an institution's collection is a collaborative effort involving all stakeholders.

The initial stages of the project encompassed the development of an institutional timeline, an oral history program involving directors, and the implementation of an archival treatment system. This system involved creating technical reserves, spaces for technical processing, and facilitating research requests. In 2021, a collection guide was formulated, presenting key documents, collection policies, access and confidentiality guidelines, and other relevant directives.

Alongside the process of organizing the collection, the union's oral history project was initiated as a way to foster closer relationships and build trust with interviewees, as well as to gather information for research within the collection. Since cataloging and document research were still in their early stages, a sort of pre-oral history interview was devised. The "Café D.O. SNA" was inspired by the project "*Cestas da Memória*" (PARRELA, 2015) by the Public Archive of Belo Horizonte, as well as the memory work of the Circus Memory Center. The script was simpler, and the interview process was less strict. The aim was to gather fundamental information for the organization of the collection while also valuing the history of the selected interviewees, ensuring their active participation in the project's development.

The first group selected for interviews were the union's former presidents, as their role provides a broader perspective on events related to workers and the industry. This experience also served to develop the main scripts for oral history interviews and prepare the involved professionals to move forward with the project.

Throughout its history, the SNA has been involved in significant social milestones in the 20th century. Its inception in the 1940s coincided with the political opening at the end of the *Estado Novo* regime (1937 to 1945), during which the Brazilian labor movement gained greater political freedom considering reduced government control from the Getúlio Vargas's administration.

In the 1950s, the achievement of professional regulation (1958), strong participation in salary campaigns, collective bargaining agreements, flight safety guidelines, and legal advocacy for the category established the institution as one of the country's prominent unions.

During the 1960s, the alignment of interests with other professional categories led the aeronauts to join the construction of the General Workers' Command (*Comando Geral dos Trabalhadores* - CGT), a project that posed a challenge to major corporations, including airlines. These airlines would soon react to the primary proposal from the unions: the establishment of a state-owned company for commercial aviation, Aerobrás. The companies' response was immediate, leading to persecution of SNA directors and direct collaboration with the military that orchestrated the coup in 1964, ushering in military dictatorship in Brazil.

Between 1964 and 1966, the union's leadership was controlled by military government-appointed officials. During this time, some directors were dismissed, exiled, and even imprisoned by repression agencies. Despite the brief period of intervention, the leadership did not enjoy full political freedom to advocate for social issues that could contribute to workers' rights. However, in the 1970s, the SNA continued its active role in shaping flight safety standards and investigating accidents.

In the late 1970s, civil entities, including trade unions, acted in defense of democratic freedoms. The SNA had a strong presence at this stage, contributing directly to the amnesty campaign, so that the exiled aeronauts could return to the country and be reintegrated into their old jobs.

In the 1980s, aeronauts, along with other aviation workers (*aeroviários*), played a frontline role in the movement known as the Brazilian New Unionism (*Novo Sindicalismo Brasileiro*). They engaged in common issues with urban workers, staging massive strikes in the commercial aviation sector following a prolonged period of repression.

In this new union movement, aeronauts participated in the National Workers' Conference (*Conferência Nacional da Classe Trabalhadora* - CONCLAT, 1981) and later in the congress that would lead to the formation of the Unified Workers' Central (*Central Única dos Trabalhadores* - CUT, 1983). During this same period, they aligned with social movements for democratization and campaigned for direct elections.

With the end of the Brazilian civilian-military dictatorship in 1985, aeronauts contributed to another front of social rights consolidation by actively participating in the Brazilian National Congress during the constitutional assembly phase (1987-1988). Their main agendas included the *Pássaro Civil* campaign, advocating for the detachment of the Ministry of Aeronautics as the regulatory body for Civil Aviation, and the "Blood is not a commodity" campaign, aiming for the nationalization of blood banks and the establishment of a public healthcare system in Brazil.

The 1988 Constitution abolished the prohibition for Brazilian entities to affiliate with international organizations. In this context, the 1990s and 2000s were marked by renewed dialogue with associations such as the International Federation of Air Line Pilots' Associations (IFALPA), the International Transport Workers' Federation (ITF), the Latin American Civil Aviation Commission (CLAC), and the International Civil Aviation Organization (ICAO). Participation in the establishment of the National Civil Aviation Agency (ANAC) was also crucial for solidifying aeronaut demands within state aviation policies.

In 2013, aeronauts from the grassroots level assumed leadership roles in the SNA and initiated an extensive process of reorganization and restructuring within the organization. In 2015 and 2016, strikes were carried out regarding the Collective Labor Agreement (CCT), and in 2017, after six years of parliamentary procedures, a new regulation for the profession was achieved. In 2020, during the Covid-19 pandemic, the SNA played a significant role in negotiating collective agreements with companies to ensure job stability.

In 2022, the union celebrated its 80 years of advocacy for the labor rights of flight crew members. On this occasion, the fruitful outcomes of the Memory Center's work were showcased, including the launch of a permanent and a traveling exhibition.

The collection organized by the Memory Center serves as a resource for the union's leadership to strategize possible courses of action in their daily struggles, as well as in shaping a political platform focused on workers' interests. The documents are also accessible to the public for research purposes, such as the doctoral thesis by flight attendant Luzimar Soares, which addresses gender and aviation. Furthermore, the union's communication draws on its history for campaigns that rally the community to the cause, such as strikes for the Collective Labor Agreement or resistance in the face of the Covid-19 pandemic.

Beyond commemorative events, the organization once again demonstrated its combative nature by staging the longest civil aviation strike in nearly four decades, in 2023.

The union's collection proves influential in various discussions about the history of unionism and labor, and the diverse information within its documents reflects the contribution that the labor movement can make to society as a whole, particularly in Latin America, where democratic rights have frequently been violated.

Uses of Oral History in Research on Domestic Labor in Brazil

Caroline Cardoso da Silva

Universidade Federal de Pelotas

This paper addresses domestic labor in Brazil with a historical perspective. This is the central theme of my doctoral research conducted at the Federal University of Pelotas (UFPEL), located in the city of Pelotas, Rio Grande do Sul, in the southernmost region of the country. Since 2016, I have been involved in research utilizing the methodology of oral history to construct sources that delve into workers' narratives, recounting their experiences and trajectories. In both my undergraduate and master theses, I conducted research on female contracted cleaning workers at UFPEL, considering the recent changes in the world of labor and the precarious nature of the roles performed by women. However, this precariousness in the work and lives of women dates back to more distant times. I am now working on my PhD thesis, constructing narratives about the life trajectories, work experiences, and struggles of domestic women workers in present-day Pelotas.

Through historiographical, theoretical, and methodological analyses primarily grounded in the use of oral history, I explore the arrangement of domestic labor in the present time, considering the historical trajectory that began in the period of slavery within the Brazilian context. This trajectory evolves over the years but carries with it the vices of a society rooted in slavery, racism, sexism, and elitism.

To conduct this study, it is important to conceptualize what domestic labor entails. There is domestic work carried out by all individuals living in a household who manage it. This work takes place in the private sphere, without remuneration, and serves the general maintenance of life, particularly concerning food and personal and spatial hygiene (MAEDA, 2022). On the other hand, domestic work as a professional category is defined by the booklet¹ produced by the National Federation of Domestic Workers (FENATRAD) as 'any work performed within a private household, where the employer is directly the family. This applies to all tasks, whether cleaning, caregiving, or cooking. The fact that it is carried out in the private sphere does not mean that it holds less value than other jobs' (FENATRAD, SD). According to the booklet² published by THEMIS - Gender, Justice, and Human Rights, in collaboration with FENATRAD, domestic workers include: 'nannies, housekeepers, gardeners, cooks, cleaners, caregivers for the elderly or sick, private drivers, housekeeping supervisors, laundresses, ironers, and other similar occupations.'

Two interviews have already been conducted with a domestic worker and trade union leader of the category, Ernestina Pereira. From these interviews, several research hypotheses linking domestic labor to slavery have been confirmed through narratives constructed based on the lived experience of domestic work. These include: recognizing that, in the Brazilian context, domestic work is predominantly performed by Black women, representing a direct legacy of slavery; that Black women are disproportionately affected by low education levels and low economic status, often leading the most precarious or marginalized jobs to be the only option for entry into the wage labor market; and that, due to limited social mobility, many of these women had mothers and grandmothers who were also domestic workers, and perhaps even

¹ Material that constitutes the documentary collection located at the Domestic Workers Union of Pelotas, RS.

² Material that constitutes the documentary collection located at the Domestic Workers Union of Pelotas, RS.

great-grandmothers who were enslaved or recently emancipated, establishing a direct connection to slavery.

The process of constructing memories, accounts, and narratives takes place in this research using the methods of oral history. Meihy (2006) argues that oral history in Latin America was solidified with the advent of democracy, given the necessity for understanding and debating topics related to the military dictatorships that many countries in the Southern Cone, in particular, went through. In the field of oral history, memories and identity (and their management) stand as the primary raw materials for studies, and the history of the present time undoubtedly represents the most visible and privileged realm for analyzing the interplay between history and memory. This is due to the continued presence of the scientific rigor brought by historians and the occasional discrepancies that memory narratives introduce to this rigor. These elements together make the challenge challenging yet rich in terms of analysis and synthesis. This approach to research is pertinent for constructing narratives and discerning fragments of daily life, impressions of historical events, and lived experiences.

In the first interview I conducted with Ernestina Pereira in 2018, she was already a national union leader advocating for domestic workers' rights and, at that time, held the position of Vice-President of the Domestic Workers Union in Pelotas. During the same period, I approached her seeking information about a group of cleaning staff who worked as outsourced employees in the local Post Office branches in Pelotas, as it intrigued me that they had this association. The second interview conducted with Ernestina in December 2022 primarily focused on the trajectories of union struggles and her personal journey. At the time of the interview, she held the position of Director of Training and mentioned that she is a descendant of a *quilombo* community, having come to live in Pelotas at the age of thirteen. She also shared that she followed in the professional footsteps of her mother, who worked as a laundress and domestic worker as soon as they arrived in the city. In her narrative, Ernestina brings up the names of important leaders in the movement for domestic workers' rights, such as Iolanda Prestes da Rosa and Laudelina de Campos Melo. In other informal conversations that I had the opportunity to conduct with her in field research settings, she also mentioned significant political figures in the Brazilian national scene, such as Benedita da Silva and Marina Silva. These Black women represent both labor-related issues and identity matters.

The current phase of the research involves fieldwork approaches and perceptions within the Domestic Workers Union of Pelotas, with the aim of creating a conducive context for conducting interviews with individuals, primarily Black women, who are affiliated and engage beyond the scope of work-related issues, creating spaces for social interaction. The field journal already documents around eight encounters that have yielded insightful observations. These interactions encompass visits to the union's legal consultation sessions as well as participation in spaces of social interaction.

Recently, the initial membership registration forms were discovered, which comprise the aforementioned historical/institutional collection. These forms provide general information such as occupation and age, while some include a 3x4 photograph of the workers. This inclusion allows for the identification of the individuals' faces who are part of the collective of unionized workers.

Despite the difficulties in both individual and collective trajectories, these women have come together in pursuit of rights. They engage through legal channels, advocating for legislation to enhance working conditions, as well as through social avenues by participating in social or religious movements. In essence, this is a labor category that has established a robust history of movements. Taking these aspects into account, this research seeks to contribute to analyzing the historical processes through which Brazilian domestic labor is contemporaneously shaped.

References

MAEDA, Patrícia. Direito do trabalho doméstico no Brasil: a luta contra a persistência das desigualdades. **Anamatra**. 2022. Disponível em: https://www.anamatra.org.br/images/ComissaoMulheres/Documentos/Direito_do_trabalho_dom%C3%A9stico_no_Brasil_Patricia_Maeda.pdf . Acesso em 06 janeiro de 2023.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História** 155, n. 2º, São Paulo, 2006, p. 191-203. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/313776830_Os_novos_rumos_da_historia_oral_o_caso_brasileiro >. Acesso em: 10 de maio de 2021.

